MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO

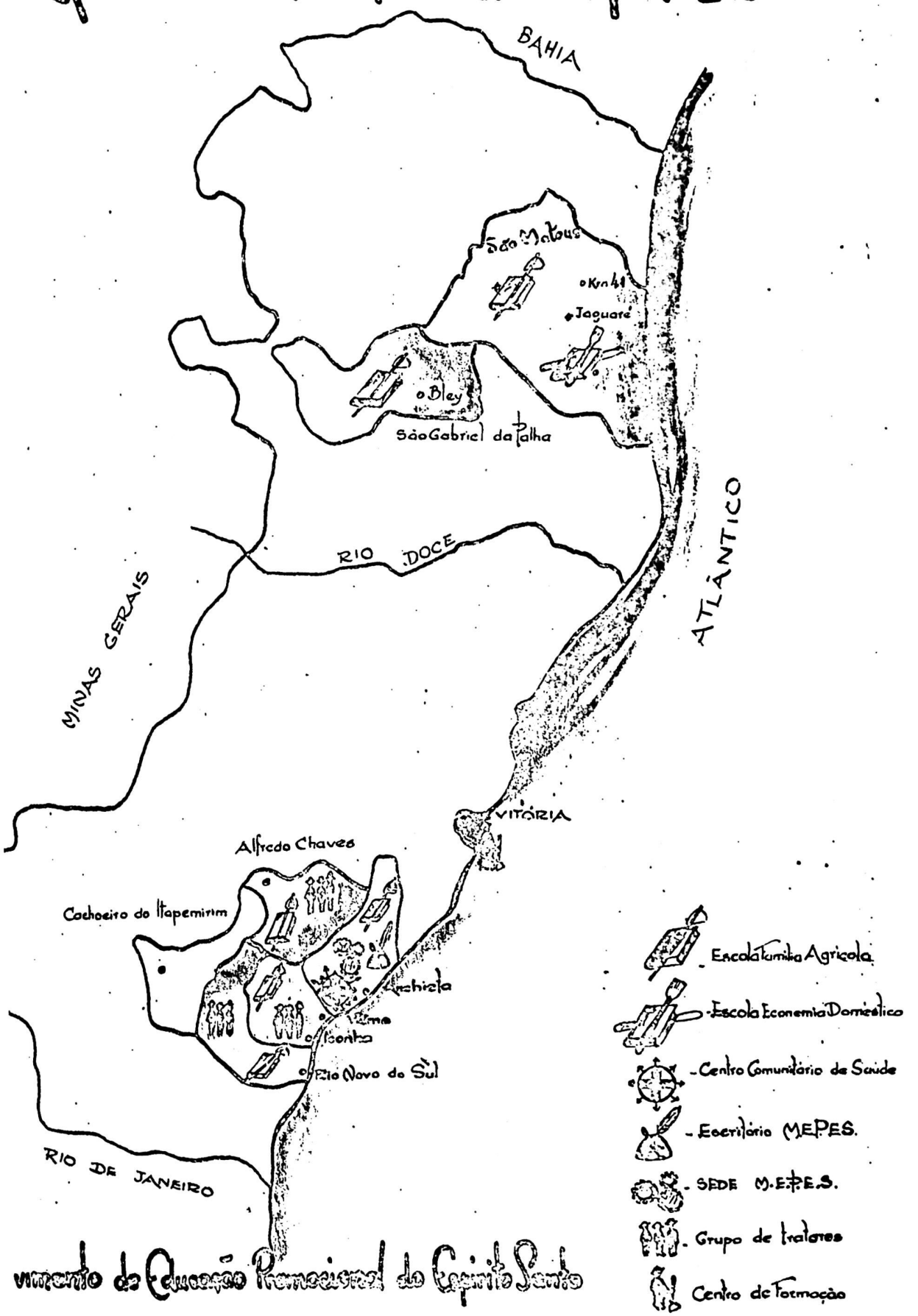
M. E. P. E. S.

IIº - S I M P Ó S I O

" Oito anos a serviço do crescimento do HOMEM e da Comunidade Capixaba".

Vitória - 20 - 24 de stembro - 1 9 7 6

Área de atuação do MEPES



Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

ÍNDICE

POLÍTICA GERAL DO MOVIMENTO

I - Etapas Históricas do MEPES.....Pag. 01

II- Em Vias de Realização.....Pag. 06

III- Implantação Oficial do MEPES.....Pag. 17

IV - MEPES em Ação, 8 anos de Trabalho.....Pag. 24

UNIDADES OPERACIONAIS DO MEPES

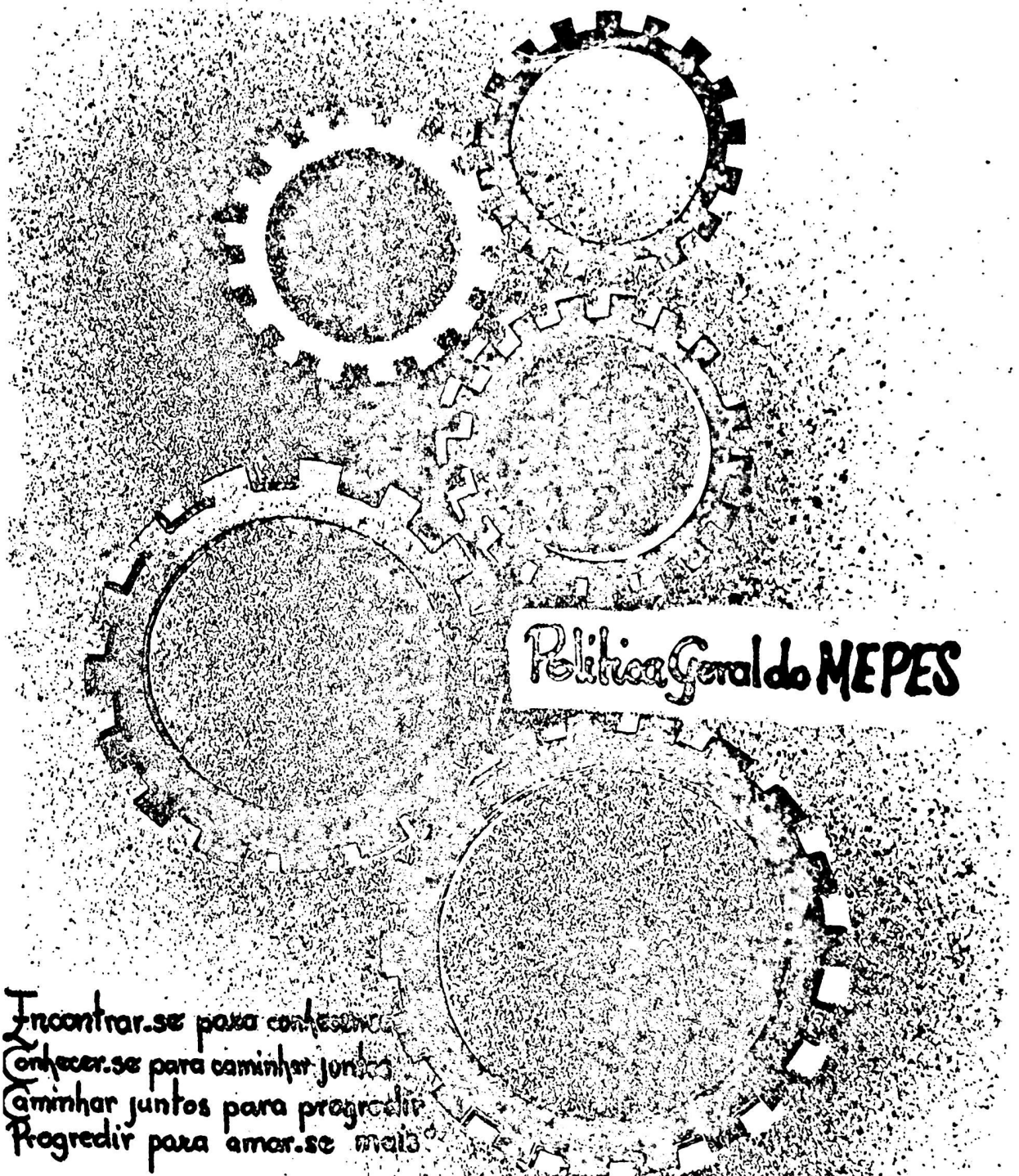
I - Escolas da Família Agrícola (EFAs).....Pag. 89

II - Centro de Formação e Reflexão (CFR).....Pag. 122

III- Centro Comunitário de Saúde (CCS).....Pag. 134

IV - Departamento de Ação Comunitária (DAC).....Pag. 152

- Encargos Economicos do MEPES.....Pag. 178



Política Geral do MEPES

Encontrar-se para conhecer-se
Conhecer-se para caminhar juntos
Caminhar juntos para progredir
Progredir para amar-se mais

ovimento de Educação Promocional do Espírito Santo. MEPES

ETAPAS HISTÓRICAS DO MEPES

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES - nasceu de uma grande aspiração: ser uma tentativa de resposta aos grandes problemas humanos de uma região do Brasil - o Espírito Santo - marcada por fortes desníveis siciais, bastante evidentes e agudos mas, mais especialmente ainda no meio rural.

São as seguintes as suas etapas histórica , reconstruídas através de sua documentação:

I - PROJETO INICIAL

A inspiração primigênia e que lançou as bases do Movimento surgiu em 1964 e 1965, tendo sua síntese no documento bastante refletido,em sua publicação ítalo-brasileira,cujo texto é o seguinte:

Documento nº 1

"Fundação ítalo-brasileira para o desenvolvimento religioso,cultural-econômico e social do Estado do Espírito Santo

A) - Finalidade

Providenciar mediante a colaboração de Entidades e Associações italianas e brasileiras em plano de pesquisa científica e da realização prática à formação de uma comunidade nova, fruto de um processo natural de desenvolvimento (religioso,cultural,econômico,social), realizado no âmbito dos valores fundamentais da pessoa humana e das exigências; ao mesmo tempo naturais e sobrenaturais, de uma vida comunitária.

B) - Características fundamentais:

1º - o experimento

criar-se-á uma espécie de laboratório onde se possam experimentar:

- as possibilidades de colaboração diferente entre as diferentes Entidades e Associações,unidas por uma finalidade comum.
- a possibilidade prática de colaboração no trabalho entre pessoas de diversa formação e diferente mentalidade (economistas,sociólogos,sacerdotes..).
- a possibilidade de orientar de dentro,sempre respeitando a própria dinâmica fundamental de expansão, uma comunidade primitiva-agrícola, que se transforma em comunidade industrial-evoluída.
- a possibilidade de inserção dos valores religiosos dentro dessa mesma experiência.

- a possibilidade de experimentar uma pastoral que acompanhe passo por passo, o desenvolvimento de uma comunidade.
- a possibilidade que possui uma espiritualidade comunitária, vivida seriamente, de ser o cimento de unificação de diferentes experiencias.
- a possibilidade de encontrar uma linha espiritual comunitária entre sacerdotes, religiosos e leigos, respeitando as respectivas diferenciações, e que nasça de uma necessidade diária de um trabalho em comum.

2º - o serviço

- é essencialmente um serviço prestado a uma comunidade subdesenvolvida a fim de que possa encontrar a sua autentica fisionomia espiritual, econômica, social e religiosa sem ser constrangida a sacrificar um ou outro destes valores.
- não se trata portanto de colocar esquemas ou consepções já pré-dispostos mas de por em comum patrimônios diferentes a fim de que a experiência possa ser mais rica possível.
- respeito profundo de todos os valores que se encontram e esforço sério e tranquí-lo para coordená-los em seu devido lugar.

C) - Por que o Espírito Santo?

Porque é:

- um território relativamente limitado (40.871 km^2) e com uma população de pouco mais de um milhão de habitantes.
- profundamente caracterizado como estado subdesenvolvido. Esta se processando, porém, um incipiente movimento de desenvolvimento.
- completo nas suas estruturas políticas, religiosas, administrativas e econômicas.
- profundamente religioso no que diz respeito ao povo, apesar da escassez de sacerdotes.
- rico em elementos humanos tanto do ponto de vista intelectual, quanto do ponto de vista moral. Também a capacidade de trabalho e de empreendimento da população é notável: grande parte (cêrca de 50%) descendentes de italianos venetos e lombardos que tiveram a força e a coragem de deixar a própria Pátria para tentar em terras estrangeiras uma sistematização mais decorosa. Por isso no sangue de seus filhos corre um espírito de empreendimento e de aventura junto com o equilíbrio próprio dos camponeses italianos.
- a presença do elemento italiano (pelo menos no que diz respeito à origem), oferece razões de conveniência para o intercâmbio com a Itália. Pelo menos razões de justiça. É terrível a história da emigração italiana para o Estado do Espírito Santo: nunca houve uma ajuda e um interessamento por parte do Estado italiano e filhos foram cons-

trangidos a abandonar a própria Pátria. Estas razões aconselham a fazer aqui esta tentativa, por encontrar aqui esperanças mais fundadas para um bom êxito da experiência, e, uma vez alcançado este êxito, devidamente modificado, possa ser aplicado a outras zonas. Além disso, a limitada extenção do território facilita os contatos e reduz ao máximo o perigo da dispersão enquanto que a riqueza do elemento humano torna concreta a esperança de encontrar no lugar, dentro em breve, forças que possam colaborar ativamente a levar adiante a iniciativa. O elemento de origem italiana favorece a ambientação para aqueles que haverão de vir aqui e também a desejada fusão de forças no trabalho em equipe.

D) - Estrutura da Fundação

- a fundação terá personalidade jurídica reconhecida quer na Itália, quer no Brasil.
- a fundação terá dois comitês:
  o comitê econômico para a arrecadação dos fundos necessários entre entidade públicas e particulares, nacionais e internacionais e para a administração dos mesmos.
  o comitê Científico para prestar a assistência científica de homens e meios necessários para alcançar os fins da fundação.
  Membros dos dois comitês serão os representantes das entidade enpenhadas na experiencia e que darem vida à fundação.
- constituição em Vitória (Capital do Estado) de um Centro, de nível universitário, para o desenvolvimento religioso...etc do Estado do Espírito Santo.
  As finalidades do Centro serão:

  a) pesquisa científica no âmbito das diversas competências;
  b) elaboração de um plano de ação coordenada;
  c) preparação e formação de equipes paroquiais destinadas à execução deste plano;
  d) assistencia à equipe em seu trabalho;
  e) coordeñação do trabalho das equipes;
  f) assistência às várias comunidades paroquiais também na fase sucessiva ao trabalho das equipes.

  O Centro será dirigido por um presidente e será dividido em várias seções que terão também o próprio responsável.

  O trabalho do Centro será orientado pelo comitê científico e estará em estrita colaboração com as entidades interessadas na Fundação de modo que seja permitido o maior intercâmbio possível de experiências.
  Eventuais e possíveis Seções do Centro:

  a) Economia;

b) agrária;
c) assistência social(em particular formação de comunidades rurais);
d) medicina;
e) sociologia;
f) cultural (escolas,opinião pública etc...)
g) ação católica;
h) teologia pastoral,dogma,moral (moral familiar)

- constituição de vária Equipes Pastorais.
- serão aquelas que permitirão a realização dos fins da fundação.
- terão estrutura própria e serão de diferente nível segundo as diferentes necessidades (trabalharão em base paroquial,dificilmente num âmbito mais vasto).
- cada equipe deveria ser composta em geral de não mais de 5 pessoas: um sacerdote, um técnico agrário, um ou uma assistente social,um ou uma responsável - pela educação(escola e movimento de alfabetização), um entendido na organização do movimento dos adultos (cooperativa,A.C. etc),
- a equipe terá a finalidade de constituir estruturas paroquiais novas, adequadas com a finalidade da fundação e de dar um testemunho prático da possibilidade de atuação dos ideais da mesma Fundação.
- o trabalho da equipe será de tempo limitado e não - deveria,em via de regra,superar os 5 anos. Uma vez constituída,sólidas estruturas paroquiais e encontradas no lugar forças suficientes para continuar a experiência, a equipe transferir-se-á para outros lugares o centro continuará na assistencia à precendente paróquias.
- a equipe poderá sempre contar sobre a orientação e assistencia científica e espiritual do Centro do qual depende em tudo. Dentro dos limites do possível dever-se-á procurar uma certa omogeneidade na formação da equipe a fim de garantir a sua eficiencia no campo do trabalho.

E) - Vantagens

Este tipo de experiência poderá oferecer múltiplas vantagens tanto à Itália quanto ao Brasil.

- ao Brasil: é um território imenso e um país em fase de desenvolvimento que ainda está à procura do seu caminho.
- tendo presente as profundas diferenças entre os vários estados do Brasil,no momento atual,seria talvez impossível impor uma linha única de desenvolvimento sem o perigo de cair na demagogia ou sem criar uma problemática sem possibilidade de saída;
- impõe-se desta maneira a necessidade de realizar - tipos de experiência em várias zonas do país,experiências que, recolhidas sucessivamente e convenientemente examinadas e sistematizadas,oferecerão ú

de âmbito nacional.

- ao mesmo tempo o país inteiro poderá beneficiar de uma zona que se desenvolveu com a ajuda e colaboração de amigos.
- à Itália oferecer-lhe-á a possibilidade de experimentar métodos e de fazer experiencias em campo economico,social,cultural,religioso e pastoral que sua estrutura extremamente complexa e antiga não lhe permitiria sem o perigo de provocar profundos e perigosos choques em todo o sistema. Não é de excluír a possibilidade de chegar,mais tarde a beneficiar e até aplicar a si mesma os resultados desta experiência.
- ofereceria uma grande abertura e amplitude de respiro de ideais e perspectivas.
- intercâmbios úteis de caráter econômico,comercial e cultural que poderiam assumir caráter permanente.
- aos dois é um ato de autêntica caridade cristã e de solidariedade humana no espírito do Consílio Ecumêni co Vaticano II e do sinal dos nossos tempos.
- é a incarnação de uma espiritualidade comunitária e da ascética do serviço,tão exigentes e ao mesmo tempo tão fecundas e que parecem ser uma indicação do Espírito Santo para a santidade do nosso século.
- oferece a possibilidade de um intercâmbio,de colocar em comum patrimônios diferentes que, sem dúvida,enriquecem os dois,ao Brasil a bagagem de tradição que talvez-lhe falte e à Itália a genuinidade da novidade que - talvez- perdeu.
- é a passagem de um tipo de ajuda fundado essencialmente sobre a generosidade e a capacidade do individuo,para uma ajuda que empenha a responsabilidade e a competencia de entidades e associações qualificadas.
- a possibilidade do encontro entre civilizações diferentes,com a esperança que daí possa nascer uma nova civilização,mais ricas do que as outras e capaz de conciliar profundamente o dado religioso e o dado profano, a sociedade religiosa e a sociedade civil.

F) Entidade que poderiam estar interessadas

a) Italianas

- Universidade do Sagrado Coração de Milão(Faculdade agrária,economia e sociologia);
- Faculdade Agrária de Piacenza
- Ação católica(homens,laureados,juventude,FUCI)
- Conferência Episcopal
- ICAS
- Coltivatori diretti
- Faculdade de assistentes sociais (Onarmo)
- Instituto de Agrária da Universidade de Roma.
- Prov.Veneto-Milanesa da Companhia de Jesus
- Aggiornamenti Sociali
- Seminário di Verona para a América Latina.

- Governo(?) Sottosegretariato per l'immigrazione(?)
- Bancos e outros institutos de créditos

b) Brasileiros

- Universidade de Vitória
- Bispos da Provincia do Espírito Santo
- Governo do Estado do Espírito Santo
- Governo Federal
- Vice-Provincia Baiense da Companhia de Jesus
- Combonianos.

c) Internacionais

- F A O
- UNESCO
- CELAM
- O E A
- MISEREOR
- CARITAS
- ALIANÇA PARA O PROGRESSO

G) Plano aproximativo de trabalho (a caráter de indicação)

Iª Etapa: • contatos pessoais com responsáveis de entidades e associações interessadas no experimento.

1964-65 • Visita de grupos de estudo no Estado do Espírito Santo para examinar a possibilidade da realização e primeiros contatos.

IIª Etapa • estruturação da Fundação
• preparação dos estatutos
1965-66 • arrecadação dos primeiros fundos
• constituição do comitê científico e econômico

IIIª Etapa • Lançamento à inicio do trabalho
• constituição do Centro de Vitória
• preparação e lançamento das primeiras equipes de trabalho paroquiais.

NB- Tudo quanto foi exposto é um simples pró-memória com carater de orientação e indicação destinado ao Provincial a fim de pô-lo ao corrente da iniciativa. Resta claro que podem ser feitas todas as modificações consideradas oportunas.

II - EM VIAS DE REALIZAÇÃO

Uma série de iniciativas são desenvolvidas no Brasil e na Itália, encaminhando a concretização do projeto, criando as infra-estruturas necessárias ao surgimento do MEPES. As iniciativas de maior vulto são:

1- Instituição, na Itália, da Associazione degli Amici dello Stato brasiliano dello E.Santo (AES)

Em ocasião da "1ª missa solene" celebrada pelo Pe-Humberto Pietrogrande em Padova, a 11/12/66, ajuntaram-se os amigos da Ação Católica "FUCI",do Colégio Barbarigo, do Antonianum e da D.C. e depois da apresentação da Fundação Ítalo-Brasileira pelo desenvolvimento religioso,cultural, econômico e social do Estado do Espírito Santo no Brasil", refletindo-se sobre os valores colocados decidiram,para tornar mais eficiente e sério o compromisso,fundar a Associazione degli Amici dello Stato Brasileiro-dello Spírito Santo (AES) que teve o seguinte estatuto:

Documento nº 2

Associação dos amigos do Estado Brasileiro do "Espírito Santo"

Padova, Via Altinate,30

ESTATUTO

Art.1)- É constituída em Padova a Associação dos Amigos do Estado Brasileiro do Espírito Santo, com a finalidade de promover e desenvolver qualquer forma de intercâmbio a nível de individuos,grupos, associações, entidades,etc. entre a Itália e este Estado do Brasil com a tendência de estabelecer um encontro que represente o recíproco enriquecimento no plano humano e colabore no desenvolvimento desta região.

Art.2)- Para conseguir esta finalidade a Associação se propõe a efetuar as seguintes iniciativas:

a)- Promover a constituição de "bolsas de Estudo"em escolas médias,universitárias e pós-universitárias italianas; em favor de jovens brasileiros espiritossantense que desejam melhorar sua preparação profissional para colocar à serviço de sua comunidade;

b)- Assistir moral e economicamente, estes jovens no período de sua permanência na Itália;

c)- Promover e apoiar junto a Universidade de Vitória, capital do Espírito Santo, cursos de especialização orientados por docentes italianos em colaboração com autoridades acadêmicas italiana e espiritossantense. Convidar igualmente na Itália, a fim de ter contatos com autoridades acadêmicas italianas,professores universitários,técnicos,profissionais espiritossantense;

d)- Promover conferências,projeções,filmes,serviços jornalísticos e outros para fazer conhecer a presença do elemento italiano(na maioria Veneto e Lombardo) as características,as exigências e as grandes possibilidades desta região do Brasil;

e)- Promover com estudos e pesquisas feitas em comum pelas associaçoes italianas e brasileiras,um maior conhecimento das características sócio-econômicas, culturais,religiosas do Espírito Santo;em vista de operações aptas ao desenvolvimento e ao progresso sócio-econômico cultural e religioso - da região;

f)- Assistir economicamente e apoiar espiritualmente jovens italianos que desejam dedicar parte de sua vida ao serviço social daquela região;

g)- Despertar o interesse de entidades e autoridades italias a fim de intensificar o intercâmbio com aquela região e sustentar, também com ajudas econômicas,iniciativas aptas a favorecer o desenvolvimento econômico e a promoção humana daquela região.

Art.3)- São sócios da Associação pessoas e entidades que desejam colaborar nas finalidades acima enumeradas com contribuições financeiras.

Art.4)- Acompanha a associação uma sessão de colaboradores que oferecem sua colaboração gratuíta seja com a própria competência profissional e técnica seja com a dedicação de parte de seu tempo disponível.

Art.5)- São órgãos da Associação:

a)- A Assembléia dos Sócios;
b)- O Conselho Diretivo composto por:

1)- Um presidente;
2)- Um Vice-presidente;
3)- Um secretário
4)- Um tesoureiro
5)- De cinco a nove Conselheiros;
6)- Os conselheiros onorários.

Os membros do Conselho Diretivo serão eleitos pela Assembléia dos Sócios.

ATO CONSTITUITIVO

No dia dois de janeiro de mil novecentos e sessenta e sete às vinte e uma horas, em Padova, no colégio universitário "Antonianum", reuniram-se os sócios fundadores: - Bastianello Giancarlo; - Favoron Luigi; - Grassivaro Germano; - Pirillo Giantullio; - Trento Alberto os quais aprovaram por unanimidade o Estatuto da Associação. As funções do Conselho Diretivo foram assim distribuídas:

* Presidente : Bastianello Giancarlo;
* Vice-Presidente: Agostini, Danilo;
* Secretário: Trento Alberto
* Tesoureiro: Stradiotto Romano;

* Conselheiros: Ermoli Carla; Favoron Luigi; Giorio Giuliano; Grassivaro Germano; Gallo Grassivaro Carla; Marin Franco; Pirillo Giantullio, Pampazzo Giuseppe; Pietrogrande Franco.

* Conselho Fiscal: Burllini Giuseppe; Bettini Umberto; Brancaleoni Giovanni.

2 - Preparação de Pessoal

O intercâmbio iniciado com a criação da AES fortemente vivenciado na 1ª etapa de preparação de pessoal para o trabalho que se pretendia. Não existiam técnicos, entre nós, formados na pedagogia e metodologia promocional que o Movimento implantaria. Foi necessário realizar um treinamento e capacitação adequada de pessoal. Na Itália encontrou-se este recurso e disponibilidade para capacitar pessoal enviado com esta finalidade. Os primeiros responsáveis do trabalho do MEPES lá fizeram sua preparação:

- 7 jovens agrícultores 91966-1968)- CECAT (Castelfranco -VENETO) e S.Benedito da Norcia (Padova) - 2 anos;
- 2 assistentes sociais -(1967) 6 meses
- 1 técnico da ACARES -(1968) com estágio também na França.
- 2 assistentes rurais -(1968) Estágio em EFAs de Ec.Doméstica.

Documentando esta etapa de preparação de pessoal temos os seguintes depoimentos dos agrícultores:

Documento Nº 3.

"Eles nos disseram"

(Da"Comunitá "Nuova")- Castelfranco-Veneto- (Febraio,1968) - Tradução MEPES.

CÉLIO DE OLIVEIRA MARTINS (+)

"Depois de ter vivido um ano no C.P.A. Achei muitíssimo importante o novo método de ensino que nos dá a formação técnica experimental. Com este método pude discutir e entender os problemas e dificuldades do Agrícultor.

Durante todos estes meses fiz experiências também em propriedades Agrícolas e pude fazer a comparação entre a família Rural italiana e a Brasileira, reparando que existem muitas possibilidades para melhorar a nossa agrícultura e a maneira de viver do nosso agrícultor brasileiro, usando métodos bastante práticos como aquele adotado pela Escola-Família que é um dos métodos importantes para que os rapazes fiquem com responsabilidade no trabalho da roça."

DIRCEU MARCHIORI

" Até hoje fiz várias experiências: a 1ª foi a de estudar numa Escola deste tipo; cujo funcionamento tende a nos dar uma maturidade humana e técnica através do ensino, do internato e da alternância. Estagiei por 6 meses na propriedade do Sr.Florian em Monastier e assim pude viver junto aos agrícultores e conhecer alguns problemas. Agora nestes meses gostaria de fazer um estágio numa EFA porque voltando ao Brasil quero - colaborar na realização destas Escolas."

IGNACIO POMPERMAYER

" Até hoje minhas experiências na Itália são muitas e várias que me permitiram conhecer uma Escola em que - me foi dada a possibilidade de viver um ambiente formativo. Quero ainda fazer algumas experiências em cooperativas de Laticínios e em Cooperativas de mecânica Agrícola, assim vou aprender a conhecer de perto - os problemas e isto vai me ser util para organizar estas mesmas coisas com os agrícultores no Brasil. Porque as nossas finalidades são de iniciar algumas escolas como estas e de organizar também estas experiências com os agrícultores Capixabas."

JOÃO BORTOLOTE

" Vivi um período de experiência verdadeiramente maravilhoso. Entre os italianos encontrei uma boa acolhida, um tratamento cordial e gentil.

A vida de Escola me deu uma possibilidade de abertura a novos horizontes para poder aprofundar a minha preparação humana e técnica. Isto me servirá - para ajudar aos meus concidadões a iniciar novas experiências de desenvolvimento agrícola em minha região. Apenas terminado o período de formação retornarei à minha Pátria e poderei, ajudado da bagagem de noções e experiências feitas, iniciarei junto aos meus amigos a atividade de desenvolvimento da minha comunidade regional."

3 - Visita dos Técnicos Italianos

Ao mesmo tempo, a AES enviava também ao Brasil os seseguintes técnicos em desenvolvimento sócio-econômico:

- Prof.Danilo Agostini
- Dr. Giuliano Giorio
- Prof. Mario Zuliani

Estes analisaram os dados da região, juntamente com os líderes locais, traçando um plano de ação regional, nos seguintes termos:

Documento nº 4 -

Plano para uma ação de Promoção humana e social nos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Piúma e Rio Novo do Sul.

APRESENTAÇÃO

O nosso plano surge de uma colaboração entre entidades italianas e brasileiras,que depois de ter examinado a realidade sócio-econômica do território que compreende os cinco municípios (mais ou menos dois mil quilometros quadrado) foram despertado para a promoção humana dos habitantes daquela região(mais ou menos 50.000 pessoas) convencidos de que o desenvolvimento da pessoa humana é a condição indispensável de cada e qualquer desenvolvimento.

Na realização do plano estão comprometidas todas as Autoridades locais: Prefeitos, Vigários, Líderes Naturais(chefes de família, agrícultores,etc....) além dos responsáveis de Entidades Estaduais como: Secretaria da Educação, ACARES, e LBA. Colaboram também entidades italianas como a Associazione di Amici dello Stato dello Spirito Santo (com sede em Padova) a Faculdade de Agronomia da Universidade de Padova, o CECAT(Centro e Educazione e Coperazione Agricole Trevisiana)etc....

INTERPRETAÇÃO

Para entender o plano é necessário ter presente algumas premissas que foram o fruto de um estudo preliminar das características sociológicas da comunidade e da estrutura agrícola da região.

As premissas são as seguintes:

a)- Trata-se de uma zona colonizada por imigrantes do século passado, na grande maioria italianos;

b)- Trata-se de um ambiente quase completamente agrícola, caracterizado por fazendas pequenas e médias sendo a economia pobre destinada ao próprio consumo. Neste ambiente a sociedade natural é a família;

c)- As pessoas que compõem esta sociedade são abertas para compreenderem e discutirem a própria situação, mas por falta de um nível cultural e por um sistema de vida ainda muito vinculado às antigas tradições,encontram dificuldades para tomar decisões e enfrentar os problemas com um certo dinamísmo de grupo.

d)- Atualmente não existe no ambiente possibilidades para os agrícultores e de seus filhos de melhorar a própria formação profissional e elevar o nível de cultura; as estruturas escolares existentes preparam os jovens mais capacitados para abandonar a terra e inserrir-se na máquina burocratica do Estado privando assim o ambiente dos elementos que maiores esperanças poderiam oferecer para o seu desenvolvimento.

e)- Não existe na zona,técnicas modernas de trabalho, a agrícultura é fundamentada prevalentemente no trabalho ma-

nual do homem e nas queimadas(como preparo do terreno),existe sim grande quantidade de recursos naturais, mas que não são racionalmente aproveitados (o animal,por exemplo, não é utilizado como colaborador do homem no trabalho do campo, e a água,rica na região) não entra no ciclo produtivo como elemento normalizador da cultura.

f)- A população em média muito jovem e concentrada em famílias muito numerosas. Assim sendo,atingindo as famílias se atingirá a um número notável de pessoas.

FUNDAMENTAÇÃO

Tendo representado as premissas citadas acima, a atividade que visa a promoção desta comunidade, fundamentar-se-á sobre - dois princípios básicos:

a)- Utilizar todos os recursos disponíveis,tendo presente que são numerosos,por isso exige-se uma utilização mais racional e com técnicas produtivas que sejam acessiveis aos agricultores.

b)- Investir os capitais disponíveis prevalentemente na educação, e assim desenvolver as capacidades potenciais da pessoa humana,em particular a capacidade de tomar decisões autonomas(educação; atitude de solução dos problemas quotidianos,com as próprias capacidades)à Importante ainda é desenvolver a idéia que progredir verticalmente é possível também no próprio ambiente,mas a condição que se possa dar uma preparação profissional à aquele que fica na agricultura e desenvolver ou não tomados em séria consideração(colaboração,cooperativísmo, especialização,etc...).

RECURSOS

Utilização de escolas;não escolas tradicionais,mas escolas que educam a reflexão, que convidam os jovens a permanecer no próprio ambiente, que desenvolvam as capacidades técnicas do aluno - que, que sejam totalmente introsadas com a família;numa palavra,- novos tipos de Escolas Rurais, que formem não técnicos agrícolas, mas agricultores técnicos,fiéis ao ambiente rural onde vivem. Tais escolas fundamentam-se sobre esses elementos:

a)- A Família - Não é sobre o individuo,não é com grupo profissional ou com uma outra elite que se fundamenta a ação da - escola,mas nas famílias onde encontra-se a solidariedade de todos, junto aos irmãos, o carinho da mãe a autoridade do pai. Desta forma,os pais participam diretamente da educação dos filhos por meio da escola à qual pertença.

b)- A Alternância - Não existe uma escola mas várias escolas: a mesa da família, a rua,os encontros com os amigos, a vida dos colegas,etc.... A alternância é juntar tudo isso; o ensino da vida com o ensino da escola; é a porta da escola que fica aberta à vida a porta da vida que fica aberta à escola. Em concreto a alternância quer dizer para o aluno, um tempo de escola,um tempo de vida familiar e um tempo de prática agrícola. Assim o jovem não se torna simples estudante,mas utiliza a escola como meio de formação

cultural,profissional e humana,como também se habitua a refletir sobre sua própria situação, da família e do ambiente. Os problemas - que o aluno encontra na família,são levados à escola; esta procura interpretá-los,compará-los com outros problemas, dando-lhes uma colocação justa e possível seja científica e técnica, esclarecido,retorna a casa para discutir mais firmemente e com maior compreensão seus problemas.

c)- O Internato- Na escola existe o regime de internato. Nela o aluno passa o tempo integral. O regime de internato acostuma os jovens à vida comunitária, à discussão, ao trabalho de pesquisa,ao estudo individual e ao trabalho de equipe. A escola se preocupa em dar meios para solucionar os problemas e não solucionar ela mesma,os problemas dos jovens e de suas famílias.

É este o ripo de escola a ser implantado. Foi experimentado pela primeira vez na França com o nome" Maisons Familiales" e teve grande sucesso.Foi também experimentada na Itália com o nome de "Scuolle-Famiglia" por parte do CECAT. Também na Itália foi a causa de uma grande transformação no ambiente rural.

As escolas são dois graus:

1- Escolas para "Monitores"- com duração de 2 a 3 anos , para jovens de 15 até 20 anos; que tenham o ginásio(possivelmente) ou,pelo menos o primário completo,com capacidade de aproveitamento, sensibilidade aos problemas rurais,experiências do meio agrícola e aptidão ao trabalho.

2- Escolas Famílias Rurais - com duração de um ou dois anos,para jovens de 11 a 15 anos, que sejam filhos de um agricultor e tenham concluído o primário.

4- Constituição dos Comitês locais

Com representantes dos Municípios escolhidos para atuação do MEPES foi constituído um comitê com a finalidade de dar execução ao plano de desenvolvimento sócio-econômico. Dos trabalhos iniciais temos as seguintes informações:

Documento Nº 5

Comitê para o desenvolvimento sócio-ecnômico dos municípios de: Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha,Piúma e Rio Novo do Sul.

Anchieta,7 de outubro de 1967.

Prezado Amigo.

Eis-me aqui depois do nosso encontro de domingo 24 de setembro. Foi um ótimo encontro e acho que os alicerceres da nossa nova comunidade foram lançados. Mais uma vez agradeço o comparecimento e pela colaboração prometida.

Na terça-feira seguinte, dia 26 reuniy-se em Anchieta o Comitê promotor encarregado de estruturar e levar para frente os nossos anseios. Naquela ocasião o Pe.Luiz Gonzaga Macia, vigário de Alfredo Chaves foi eleito como representante dos vigários, e os senhores José Vargas Scherrer, de Piúma e Carlinho Marchiori, de Iconha, respectivamente, representantes dos agrícultores e dos pais.

O Comitê fica então definitivamente assim composto:

- Pe.Humberto Pietrogrande, sj, Coordenador.- Anchieta
- Dr.Wilson Rezende, presidente LBA; - Vitória.
- Dr.Eusébio Terra, diretor executivo ACARES; - Vitória.
- Pe.Luiz Gonzaga Macia, representante dos Vigários; - Alfredo Chaves.
- Sr.Zeferino Justo Vetoracci, representante dos Prefeitos; Anchieta.
- Sr.José Vargas Scherrer, representante dos Agrícultores; Piúma.
- Sr.Carlinho Marchiori, representante dos Pais; Iconha.
- Sr.João Batista Martins, representante do interior; Cachoeirinha, Rio Novo do Sul.
- Sr. Getúlio Motta de Oliveira Filho-secretário- Rio Novo do Sul.

Assim parece que o nosso comitê seja verdadeiramente representativo(todos os municípios estão representados e com as pessoas mais qualificadas) e no mesmo tempo bem eficiente no campo da operatividade. A presença dos Drs.Wilson e Terra nos proporciona o apôio e a colaboração bem valiosa da LBA e da ACARES.

Antes da saída para a Itália dos professores italianos, tivemos um encontro com o Secretário Estadual da Educação que apoiou o nosso Plano e garantiu a colaboração da Secretaria da Educação em tudo o que for preciso. Disse também que teria encarregado um funcionário da Secretaria para acompanhar os nossos trabalhos e para nos oferecer a assistencia necessária, respeitando totalmente a independência da nossa ãtividade, indispensável para a implantação no nosso Estado da Filosofia que está atraz das Escolas.

O Prof.Mário Zuliani viajou para a Itália no dia 25, e, no dia 28 viajaram os professores Danilo Agostini e Giuliano Giorio. Todos deixaram com saudade a terra capixaba que nos dias da permanência aqui começaram a conhecer e amar, e deixaram para mim a amavel incumbência de transmitir esse amor e de agradecer a todos as cordialidades e amizade de que foram alvo.

Esperamos que possam voltar quanto antes. O prof.Mário teria que voltar em agosto do ano vindouro com a turminha de capixabas que está se formando na Itália.

Deixaram para mim um pequeno trabalho científico onde recolheram umas observações sobre a visita e formularam sugestões para o nosso trabalho. Agora na Itália estão comprometidos a nos proporcionar amigos e a fazer progredir a Associação de amigos que ali foi fundada.

Também nós vamos trabalhar. No momento são estas as mais

importantes tarefas que nos esperam:

1º)- Escolher os lugares para as três escolas(a de monitores e as duas escolas famílias rurais). Como de acôrdo, os representantes de cada município que se encontram no comitê, deverão fazer um levantamento das disponibilidades que se encontram no município, apresentam as conclusões a mim, antes da reunião fixada para 2ª feira,dia 30 de outubro. Desde já peço ao senhor de colaborar com o representante de seu município no espírito da nossa comunidade que quer procurar verdadeiramente o melhor para todos, deixando de lado, por quanto for possível, cada mentalidade de bairrísmo e de reivindicação particular. Queremos servir toda a comunidade e procuramos encontrar o lugar onde com o menor gasto,podemos realizar a nossa obra. Lembre-se que pertence à nossa filosofia utilizar o dinheiro na forma melhor, e a forma melhor é tudo o que diretamente serve para a educação,formação e instrução dos nossos jovens.

As estruturas materiais,prédio etc, são instrumentos que queremos usar somente enquanto servem à nossa finalidade e não devem condicioná-la.

Em anexo á presente vai uma folha onde estão indicados o - que é necessário para cada tipo de escola e onde se apresentam critérios que tem a esclarecer à escolha do lugar.

Neste campo,prevejo as dificuldades: por isso peço encarecidamente fazer obra de persuasão e esclarecimentos para que as divergências que inevitavelmente irão surgindo, não comprometam o nosso ideal e o nosso esforço de trabalhar em comum.Ninguém tem que vencer e ninguém tem que perder porque todos tem que ganhar na escolha que iremos fazer no lugar melhor para todos. Se pedimos um sacrifício a um ou a outro será por pouco tempo,porque se Deus quiser e nos ajudar,poderemos realizar em breve também a escola de Economia Doméstica para as meninas rurais poderão multiplicar-se de modo que cada município possa ter a própria.

2º)- Esperamos poder começar dentro de poucos dias, o levantamento no município de Rio Novo do Sul. As fichas familiares foram preparadas pelo Dr.Giorgio, da Universidade de Pádua,que assumiu a direção do trabalho depois de ter consultado pessoas e - entidades brasileiras. Encarregadas da execução foram as duas assistentes sociais: Nazira Abraão e Celma Cahim que voltaram no mês passado da Itália depois de terem feito alí o curso de seis meses. O valor está também no método. Não será um simples levantamento técnico para fornecer dados,mas as duas assistentes sociais preencherão as fichas familiares juntamente com os líderes das várias comunidades de modo que o levantamento será uma auto-análise da mesma comunidade com a individuação das necessidades que poderão ser resolvidas com a colaboração e o esforço de todos.

Grande é a colaboração que a LBA nos prometeu para essa atividade. Desde já,nós agradecemos ao Dr.Wilson, Dr.Denizart,Dra. Mansueta e à dirigente do Serviço Social Dra.Leila Velo, que tornaram possível essa nossa iniciativa.

3º)- Temos que dar um nome e uma fisionomia jurídica à nossa entidade. O nome teria que nascer da colaboração de todos e teria que se expressar também o nosso espírito e nossa atividade. Por isso peço sugestões da parte de todos para o aspecto jurídico, o Dr.Terra se comprometeu a nos apresentar um ante-projeto que iremos discutir todos. Também o professor Agostini da Itália nos vai enviar a cópia dos Estatutos do CECAT. Teremos que aproveitar das experiências dos outros para iniciar a nossa.

Eis alguns ítens do nosso trabalho. Estamos também preparando a viagem à Itália de um técnico agrícola e de uma professora que irão aproveitar da bolsa de estudo para o próximo ano.

Estamos em marcha. O importante é não parar e construir alicerses cada vez mais profundos nas comunidades. O nosso ideal é trabalhar em comum, o nosso lema"Todos para um e um para todos".Deixamos tudo o que nos divide e abraçamos com coragem tudo o que nos une. Caminhando unidos seremos uma força que nada e ninguém nunca poderá parar. Deus será conosco e abençoará o nosso trabalho.

Um grande abraço e confio sempre na sua colaboração e na sua simpatia para este nosso ideal: veja de transmití-lo na sua comunidade e em tudo o que for ao seu alcance.

O seu amigo.

Pe.Humberto Pietrogrande,sj.

Comitê para o Desenvolvimento Sócio-Econômico dos municípios de: Anchieta,Alfredo Chaves,Iconha,Piuma e Rio Novo do Sul.

1)- Critério para orientar a escolha do lugar onde criar a escola monitores e as escolas-famílias.

a)- Utilização das possibilidades que já temos:

- possivelmente nada de prédios,mas somente acomodações.

b)- Sistemação logistica:bem colocada:

- servidas por estradas acessivas
- não no centro da cidade, mas relativamente vizinha onde puder aproveitar de todos os serviços.

c)- Possibilidades de aproveitamento duma fazenda: não é necessário que seja incorporada,mas tem que ser bem perto.

d)- Fiel ao ambiente familiar do aluno.

e)- O lugar que é mais estático e precisa de um maior impulso.

f)-das duas escolas-família possivelmente,uma num lugar montanhoso e outra numa baixada.

2)- O que precisa para a Escola de Monitores (25-30 alunos de 15 até 20 anos).

Terreno: 2 ou 3 alqueires de terra possivelmente anexas à casa.
Prédio: um lugar para dormitório dos alunos (25 ou 30, podem-se também usar beliches).
um local para dormitório dos professores (2 ou 3 camas.
um local para refeitório comum.
um local para cozinha
um local para a sala de aula
um local para a diretoria
um local para laboratório de análise
um local para:
- enfermaria
- bibliotéca
- banheiros.

3)- O que precisa para cada Escola-Família-Rural

Terreno: dois ou três alqueires de terra
Prédio : um local para dormitório dos alunos(15-20) podem-se usar beliches.
um quarto para dormitório dos professores (2-3)
um local para refeitório comum
um local para cozinha
um local para a sala de aula
um local (pequeno) para a diretoria.
um local para:
- enfermaria
- bibliotéca
- banheiros.

III- IMPLANTAÇÃO OFICIAL DO MEPES

Todo o trabalho preparatório culminou na fundação oficial do Movimento, conforme os seguintes documentos:

Documento Nº 6

Ata da Fundação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).

Aos vinte e seis dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e oito, no salão nobre da Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, às nove horas, estavam presentes o Sr.Pe.Humberto Pietrogrande,sj; Dr.José de Oliveira Rosa,Juiz de Direito da Comarca de Anchieta;Sr.José Vargas Sherrer;Sr.Carlos Marchiori; Sr.Getúlio Motta de Oliveira Filho; Pe.Luiz Gonzaga Macia; Sr.Zeferino Justo Vetoraci; Srat. Celma Marly Calhim; Srat. Nazira Abraaõ da Costa; Pe.Gianfranco Confalonieri,sj;Dr.Marcio Perim dos Santos; Pe.Luiz Maria Lamamié de Clairac; Sr. Dognol Damaceno; Sr.Honório Bonadimam; Pe.Francisco de Assis Gasmayer;Sr.Florindo Salvador; Sr.Élcio Ferreira da Silva; Sr.Carlos Vetoraci;Sr. Manoel de Souza Soares; Sr.José de Souza Soares; Sr.Alcides Cecon;

Waldecyr José Bertolde; Srat.Eliete Bagatol Queiroz;Sr.Aureo Viana; Sr.Élcio Simões do Nascimento; Sr.Narcizio Bosato; Srat.Dulcinéia - da Silva Lyrio; Sr.Claudio Bayer;Srat.Élcia Maria Vieira Farias; - Francisco Louzada de Freitas; Sr.Angelo Sartório; Sr.Francisco Jorge Bayer; Liege Medeiros Santos; Sr.João Fregonazzi Netto; Sr.Antonio Libardi; Sr.Amancio Athayde; Sr.Paulo Caldeira Brant; Sr.Everton Silva Lyrio. Foi fundada uma Associação com a finalidade de promover a elevação da pessoa humana através de uma ação comunitária - que desenvolverá a mais ampla atividade relativa ao interesse do homem do campo e principalmente no tocante à elevação cultural,social e economica dos agrícultores capixabas. O Pe.Humberto Pietrogrande, idealizador da nova Associação convidou o Dr.José de Oliveira Rosa, MM.Juiz de Direito da Comarca de Anchieta,para dirigir os trabalhos iniciais, o que foi feito, tendo assumido a Presidência e convocado as autoridades presentes para a composição da mesa presidencial. -- A seguir o Pe.Humberto Pietrogrande realçou a presença dos representantes das Comunidades presentes e apresentou as escusas daqueles que não puderam comparecer à Reunião. - Em seguida o Dr.José de Oliveira Rosa, agradeceu as palavras do Pe.Humberto Pietrogrande e disse que os trabalhos correriam mais facilmente enquanto já estava - bem planejado. Seguindo o Dr.José fez uma referência sobre o valor do homem do campo, frizando seus sacrifícios. Fou da união que deve existir entre todos os agrícultores para a fundação de algo que venha a beneficiar não só o agrícultor, mas também à coletividade. Estamos fundando uma entidade que quer promover vários setores da vida comunitária e por isso é necessário que cada um esteja disposto a doar algo de si a favor de seus semelhantes. Em seguida o Secretário do Comitê Executivo provisório leu a proposta dos estatutos do MEPES. O Dr. José de Oliveira Rosa, submeteu a aprovação os Estatutos, artigo por artigo e que foram aprovados na íntegra, com a excessão na letra "g" art.21 de uma emenda da letra"g"e a reformulação do Art.24. Posteriormente foi eleita a diretoria provisória do MEPES,que ficou assim constituída: Pe.Humberto Pietrogrande - Presidente; Sr.Euzébio Terra - Vice-Presidente; Sr.José de - Vargas Sherrer - Tesoureiro; Sr.Carlos Marchiori - Vice-tesoureiro; Sr.Getúlio Motta de Oliveira Filho - Secretário; Pe.Luiz Gonzaga Macia - Vice-Secretário. - Nesta oportunidade foi também constituído um conselho,formado pelos seguintes Senhores: , Zefarino Justo Vetoraci; Dr. Wilson Rezende; João Batista Martins; Celma Marly Cahim; Nazira Abraão da Costa; Pe.Gianfranco Confalonieri.Após a aprovação dos estatutos o Dr.José de Oliveira Roza e os membros da Diretoria Provisória, recém eleita os rubricaram. Enfim o Sr.José de Souza Soarez,prefeito Municipal de Iconha, propôs que a nova diretoria tomasse posse na cidade de Iconha no próximo domingo, dia vinte e oito do corrente mês, às nove horas. Esta proposta foi aceita e aprovada por unanimidade. Não havendo mais nada a se tratar - foi encerrada a reunião. Eu,Getúlio Motta de Oliveira Filho Lavrei a presente Ata, que será por todos assinada.

. . . . . .

. . . . . .

Documento Nº 7

Ata da Reunião solene realizada no Salão nobre da Prefeitura Municipal de Iconha.

Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e oito, às nove horas, na prefeitura municipal de Iconha, estavam presentes os Senhores:Pe. Humberto Pietrogrande, Pe. Luiz Gonzaga Macia; Srta.Beatriz Batista M.;Pe.Quintiliano Borges; Sr.João Fregonazzi Netto; Pe.Francisco de Assis Gasmayer; Srat.Nazira Abraão da Costa; Sr.João Batista Martins; Sr.Carlos Marchiori; Sr.Adilson Vargas de Souza; Sr.José Vargas Sherrer; Dr.Danilo Monteiro de Castro; Sr.Zeferino Justo Vetoraci; Sr.Manoel de Souza Soares; Sr.Wanderly Ciciliote; José Cupertino de Paula Beiriz; Sr.Getúlio Motta de Oliveira Filho; Sr.Justino Mameri; Pe. Gianfranco Confalonieri; Sra. Vanir Machado Bayer; Sra.Maria das Graças Marchesi;Dr.Jaime Rodrigues; Sr.Claudio Bayer; Sr.Honório Bonadimam; Sr.Adalgizo Pereira; Sr.Francisco Anholette; Sr.Moacyr - Saudino. Representantes das comunidades dos municípios de: Anchieta, Alfredo Chaves, Piúma,Iconha e Rio Novo do Sul, integrados na ação comunitária pelo MEPES. Os trabalhos foram abertos pela execução do hino Nacional, brilhantemente executado pela Banda de musica 13 de junho de Iconha. Sucessivamente o Dr.Danilo Monteiro de Castro, deputado Estadual e membro da sociedade Iconhense, deu posse aos membros da diretoria provisória do MEPES constituída na sessão de fundação do Movimento,em Anchieta, no dia 26/04/68. Após a posse da diretoria o Pe.Humberto Pietrogrande, assumiu a presidencia dos trabalhos e usando a palavra apresentou a finalidade do Movimento. O Pe.Humberto Pietrogrande na sua exposição frizou a importancia do Movimento que pretende adaptar o homem do Campo à sua realidade agrícola, fazendo promotor do seu desenvolvimento. - Apresentou também as atividades realizadas até aquele momento pela Diretoria Provisória e anunciou a programa imediato que se concretiza na realização até o final do ano de duas Escolas-Famílias para os filhos dos agrícultores da nossa região, de 15 a 20 anos. Os professores dessas Escolas-Famílias serão os jovens das nossas comunidades que atualmente estão na Itália se preparando para desenvolver esta tarefa. As Escolas nascerão da colaboração de todos os agrícultores, frizando o Pe.Humberto que " a união de todos é uma força que nunca e ninguém poderá derrubar". Franqueada a palavra, dela fizeram o uso. o Sr. José de Souza Soares, que agradeceu aos presentes; Dr.Odilon Vargas de Souza- Vice-Secretário Executivo da ACARES, representando o Dr.Euzébio Terra e que garantiu a colaboração de sua entidade nesta caminhada. O Sr.Arlon de Oliveira jornalista da AGAZETA,exaltando a atuação do MEPES que irá lutar contra o êxodo Rural favorecendo a incersão do homem do campo ao seu meio; o Pe.Gianfranco Confalonieri dizendo que o MEPES será uma nova forma feliz de ligar o homem ao campo,"uma ponte" que une os ideais à realidade da vida. Este ideal terá que ser vivido por nós e transmitido a todos os agrícultores de nossa área. Terminada os trabalhos a Srat.Beatriz fez gentilmente um convite para o almoço que a Prefeitura Municipal de Iconha,oferece a todos os participantes. Ninguém mais usou da palavra. O Sr.Prefeito Municipal

de Iconha, encerrou os trabalhos dizendo que este acontecimento será arquivado no livro de ouro da Prefeitura Municipal de Iconha. Nada mais havendo a Pe.Humberto Pietrogrande convidou as - presentes a participarem da Santa Missa que irá ser concelebrada na Igreja Matriz de Iconha, para pedir a ação propiciadora de - Deus sobre as futuras atividades do MEPES e sobre todos os agricultores da nossa região. Eu,Getúlio Motta de Oliveira Filho lavrei a presente ata que será assinada por todos os presentes.

. . . . . .

. . . . . .

Documento Nº 8

Estatutos Iniciais do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).

TÍTULO

CAPÍTULO - I -

Denominação - Sede - Duração - Âmbito

Art.1º - É fundada uma associação civil em 26 de abril de 1968, sem fins lucrativos, nesta cidade de Anchieta,com fôro e sede na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, denominada Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) regida pelos presentes estatutos.

Art.2º - A associação tem duração por tempo indeterminado.

Art.3º - A associação tem como âmbito de ação,inicialmente, o Estado do Espírito Santo.

CAPÍTULO - II -

Art.4º - A Entidade tem por finalidade a promoção da pessoa humana, através de uma ação comunitária que desenvolva a mais ampla atividade inerente ao interêsse da agrícultura e,principalmente no que tange a elevação cultural,social e economica dos Agrícultores.

Art.5º - Atendidos os objetivos, a Entidade poderá celebrar convênios com outros organismos de qualquer âmbito e filiar-se a outros de âmbito nacional, bem como colaborar em atividades similares às suas.

CAPÍTULO - III -

Patrimônio e Manutenção

Art.6º - Constituem patrimônio da Entidade todos os bens móveis e imóveis que venha a possuir.

Art.7º - Constituirão receita da Entidade as doações,subvenções,seja de particulares, como da Federação, Estado, ou Municípios, e outras contribuições.

TÍTULO II

CAPÍTULO - I -

Estrutura

Art.8º - São órgão da Entidade a Junta Diretora, a Junta Administrativa, o Conselho Fiscal e a Diretoria.

Art.9º - A Junta Diretora será constituída por:

a)- Um Representante da Sociedade Nacional de Instrução,neste Estado representada pela Companhia de Jesus no Espírito Santo;

b)- Um Representante da Associação dos Amigos do Espírito - Santo;

c)- Um Representante dos Vigários;

d)- Um Representante dos Prefeitos;

e)- Um Representante da ACARES (Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo);

Art.10º - É da competência da Junta Diretora:

a)- Propor e aprovar alterações nos Estatutos;

b)- Indicar Acôrdos ou Convênios a serem celebrados;

c)- Indicar os membros da Diretoria;

d)- Indicar a entrada de novos membros para a Junta Administrativa.

Art.11º - Os representantes dos vigários e dos prefeitos serão indicados dentre aqueles cujos municípios sejam objeto das atividades da Entidade.

Art.12º - Os Representantes da Companhia de Jesus e da Associação dos Amigos do Espírito Santo e da ACARES, serão designados pelas respectivas diretorias das Entidades a que pertencem.

Art.13º - A Junta Administrativa será constituída por:

a)- Membros fundadores;

b)- Membros contribuintes;

c)- Representantes de pais de alunos das Escolas Filiadas.

Art.14º - São membros fundadores todas as Entidades e Órgãos representados na sessão de Fundação da Entidade,que venham a colaborar significativamente ao desenvolvimento da mesma.

Art.15º - São membros contribuintes todas as Entidades ou Órgãos - que convencionem com a mesma e mantenham uma colaboração significativa ao desenvolvimento da Entidade.

Art.16º - Os representantes dos pais dos alunos serão no máximo - tanto quantos os demais membros da Junta Administrativa, porém,nunca menos de 3 (três).

Art.17º - São atribuições da Junta Administrativa:

a)- Aprovar os Planos de Trabalho da Entidade;

b)- Aprovar a Prestação de Contas da Diretoria;

c)- Eleger a Diretoria;

d)- Aprovar Convênios ou Acordos;

e)- Aprovar a entrada de novos membros;

f)- Aprovar o quadro de pessoal.

Art.18º - O Conselho Fiscal será constituído de 3 elementos, eleitos pela Junta Administrativa dentre os seus membros, por um mandato de 2 anos, tendo cada um, um suplente.

Art.19º - São atribuições do Conselho Fiscal:

a)- Apreciar e aprovar as contas da Diretoria;

b)- Fiscalizar a aplicação dos recursos da Entidade.

Art.20º - A Diretoria será constituída por:

a)- Um Secretário Executivo, eleito pela Junta Administrativa, dentre 3 nomes indicados pela Junta Diretora, com mandato de 2 anos;

b)- Um Secretário indicado pelo Secretário Executivo e homologado pela Junta Administrativa.

Art.21º - São atribuições do Secretário Executivo:

a)- Cumprir e fazer cumprir as determinações das Juntas;

b)- Executar o plano de trabalho;

c)- Zelar pelo patrimônio da entidade;

d)- Contratar e designar pessoal;

e)- Propor a expansão das escolas;

f)- Participar das reuniões das escolas filiadas;

g)- Representar a entidade ativa e passivamente, perante autoridades em geral, em juízo ou extra judicial.

Art.22º - São atribuições do Secretário:

a)- Substituir o Secretário Executivo em seus impedimentos, mediante autorização expressa;

b)- Fazer cumprir as determinações do Secretário Executivo;

c)- Executar as tarefas que lhe forem delegadas.

Art.23º - Nenhum contribuinte, diretor ou membro dos órgãos desta entidade podem receber remuneração, sob qualquer espécie, pelos serviços prestados.

TÍTULO III

CAPÍTULO - I -

Disposições Gerais

Art.24º - A Junta Diretora aprovará o regimento interno da Entidade.

Art.25º - Em caso de dissolução os bens da Entidade terão o destino que a Junta Administrativa aprovar por maioria simples de votos pelo menos 2/3 dos membros presentes.

Parágrafo Único:

Esses serão sempre destinados a uma entidade congênere, de preferência às que mantenham afinidade com os objetivos desta entidade.

Art.26º - Todos bens imóveis, objeto de doação serão incorporados ao seu patrimônio.

Art.27º - Os casos omissos serão decididos pela Junta Diretora.

TÍTULO IV

CAPÍTULO - I -

Disposições Transistórias

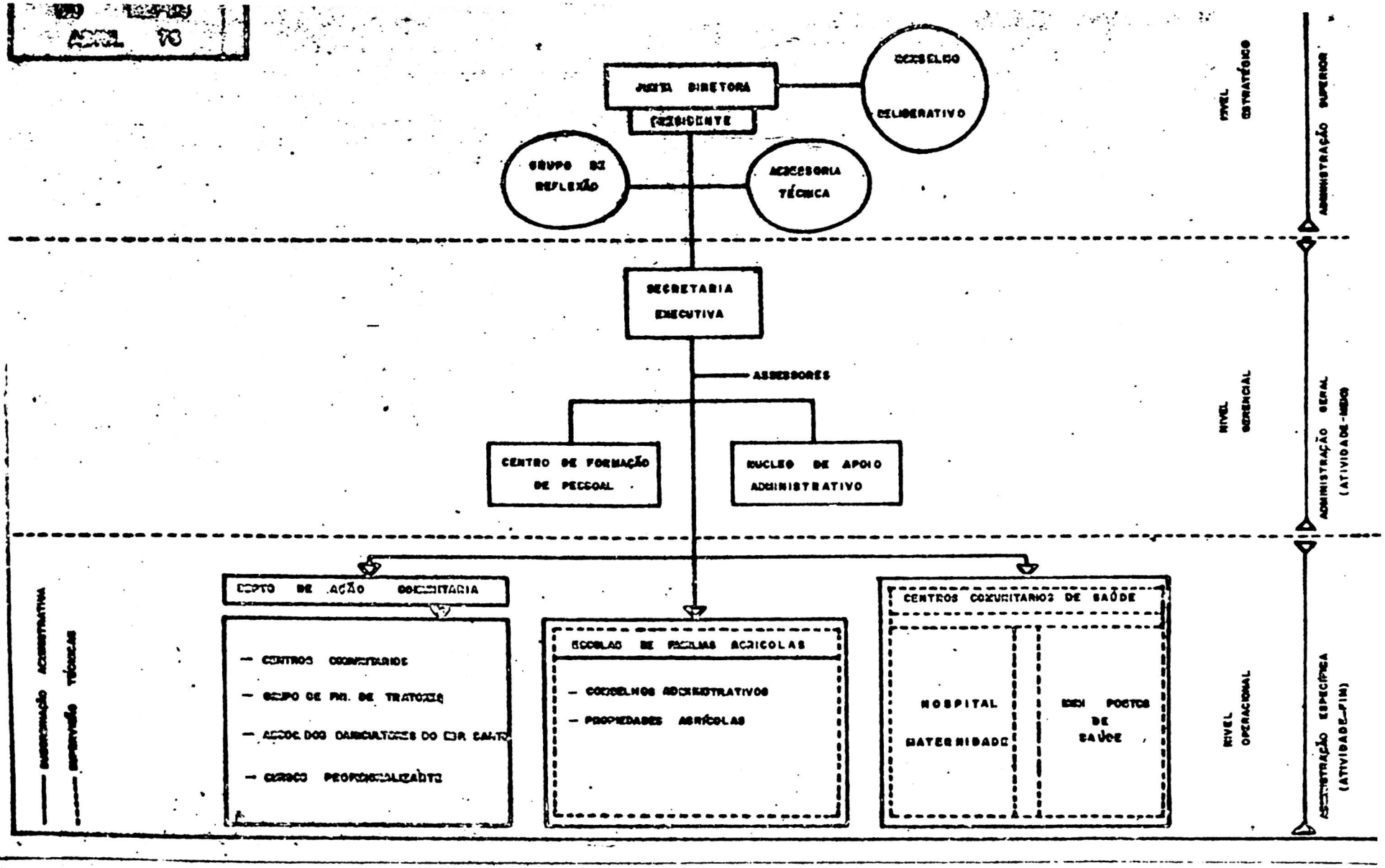
Art.28º - A primeira diretoria será eleita em carater provisório - com mandato para um período não superior a 6 (seis) meses à partir da data da eleição.

IV - MEPES EM AÇÃO: 8 ANOS DE TRABALHO

Estava lançado o Movimento. Mas, o que de fato ele produziu? Que índice de desenvolvimento conseguiu? A quem e a quantos atendeu? Onde atuou? Em que áreas de desenvolvimento?

Basta observar criticamente os relatórios de atividades do Movimento para encontrar resposta a estas indagações e respostas que justificam todo o esforço de 8 anos de trabalho. Sua produtividade - não se expressa verdadeiramente em dados estritamente numéricos, mas, sobretudo, no seu empenho de realizar uma verdadeira transformação, acompanhando o agricultor em sua ascessão social. Antes que quantitativa foi qualificativo seu trabalho, garantido por dois tipos de atividades:

a)- atividades-meios: montagem de uma estrutura capaz de atender verdadeiramente aos objetivos do Movimento e que o coloca numa atitude de constante serviço às Comunidades interioranas procurando criar instrumentos que permitam a promoção das mesmas. Esta tentativa levou o Movimento a tomar a seguinte estrutura organizacional:


JUNTA DIRETORA
PRESIDENTE
CONSELHO DELIBERATIVO
GRUPO DE REFLEXÃO
ASSESSORIA TÉCNICA
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORES
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PESSOAL
NUCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DEPTO DE AÇÃO COMUNITARIA
— CENTROS COMUNITARIOS
— GRUPO DE PRI. DE TRATOXIS
— ASSOC. DOS DARICULTORES DO ESP. SANTO
— CURSOS PROFISSIONALIZANTES
ESCOLAS DE PRIMAS AGRICOLAS
— CONSELHOS ADMINISTRATIVOS
— PROPRIEDADES AGRÍCOLAS
CENTROS COMUNITARIOS DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE
SEIS POSTOS DE SAÚDE
— SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA
— SUPERVISÃO TÉCNICA
NIVEL ESTRATÉGICO
NIVEL GERENCIAL
NIVEL OPERACIONAL
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
ADMINISTRAÇÃO GERAL (ATIVIDADE-MEIO)
ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA (ATIVIDADE-FIM)

Estrutura Organizacional básica do MEPES

Da Organização básica do MEPES

Art.1º - O sistema administrativo do MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo é constituído das seguintes unidades:

I- Órgão de Administração Superior

1. Junta Diretora
2. Conselho Deliberativo
3. Presidente

II- Órgãos de Assessoramento Superior

1. Assessoria Técnica (AST)
2. Grupo de Reflexão (GR)

III- Órgãos de Administração Geral

1. Secretaria Executiva (SEC)
1.1.- Núcleo de Apoio Administrativo (NAP)
1.2.- Centro de Formação de Pessoal (CFP)

IV- Órgãos de Administração Específica

1. Departamento de Ação Comunitária (DAC)
   a)- Centros Comunitários
   b)- Grupo de Financiamento de Tratores(GFT)
   c)- Associação dos Bananicultores do ES(ABES)
   d)- Cursos Profissionalizantes
2. Escolas da Família Agrícolas (EFAs)
   a) Conselho Administrativo
   b) Propriedades Agrícolas
3. Centros Comunitários de Saúde (CCS)
   a) Hospital /Maternidade
   b) Mini-Postos de Saúde.

Das Atribuições das Unidades Administrativas do MEPES

I- Dos Órgãos de Administração Superior

DA JUNTA DIRETORA

Art.2º - As atribuições básicas da Junta Diretora são aquelas consubstanciadas no art.10 dos Estatutos do MEPES competindo-lhe, portanto:

a)- Propor e aprovar alterações nos Estatutos;
b)- Autorizar a assinatura de convênios e acordos;
c)- Eleger o Secretário Executivo pelo período de 3 (três)anos, podendo ser renovado por igual período;

d)- Admitir o ingresso de novas entidades para o Conselho Deliberativo;
e)- Aprovar o Quadro de Pessoal e respectivos níveis salariais;
f)- Deliberar quanto à aquisição de bens imóveis incorporáveis ao patrimônio do MEPES, bem como a hipoteca, cessão ou caução desses bens;
g)- Aprovar o Orçamento Anual, bem como o Programa Anual de trabalho proposto para o MEPES;
h)- Aprovar os programas de atualização e modernização da estrutura organizacional do MEPES;
i)- Resolver os casos omissos nos Estatutos;
j)- Expedir o regimento de suas sessões.

Art. 3º- A Junta Diretora será dirigida por um Presidente, eleito entre seus membros pelo período de 3 (três) anos, podendo ser reeleito, consecutivamente, por mais um período.

Parágrafo Único: O Presidente da Junta Diretora funcionará como o Presidente do MEPES;

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 4º - O Conselho Deliberativo é o órgão fiscalizador da gestão econômica-financeira do MEPES, competindo-lhe, especificamente:

a)- Pronunciar-se sobre o processo de prestação de contas do MEPES, através do Balanço anual, relatórios e inventários apresentados pelo Secretário Executivo;

b)- Examinar a legitimidade dos contratos celebrados;

c)- Fiscalizar a aplicação dos recursos da Entidade.

DO PRESIDENTE DO MEPES

Art. 5º - As atribuições do presidente, são as previstas no art.13 dos Estatutos do MEPES, aprovados pela Junta Diretora, em 07/03/74, quais sejam:

a)- Convocar e presidir as reuniões da Junta Diretora;

b)- Representar o MEPES em juízo ou fora dele;

c)- Manter os membros da Junta Diretora, permanentemente informados da ação e resultados dos órgãos executivos do MEPES;

d)- Representar o MEPES na celebração de acordos, convênios, contratos, protocolos e ajustes, dos quais a instituição seja parte:

e)- Empossar o Secretário Executivo;

f)- Articular e intensificar as relações do

MEPES com outras instituições,visando a promoção e a consolidação do Movimento;

g)- Negociar,mediante a aprovação de Junta Diretora, a contratação de empréstimos internos e/ou externo, bem como, acompanhar a execução desses;

h)- Designar os responsáveis pela movimentação das contas bancárias do MEPES;

i)- Promover a integração permanente das atividades do MEPES,procurando estabelecer uma perfeita uridade de ação, aspirações,esforços,tendências e de realizações, no sentido do atingimento dos elevados objetivos sociais do movimento.

j)- Designar os chefes das unidades administrativas diretamente subordinadas ao MEPES;

II- Dos órgãos de assessoramento superior do MEPES

DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 6º - A Assessoria Técnica,como unidade sem estrutura formal, integrada por especialistas a serem reunidos de acordo com os interesses e necessidades permanentes ou transitórias do MEPES, tem como âmbito de ação:

a)- Prestar assessoramento técnico ao Presidente do MEPES, em questões técnicas específicas,sob a forma de estudos,pesquisas,investigações,pareceres,avaliação, análises,interpretações de atos normativos.

b)- Prestar assistência administrativa ao Presidente executando atividades de:

- Elaboração de agenda de reuniões;
- Preparação e circulação dos sumários das conclusões da Junta Diretora, para orientação às demais unidades administrativas do MEPES;

- O registro e acompanhamento de dados, informações e decisões relativas à programação de trabalhos e desempenho das unidades operacionais do MEPES, para orientação ao nível estratégico, na tomada de decisão.

- A elaboração de planos de aplicação para obtenção de recursos externos pelo MEPES;

- A elaboração dos relatórios anuais da direção do MEPES.

c)- A execução de outras tarefas de natureza técnica que forem requeridas pela administração superior do MEPES.

Parágrafo Único- A Assessoria Técnica, como unidade de assessoramento da Presidência do MEPES, não poderá exercer qualquer poder de decisão ou de comando sobre os demais órgãos da entidade restringindo-se sua ação ao apoio e orientação técnica ao nível estratégico.

DO GRUPO DE REFLEXÃO (GR)

Art. 7º - O Grupo de Reflexão (GR) é o órgão encarregado de manter vivos os princípios filosóficos básicos do MEPES, em todas as suas atividades, orientando a ação da entidade para o aprimoramento e expansão constante de suas promoções e realizações.

Art. 8º - Cabe, especificamente, ao Grupo de Reflexão:

a)- Promover programas de aprofundamento metodológico para os operadores do MEPES, visando assegurar-se uniformidade de ação para os mesmos;

b)- Promover a avaliação contínua dos resultados alcançados pelo MEPES, à luz dos objetivos filosóficos do Movimento;

c)- Assessorar a Direção do MEPES nos projetos de expansão de suas atividades, procurando conduzí-las sempre no sentido da promoção integral do homem-objetivo maior do Movimento;

d)- Discutir e propor à Direção do MEPES sempre que surjam novas idéias, a adoção de novas iniciativas e técnicas de programação da ação do Movimento na busca de seus objetivos principais.

Art. 9º - O Grupo de Reflexão será integrado por:

a)- Representantes das unidades administrativas do MEPES;

b)- Pessoas físicas e/ou representantes de instituições públicas e/ou privadas, que possam contribuir afetivamente na condução dos trabalhos do GR, até o número de 5 (cinco), escolhidos e convidados especialmente pela Junta Diretora.

Art.10º - O Grupo de Reflexão terá Regimento Interno próprio e um coordenador de suas atividades, designado pela Junta Diretora.

III- Dos órgãos de administração geral

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art.11º - A Secretaria Executiva é o órgão que tem por finalidade exercer as atividades de coordenação administrativa do MEPES com as unidades operacionais, competindo-lhe, especificamente:

Parágrafo Único- A Assessoria Técnica, como unidade de assessoramento da Presidência do MEPES, não poderá exercer qualquer poder de decisão ou de comando sobre os demais órgãos da entidade restringindo-se sua ação ao apoio e orientação técnica ao nível estratégico.

DO GRUPO DE REFLEXÃO (GR)

Art. 7º - O Grupo de Reflexão (GR) é o órgão encarregado de manter vivos os princípios filosóficos básicos do MEPES, em todas as suas atividades, orientando a ação da entidade para o aprimoramento e expansão constante de suas promoções e realizações.

Art. 8º - Cabe, especificamente, ao Grupo de Reflexão:

a)- Promover programas de aprofundamento metodológico para os operadores do MEPES, visando assegurar-se uniformidade de ação para os mesmos;

b)- Promover a avaliação contínua dos resultados alcançados pelo MEPES, à luz dos objetivos filosóficos do Movimento;

c)- Assessorar a Direção do MEPES nos projetos de expansão de suas atividades, procurando conduzí-las sempre no sentido da promoção integral do homem-objetivo maior do Movimento;

d)- Discutir e propor à Direção do MEPES sempre que surjam novas idéias, a adoção de novas iniciativas e técnicas de programação da ação do Movimento na busca de seus objetivos principais.

Art. 9º - O Grupo de Reflexão será integrado por:

a)- Representantes das unidades administrativas do MEPES;

b)- Pessoas físicas e/ou representantes de instituições públicas e/ou privadas, que possam contribuir afetivamente na condução dos trabalhos do GR, até o número de 5 (cinco), escolhidos e convidados especialmente pela Junta Diretora.

Art.10º - O Grupo de Reflexão terá Regimento Interno próprio e um coordenador de suas atividades, designado pela Junta Diretora.

III- Dos órgãos de administração geral

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art.11º - A Secretaria Executiva é o órgão que tem por finalidade exercer as atividades de coordenação administrativa do MEPES com as unidades operacionais, competindo-lhe, especificamente:

a)- Cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas da Junta Diretora e do Presidente do MEPES;

b)- Elaborar e propor à aprovação da Junta Diretora o Plano Anual de Trabalho e o Orçamento Anual do MEPES;

c)- Coordenar a execução do Plano Anual de Trabalho controlando e avaliando os resultados alcançados, bem como, procedendo as correções devidas sempre que necessário;

d)- Manter o nível estratégico permanentemente informado do andamento das atividades programadas;

e)- Exercer e controlar, através do Núcleo de Apoio Administrativo, as atividades relativas à administração de pessoal, material e patrimônio da entidade;

f)- Coordenar e controlar, através do Núcleo de Apoio Administrativo, as atividades relativas à Administração financeira e contábil do MEPES;

g)- Expedir normas e instruções sobre simplificação, racionalização dos serviços administrativos para todas as unidades do MEPES, visando o estabelecimento de maior agilidade e eficiência nas comunicações e controles administrativos;

h)- Propor a Junta Diretora a criação de novas unidades para descentralização de serviços, toda vez que o volume e complexidade das funções pertinentes assim exigirem;

i)- Proceder estudos de racionalização e padronização de impressos e formulários para todo o sistema administrativo do MEPES;

j)- Elaborar os relatórios de atividades solicitados pela administração superior, bem como, o Relatório anual do MEPES submetendo-os à aprovação superior;

l)- Submeter, anualmente, até 3 (três) meses após o encerramento do exercício, as contas e atos da entidade, para a aprovação do Conselho Deliberativo;

m)- Propor, sempre que oportuno, aos órgãos de deliberação superior, a expansão das atividades-fim do MEPES;

n)- Supervisionar, coordenar e controlar as unidades responsáveis pelas atividades-fim do MEPES;

o)- Participar de reuniões das escolas-famílias das reuniões setoriais e de encontros de comitês municipais, sempre que requerida para tal;

p)- Prestar apoio aos trabalhos de ação comunitária e assistência à saúde, sempre que necessário;

q)- Assessorar o Presidente em seus contatos de representação externa do MEPES, sempre que for convocado para tais missões;

r)- Programar,supervisionar,controlar e avaliar as atividades e resultados do Centro de Formação de - pessoal do MEPES.

Parágrafo único - Para o melhor desempenho de suas funções, o Secretário Executivo poderá contar com a colaboração, permanente e/ou transitória, de assessores nos campos administrativos e/ou de outras especialidades técnicas, desde que autorizado, préviamente,pela Junta Diretora.

DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO (NAP)

Art.12º - Ao Núcleo de Apoio Administrativo,compete executar todas as atividades de apoio administrativo à Secretaria Executiva do MEPES,cabendo-lhe, especificamente:

- Na área de administração de pessoal

a)- Administrar o plano de salários e cargos aprovado pela Junta Diretora;

b)- Executar,sob a coordenação do Secretário Executivo, as atividades de recrutamento,seleção, contratação, regime jurídico, controles funcionais do pessoal;

c)- Promover a elaboração das folhas de pagamento e as relações de descontos obrigatórios e autorizados; proceder ao recolhimento dos encargos sociais;

d)- Promover a organização e manutenção atualizada dos fichários de pessoal,procedendo os assentamentos da vida funcional e de outros dados pessoais e profissionais dos empregados, os quais possam interessae à Administração;

e)- Controlar a escala de férias do pessoal,aprovada pelo Secretário Executivo;

f)- Promover a verificação dos dados relativos à situação familiar e o contrôle do salário-família, do adicional por tempo de serviço e outras vantagens dos empregados previstas na legislação em vigor.

- Na área de administração de material de patrimônio.

a)- Promover a organização e manutenção atualizada do cadastro de fornecedores e do cadastro - dos preços correntes dos materiais de emprego mais frequente no MEPES;

b)- Promover a aquisição de material de consumo necessários aos atendimentos das necessidades dos serviços administrativos,observando os critérios de economicidade e qualidade;

c)- Promover a orientação às demais unidades quanto à maneira de formular requisições de material;

d)- Promover a manutenção do estoque e guarda, em perfeita ordem de armazenamento, conservação, classificação e registro dos materiais de consumo;

e)- Promover o tombamento de todos os bens patrimoniais do MEPES, mantendo-os devidamente cadastrados;

f)- Promover a caracterização e identificação dos bens patrimoniais;

g)- Coordenar-se com o Contador para efeito de registro patrimonial do material permanente;

h)- Promover o recolhimento do material inservivel ou em desuso e providenciar, depois de autorizada a efetivação da medida conveniente em cada caso, a sua redistribuição, recuperação ou venda, comunicando à contadoria, para efeito de baixa, a venda dos bens patrimoniais;

i)- Controlar os contratos de locação e manutenção de imóveis, porventura, firmados pelo MEPES;

j)- Fiscalizar a observância das obrigações contratuais assumidas por terceiros, em relação ao patrimônio do MEPES;

l)- Proceder ao levantamento anual do inventário de bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio da entidade.

- Na área de transporte

a)- Promover o controle do movimento de entrada e saída de veículos e a quilometragem percorrida, correlacionando-a com os gastos de óleo, combustível e lubrificante;

b)- Promover o controle dos gastos de óleo, combustível e lubrificantes, assim como das despesas de manutenção de veículos;

c)- Providenciar o emplacamento dos veículos do MEPES;

d)- Promover o registro dos veículos;

e)- Zelar pela regularidade da situação dos condutores de veículos do MEPES, em fase da legislação de transito em vigor;

- Na área de serviços gerais e de zeladoria

a)- Promover a manutenção das instalações elétricas e hidráulicas dos prédios utilizados pelo MEPES;

b)- Promover a conservação e limpeza interna e externa dos prédios, móveis e instalações;

c)- Promover a execução de serviços de mecanografia de duplicação e reprodução de trabalhos e documentos necessários ao normal andamento das atividades a-

dministrativas;

d)- Organizar e manter serviços eficientes de protocolo, comunicações e arquivo, dentro do MEPES;

e)- Controlar a execução por terceiros dos serviços gráficos requeridos pelas atividades do MEPES.

- Na área de Administração Financeira

a)- Fornecer informações para a elaboração do Orçamento anual do MEPES;

b)- Executar o contrôle da execução orçamentária do MEPES, de acôrdo com as normas e procedimentos definidos pela Secretaria Executiva;

c)- Elaborar relatórios da execução orçamentária para informação aos escalões da Administração do MEPES;

d)- Executar os serviços de escrituração contábil, emitindo os balancetes mensais em época oportuna;

e)- Levantar, até 3 (três) meses após o encerramento do exercício, o Balanço e prestações de contas da entidade, que serão submetidas à aprovação do MEPES;

f)- Promover o exame e conferência dos processos de pagamento, tomando as providências cabíveis quando se verificarem irregularidades ou falhas;

g)- Manter o contrôle dos depósitos e retiradas bancárias conferindo, no mínimo uma vez por mês, os extratos de contas correntes, conciliando-os e propondo as providências que se fizerem necessárias para o eventual acêrto;

h)- Promover o registro contábil dos bens patrimoniais do MEPES, tanto móveis quanto imóveis;

i)- Estabelecer perfeito entrosamento com os demais órgãos do MEPES, visando à melhoria e a regularidade dos registros e contrôles contábeis;

j)- Incumbir-se dos contratos com estabelecimentos bancários, em assuntos de sua competência;

l)- Efetuar os pagamentos autorizados;

m)- Promover a publicação diária do movimento de caixa do dia anterior;

n)- Movimentar contas bancárias, juntamente com o secretário Executivo, efetivando saques e depósitos quando autorizado;

o)- Promover o recolhimento das contribuições para as instituições de previdência.

Art. 13º - O Núcleo de Apoio Administrativo (NAP) poderá vir a ser desmembrado em seções, para desenvolvimento de atividades específicas, quando o volume e complexidade das tarefas referentes a uma determinada função assim

exigirem.

Parágrafo ùnico: - A criação dessas novas unidades deverá partir de propostas formulada pelo Secretário Executivo e que será submetida à aprovação da Junta Diretora.

DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PESSOAL

Art.14º - O Centro de Formação de Pessoal(CFP) é o òrgão encarregado de preparar os agentes responsáveis pela propagação e expansão ordenada dessas atividades,tendo como - âmbito de ação:

a)- Formar monitores para as Escolas da Família Agrícola(EFAs),acompanhar o seu desenvolvimento e assessorá- los em seu aprimoramento pessoal;

b)- Prestar assessoramento às unidades operacionais do MEPES, no que se refere a organização,condução e aprimoramento sistemático de suas atividades dentro - dos padrões metodológicos desejáveis;

c)- Promover programas de aprofundamento metodológico para os operadores do MEPES,visando assegurar-se uniformidade de ação;

d)- Desenvolver a programação de treinamento,anualmente proposta pela Secretaria Executiva e aprovada pela Junta Diretora do MEPES;

e)- Organizar e manter uma bibliotéca voltada - para as necessidades do MEPES;

f)- Manter permanente intercâmbio com outros - centros congêneres,visando a troca de informações e experiências.

IV - Dos órgãos de Administração Específica

DO DEPARTAMENTO DE AÇÂO COMUNITÁRIA

Art. 15º - O Departamento de Ação Comunitária é o órgão que tem por finalidade exercer as atividades de coordenação - de promoções comunitárias, orientando o eficiente aproveitamento de recursos,esforços e iniciativas no - sentido de engajar o homem rural no desenvolvimento e promoção de sua comunidade,competindo-lhe,especificamente:

a)- Incentivar e orientar a constituição e organização de centros comunitários, prestando-lhes o apoio técnico necessário ao seu funcionamento e fortalecimento;

b)- Incentivar e orientar a constituição e funcionamento de movimentos associativistas entre agricultores,facultando-lhes o acesso a equipamentos modernos de exploração agrícola; a ação combinada ao nível de -

administração, treinamento de pessoal, programação e comercialização da produção agrícola;

c)- Apoiar a realização de cursos profissionalizantes para a população rural, dentro do programa de formação de comunidades, através de convênios específicos.

Art.16º - O Departamento de Ação Comunitária estenderá sua órbita de ação aos organismos indicados a seguir, bem como a outros que venham a ser constituídos e organizados através de movimentos comunitários.

- Centros Comunitários (UPPE)
- Grupo de financiamento de Tratores (GFT)
- Associação dos Bananicultores do ES (ABES)
- Cursos Profissionalizantes (PIPMO)

DAS ESCOLAS DA FAMILIA AGRICOLA

Art.17º - As Escolas da Família Agrícola (EFA) são as unidades operacionais básicas do MEPES e constituem centros polarizadores de atividades educacionais no meio rural.

Art.18º - Compete às Escolas da Família Agrícola:

a)- Servir e promover as famílias rurais, dentro de uma concepção de integração Escola-Família;

b)- Ministrar o ensino fundamental no meio rural utilizando-se de métodos, praticas e instrumentos pedagógicos que possibilitem o envolvimento do aluno num clima de intensa ligação com a vida real;

c)- Desenvolver o espírito comunitário no meio rural.

Art.19º - Cada EFA disporá de uma propriedade agrícola, com a finalidade de:

a)- Permitir, através de exploração técnicamente orientada, a obtenção de uma renda que contribua para a manutenção da Escola;

b)- Constituir uma "propriedade demonstrativa" para a introdução de técnicas agrícolas avançadas e ainda não utilizadas no meio onde a Escola se encontra inserida.

c)- Incentivar os agricultores a se utilizarem dos recursos técnicos demonstrados.

Art. 20º - As Escolas da Família Agrícola são detentoras de autonomia administrativa e econômica e administradas por Conselhos Administrativos.

Art.21º- A organização e o funcionamento das EFAs serão disciplinados em Regimento próprio.

Art.22º - A ação do MEPES nas EFAs se limita à orientação técnica, preparação de monitores, acompanhamento e avaliação de resultados e ao apoio no sentido de incentivar o seu constante crescimento e eficiente funcionamento.

DO CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Art.23º - O Centro Comunitário de Saúde (CCS) é o orgão que tem por finalidade promover a educação sanitária no meio rural, orientando as comunidades para as vantagens da medicina preventiva e criando condições para que ela seja amplamente exercida.

Art.24º - Compete especialmente ao CCS:

a)- A criação e organização de unidades de assistência médica e hospitalar, através de apoio a movimentos comunitários;

b)- A constituição de equipes médicas para atendimento às unidades acima referidas;

c)- A mobilização de recursos financeiros para manutenção dessas unidades, em complementação aos recursos da comunidade;

d)- A motivação e conscientização das comunidades para a implantação de ambulatórios de campo (mini-postos), bem como, a prestação de apoio técnico para o funcionamento dessas unidades de educação e assistência sanitária.

Parágrafo ùnico: Os Centros Comunitários de saúde, terão organização e regimento próprios e serão administrados através de Conselhos Administrativos integrados por pessoas da Comunidade a que servem e disporão da supervisão e orientação dtécnica do MEPES.

A situação jurídica do MEPES e de suas unidade básicas de serviço é a seguinte:

Documento Nº 10

Situação Jurídica do MEPES

1- Fundação

- Fundada em 26/04/68, com sede e foro na Cidade de Vitória (ES);

2- Personalidade Jurídica

- Cartório Hélio Valentin Sarlo - 14/06/68 - Livro.A.-5 na Fl.124- Sob o nº 1.114 de Ordem.

3- Declaração de Fins Filantrópicos:

- Nº 230.395/71 e Nº renovado: 224.165/74.

4- Registro no Conselho Nacional de Serviço Social

- Nº 200.015 de 04/03/71

5- Declaração de Utilidade Pública

- Estadual: Lei nº 2.619/71
- Municipais:
  - Anchieta: Lei nº 209/68
  - Alfredo Chaves: Lei nº 296/68
  - Iconha: Lei nº 275/68
  - Piúma: Lei nº 40/68
  - Rio Novo do Sul: Lei nº 34/68

6- Registro no Tribunal de Contas do(E.S.)

- Nº 345/68.

7- Registro na Secretaria de Educação e Cultura do (E.S)

- Livro nº 3 às Fls.30 (verso) 31 nº Protocolo: 10.983/71.

8- Reconhecimento do Conselho Estadual de Educação do (E.S.)

- Parecer nº 24/71 (Aprovação equivalente a 5ª e 6ª séries)
- Parecer nº 130/74 (Aprovação do 1º Grau completo).

9- Filiação à Union Internacionale des Organismes Familiaux

-(UNESCO) - Paris - Fevereiro de 1972.

10- Registro na Coordenadoria de Proteção Materno Infantil

- Nº 4.351, Livro V. Fls. 51 - 20/11/74.

b)- Atividades-fins: Para realizar o objetivo de servir às comunidades o MEPES implantou e mantém as seguintes serviços:

1- EFAs - seu projeto piloto,em torno do qual desenvolve o mais amplo e profundo esforço.

2- CFR - é um serviço básico no MEPES, pois prepara e atualiza operadores, como também, mantém - circulante a filosofia promocional do Movimento.

3- CCS - projeto que coordena todo o esforço promocional no setor da saúde, em toda a área do MEPES.

4- DAC - realiza atividades básicas de desenvolvimento comunitário e promoção social.

5- Setor Intercâmbio - Cultiva o intercâmbio em todos os níveis:
- local
- regional
- nacional
- internacional.

O documento seguinte dá idéias mais detalhadas de cada uma destas unidades.

Documento nº 11

Unidades Operacionais do MEPES

I - O MEPES E SUAS ESCOLAS -FAMILIAS

APRESENTAÇÃO

As Escolas da Família Agrícolas (EFAs) constituem as atividades prioritárias do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), definindo-se como experiência piloto de desenvolvimento integral. São consideradas pelo MEPES como instrumentos válidos e adquados para atingir, motivar e dinamizar as nossas regiões rurais.

A ideologia que fundamenta o seu trabalho nasce da consideração do HOMEM como ponto central e convergente da realidade que o circunda.

O surgimento das Escolas-Famílias deve-se à constatação da inexistência na área, de estruturas educacionais adequadas à promoção da pessoa e desenvolvimento do meio.

As EFAs do MEPES estão implantadas em regiões rurais do Espírito Santo, nos municípios de Anchieta, Iconha, Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul, São Gabriel da Palha e São Mateus. A escolha das localidades obedeceu aos seguintes critérios: apresentação de condições favoráveis de desenvolvimento (relativa facilidade de comunicação, fertilidade do terreno, estruturas municipais, paroquiais, promocionais (ACARES) já empenhadas no trabalho de base e interessadas em prestar colaboração no campo educacional, coexistindo com realidades subdesenvolvidas (baixa renda per-capta, baixo nível de promoção, economia destinada apenas à subsistencia, ausencia de recursos técnicos, inexistência de meios sanitários,).

As EFAs foram concebidas de maneira a despertar ao másimo a motivação e participação ativa da comunidade básica, favorecendo a integração e intercâmbio entre os municípios.

O objetivo amplo das EFAs atuais é a promoção integral do homem e o objetivo específico é a formação de agrícultores técnicos (EFAs masculinas) e pessoas competentes na área da Economia doméstica (EFAs femininas).

1- PROBLEMÁTICA ESPECÍFICA EVIDENCIADA PELO ESTUDO DA ÁREA

1.1. Exodo Rural

Este é um fenômeno de dimensões nacionais, carecendo, entretanto, de tratamento específico e situado. Notou-se no Estado do Espírito Santo uma situação bastante grave: a área se torna cada vez mais pobre, pois, as pessoas promovidas pelos regimes tradicionais de educação, nela não encontram mais seu lugar evadindo-se à procura de melhores condições de vida. Isto representa grande desgaste econômico, porque a Comunidade investiu sem retorno, na formação de seus jovens.

1.2. Desligamento entre a Educação e a Realidade (meio ambiente)

Não se encontrou na área um sistema educacional que integrasse a promoção da pessoa com o desenvolvimento da área. O sistema vigente (com os cursos ginasial, normal, científico), gerava indivíduos promovidos, mas não criava agentes de transformação do seu próprio meio.

Alguns frutos daquele tipo de educação, são evidentes:

- alienação do jovem em relação às transformações de seu meio
- choque psicológico nas famílias ruarais
- empobrecimento da área pela perda de seus elementos mais capacitados.

1.3. Desconfiança atávica do agrícultor

O nosso agrícultor apresenta sempre reservas, restrições, desconfianças, às vezes mesmo, hostilidade e resistência à presença de técnicos estranhos ao seu meio, tentando implantar métodos e técnicas novas e mais satisfatórias ao desenvolvimento agrícola. Em contato com a ACARES (ABCAR) ficaram constatadas as dificuldades encontradas para vencer as barreiras à penetração do progresso agrícola, apesar dos recursos humanos e técnicos de que a Entidade dispunha.

1.4. Dissociação entre ação e reflexão

O desligamento entre a ação e reflexão é acentuada nas áreas subdesenvolvidas. Alguns vícios (paternalísmo, intelectualismo da Escola tradicional, desvalorização das profissões agro-pecuárias, ausência de escolas rurais) cultivavam esta difi--

oildade. Os desenvolvidos intelectualmente comandavam a ação dos menos desenvolvidos que se tornavam meros instrumentos de trabalho e não propriamente pessoas conscientes, responsáveis, auto-motivadas ao trabalho, capazes de compreenderem, orientarem e dinamizarem sua própria atividade.

2- ATITUDE FACE A ESTES PROBLEMAS

Numa tentativa de resposta a esta problemática surgiu o MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), entidade jurídica, que se inspira nos seguintes princípios:

a)- prioridade à educação, concebida como uma forma de crescimento e integração da pessoa e do meio;

b)- visão do homem como: principal artífice de seu crescimento e promoção;
ser inserido numa realidade concreta da vida;

c)- pluralismo, entendido como aproveitamento conjugado de todos os recursos humanos, econômicos e materiais da área;

d)- intercâmbio, assumido como forma concreta de participação dos agricultores, Prefeituras, Paróquias, Entidades Governamentais Estaduais e Nacionais, salvaguardando-se, desta forma, o pluralismo de interesse, recursos e competências;

e)- enfatização da participação dos agricultores. Os recursos provindos de fontes externas à área, jamis deverão atrofiar os recursos internos.

3- CONCEITUAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA

A Escola-Família é uma instituição onde se encontram, os educadores, os educandos, os pais, a comunidade e as entidades, numa convergência de iniciativas, atividades, responsabilidades com a finalidade de promover o homem do campo. Não é uma forma formula original, pois, como método já é experimentada em outros países (França, Itália, África, Espanha, Argentina, etc,) entretanto o MEPES estudou uma adaptação destas experiências, que tiveram êxito em outros países, procurando criar o "modelo brasileiro" que desse resposta a problemas concretos, situados, específicos.

4- FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO NAS ESCOLAS-FAMÍLIAS

As escolas-famílias se têm estruturado e consolidado como instituição educativa no e para o mundo moderno, em termo de princípios fundamentais que brotam das conquistas, sociais e psicológicas, Entre os princípios gerais norteadores da pedagogia das EFAs temos:

a)- Primazia da vida sobre a escola.
A vida com seu ritmo natural próprio faz crescer e amadurecer mais que a Escola onde são -

necessários controles artificiais.

Nas EFAs a realidade é enfocada do ponto de vista racional, técnico, reflexivo, mas, partindo-se sempre de experiências vividas. A experiência não é algo que vem em socorro da reflexão, mas é o próprio elemento da reflexão.

b)- Alternância: vida x reflexão: família x escola:

A alternância consiste em repartir o tempo da formação em períodos de vivência e estudo na escola e na família, acompanhados pelos Monitores.

O regime da alternância dá uma formação global onde os elementos da experiência e os da sistematização racional ficam sempre presentes. A permanência na família mantém a continuidade da experiência, fortalecendo o engajamento do educando nas atividades rurais. O partilhar do trabalho da família numa ação quotidiana natural impede a sua transformação em mero "espectador". Os conhecimentos novos brotam da experiência e são sempre retomados na própria experiência. Há aplicação imediata das aquisições da aprendizagem. Por este regime fica estabelecida a continuidade da formação na descontinuidade das atividades. A aprendizagem deixa de ser considerada como algo intelectualizante, mas recebe um significado a partir dos contextos onde é imediatamente aplicada.

c)- Plano de Estudo e Caderno da Propriedade (PE. e C.P.).

O P.E. e C.P. são instrumentos próprios da alternância. Através deles se opera a integração da vida com a escola, criando no aluno o hábito de unir reflexão e ação e de partir da experiência para a sistematização racional.

O P.E. constituirá a base para o diálogo com a família. Consta de questões elaboradas em conjunto, num primeiro momento de sistematização, na Escola, a partir de um diálogo comum entre monitores e educandos, tendo sempre por base a realidade do educando (problemas ligados ao seu meio : situação familiar, pecuária, agricultura, etc). Estas questões serão estudadas, debatidas e esclarecidas junto à família e mesmo na experimentação concreta do trabalho.

O C.P. consiste num trabalho de sistematização das reflexões proporcionadas pelo P.E., visando sempre a volta modificada para a ação concreta.

A conjugação CP e PE permite a sistematização e enriquecimento dos conhecimentos, conduzindo a aprendizagem por caminhos reais: as aquisições mais importantes surgem da vida e se dirigem à

modificação da vida.

O.C.P. e P.E. são, de certa forma, centralizadores de todas as experiências educativas das EFAs. É apartir da problemática levantada que se procurará a sistematização do estudo (currículos, programas, horários) e se utilizarão de todos os recursos pedagógicos necessários a uma boa formação (visitas a propriedades, viagens de estudo, palestras, serões, etc.).

d)- Formação orientada sobre questionamentos

Nas EFAs a formação procurará, também, basear-se em questionamentos. Os educandos deverão trabalhar intelectualmente, não apenas buscando aquisição de conhecimentos, mas, sobretudo, aprendendo a informar-se, ou, como diz G. Berger" a escola deve ensinar a aprender". Não se insistirá tanto na obtenção de conclusões absolutas, definitivas, válidas sempre e em todo o lugar, mas, levar-se-á em conta que as definições são em geral abertas. A formação se apoiará, portanto, mais nos métodos de trabalho de que nos conhecimentos a adquirir. O fator de maior importância a se despertar, é a curiosidade do educando. Ela lhe garantirá as investigações futuras e o sucesso pessoal.

e)- Trabalho participado pelo Educando

A responsabilidade é o fator básico de todo desenvolvimento. O Educando será sempre o agente principal de seu crescimento. Em todas as etapas ele participará intensamente. Na família estará engajado. Na escola será também animado a agir e não apenas a receber. O monitor será antes um animador que um mestre. Procurará provocar a reflexão e ação, favorecerá a expressão pessoal, exigirá razões explicativas, etc. Providenciará para que se permita:

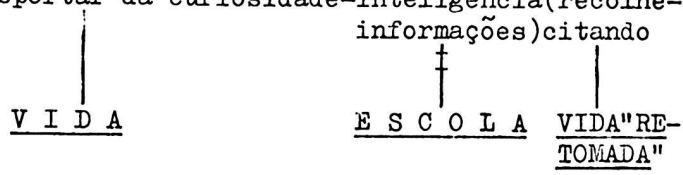
- desenvolvimento da responsabilidade pessoal;
- evolução da criatividade;
- crescimento do espírito crítico;
- favorecimento da auto-disciplina;
- domínio dos fenômenos naturais e sociais.

f)- Passo intelectual: passagem do participar ao geral (indução).

Atendendo à psicologia do educando e às exigências do meio rural, as EFAs procurarão sempre basear a aprendizagem no princípio da indução.

O processo adotado se arquitetará com os seguintes dados:
descoberta do particular-passagem ao geral- ajustamento ou descoberta da-lógica do-retomada da lógica da vida- estudo - vida de forma nova, ou tem

po de exercitação.
ou despertar da curiosidade-inteligência(recolhe-informações)citando



(situações modificadas).

Estes passos não serão dados arbitrariamente,mas convenientemente preparados e acompanhados de forma que se possibilite:

1º permanecer na ordem que lhe é própria;
2º respeitar a autonomia do educando.

g)- Trabalho em grupo

O trabalho em grupo é outro fator essencial do mundo moderno e uma carência do homem do meio rural. As EFAs procurarão propiciar ao aluno,através de métodos,capacidade para trabalhar em grupos. Os períodos passados na escola servirão para este treinamento. O educando deverá descobrir o valor desta situação, e, vivendo em grupo se exercitará no espírito de família,através da dinâmica de grupo, relacionamento social,convivência e diálogo.

h)- Escola integrada com a família

Estando o educando envolvido no sistema educacional onde é a vida a fonte essencial de experiência e conhecimentos,pretende-se que a sua família também seja envolvida neste mesmo processo, o que lhe permitiria romper gradativamente a estática social do ambiente rural. Este desenvolvimento se realizará em 3 níveis:

1º- participação e responsabilidade de cada família através do plano de Estudo e contatos com os monitores;

2º- participação das famílias em uma reflexão comum, tratando-se de melhorar constantemente a educação em cada família e na escola,através dos encontros periódicos com os Pais.

3º- Responsabilidade coletiva das famílias através da participação no Conselho Administrativo.

5- PAPEL E FORMAÇÃO DO MONITOR

Nas Escolas da família agrícola o educador recebe o nome de MONITOR e desempenha as seguintes funções:

a)- acompanhar e ajudar o educando na descoberta, aprofundamento e expressão de sua experiência própria;

b)- acompanhar e ajudar o educando a informar-se: obter dados, entendê-los, ordená-los, analisá-los, sistematizá-los;

c)- acompanhar e orientar o trabalho pessoal, livre e auto-disciplinado;

d)- incentivar o diálogo, a vida e trabalho em grupo;

e)- acompanhar e ajudar o educando a descobrir, familiarizar-se e enfocar criticamente o mundo contemporâneo, com seus processos de integração social, enfrentando as mudanças como fenômenos permanentes.

O monitor não é um professor do ciclo básico que ensina matérias adaptadas ao meio rural. Sua função é distinta. Espírito, objetivos, métodos e meios de sua formação devem adequar-se à sua tarefa específica. É necessário ao monitor um razoável amadurecimento humano, como base indispensável à sua especialização. Requer-se dele competências e atitudes indispensáveis:

a)- Competências

- experiência profissional agrícola
- bases técnica e científica
- bases de cultura geral
- competência pedagógica e metodológica
- competência de gestão

b)- Atitudes :

- reconhecimento de que não é dono da verdade, mas, alguém que a procura como grupo;
- engajamento na vida e ação na escola;
- abertura ao outro;
- conhecimento da relatividade da própria maneira de ser e da existência e valor de outras maneiras de ser;
- compreensão, domínio e bom "manuseio" das estruturas.

A formação do monitor é iniciada e permanentemente acompanhada por um centro específico de formação. Neste centro ele se capacitará na Pedagogia das EFAs e fará as reciclagens periódicas. A estruturação do Centro de Formação e de seus cursos obedece aos mesmos princípios pedagógicos das EFAs, procurando oferecer ao monitor um entrosamento vital com o meio rural onde trabalhará. A alternância é realizada através de tempos vividos no Centro (sistematização de conhecimentos) e tempos passados nas EFAs nas propriedades e nas famílias agrícolas.

5 - HISTÓRICO DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO MEPES

Os critérios que norteiam atualmente a implantação das Escolas da Família Agrícola do MEPES surgiram da finalidade aos princípios do Movimento que dá a primazia à experiência; O seu histórico em vista disto, é considerado de revelante importância.

5.1. Escolha da Área e encontro com as Comunidades

O passo prévio para a implantação das EFAs é a escolha área e a motivação da comunidade.

Para as primeiras EFAs do MEPES, foi escolhida a área dos municípios de (anchieta, Alfredo Chaves, Piúma, Iconha, Rio Novo do - Sul) que apresentavam características semelhantes entre si e favoráveis à implantação das experiências:

- região agrícola subdesenvolvida
- potencialidade para transformações.

Foram estabelecidos contatos diretos com as Comunidades, despertando-se para a necessidade de organizarem um tipo conveniente de educação para seus jovens. Criou-se a liderança de pessoas da base(pais-agrícultores) e despertou-se o interesse dos líderes das Entidades locais(Prefeitos, LBA, ACARES, Vigários).

5.2. Preparação de Monitores

Determinada a criação das EFAs nesta área surge a necessidade da preparação dos monitores. Preferentemente a escolha recaiu sobre elementos da própria área, que devidamente preparados assumiram a responsabilidade deste trabalho educacional. Como não tínhamos no Brasil possibilidade deste tipo de preparação - profissional foram enviados com bolsas de estudo, 7 jovens agricultores à Itália, para estágios de 2 anos nas EFAs italianas no CECAT, em Castelfranco - Veneto).

Atualmente a preparação é realizada no Movimento que - criou e mantém, em Vitória, o seu Centro de Formação e Reflexão - (CFR). E o recrutamento vem sendo feito, de preferência, entre - técnicos agrícolas, professores de 1º grau e ex-alunos das próprias EFAs.

5.3. Descrição do Prédio (Ver anexo - plantas)

As escolas construídas foram baseadas no seguinte traçado: estilo muito simples, conforme a construção do meio rural . Constam de 3 pequenos pavimentos:

1º- Sala de aula, biblioteca, secretaria.
2º- Cozinha, despensa, e refeitório
3º- Dormitório e dependências para os monitores.

Cada Escola da família agrícola do MEPES deve também - possuir uma pequena propriedade destinada a se tornar "propriedade demonstrativa":

1º- para a experimentação dos alunos
2º- para oferecer aos agricultores da região condições de acompanhar métodos novos, possíveis de aplicação em suas propriedades.

5.4. Tripé constituitivo da Escola-família

A constituição das EFAs, brotadas da experiência, estabeleceu o seguinte tripé:

1º- construção do prédio: cabe à comunidade a responsabilidade da construção do prédio e aquisição de pequena propriedade adjunta(2 alqueires de terra, pelo menos).

2º- Equipamento e pessoal compete ao MEPES fornecer o equipamento e preparo do pessoal.

3º- Manutenção cabe conjuntamente ao MEPES, aos pais, e comunidades garantir a manutenção das EFAs seja com recursos próprios(renda da propriedade, contribuição dos pais, festas, etc). seja através de convênios.

Para a construção de cada escola foram constituídos comitês locais com a finalidade de arrecadar recursos e de preparar a Escola, comforme a planta padrão, adaptada, porém, conforme as necessidades e possibilidades locais.

Para a manutenção da Escola foi criado o Conselho Administrativo, formado por representantes do MEPES, dos pais e da Comunidade local.

6- ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO

Aplicando estes critérios, até a data atual, estão em funcionamento as seguintes escolas, implantadas conforme o seguinte cronograma:

a)- Região Sul do Estado

1969- Escola da Família Agrícola de Olivânia (masculina)
1969- Escola da Família Agrícola de Alfredo Chaves (masculina)
1969- Escola da Família Agrícola de Rio Novo do Sul(masculina)
1971- Escola da Família Agrícola de Campinho de Iconha(masculina)
1971- Escola da Família Agrícola de Iconha (Econ.Doméstica-.Feminina).
1976- Escola da Família Agrícola de 2º Grau de Olivânia.

b)- Região Norte do Estado

1972- Escola da Família Agrícola do Bley (S.Gabriel da Palha)
1972- Escola da Família Agrícola de Jaguaré (S.Mateus)(Masculina).
1972- Escola da Família Agrícola do Km-41 (S.Mateus)(Economia Doméstica - Feminina).

6.1. Alunos das EFAs

Os alunos das EFAs são todos procedentes de áreas rurais do Estado, filhos, em geral, de pequenos proprietários. Somente uma percentagem que não supera 10% são filhos de meeiros ou de trabalhadores braçais.

A maioria dos alunos matriculados terminou o antigo 4º ano primário, ficando por 2 ou 3 anos desligados da Escola. A faixa etária é de 14 a 18 anos.

6.2. Formação dos Alunos

A formação dos alunos nas EFAs tem a duração de 3 anos completos, sendo o ano letivo estruturado de maneira diversa - do ano letivo comum, causa da alternância.

6.3. Matrículas

É o seguinte o quadro de matrícula efetivas:

A N O S	69	70	71	72	73	74	75	76
EFA de Alfredo Chaves	26	40	34	33	29	57	48	33
EFA de Ric Novo do Sul	20	37	41	39	43	32	54	46
EFA de Campinho (Iconha)	-	-	23	33	36	35	41	29
EFA de Olivânia (Anchieta)	27	46	43	46	31	14	21	30
EFA de Iconha(Econ.Domest.)	-	-	40	51	34	32	47	42
EFA do Bley	-	-	-	24	37	38	44	56
EFA de Jaguaré	-	-	-	26	45	36	62	32
EFA do Km-41 (Econo.Domest).	-	-	-	26	40	44	60	52
EFA do 2º Grau - Olivânia	-	-	-	-	-	-	-	30

6.4. Ano Escolar

O ano escolar é dividido em 20 sessões de 15 dias - cada, vividas alternamente, na escola e na propriedade. Na escola as aulas são em número de 6 a 7 por dia, reservando-se algum tempo para os trabalhos práticos e serões. Estes, destinados à ampliação de conhecimentos e discussão de problemas têm duas horas de duração e são ministrados pelos líderes locais, monitores, técnicos, médicos, - etc. conforme o assunto em pauta. Na propriedade o aluno deve dedicar-se pelo menos duas horas por dia ao Plano de Estudo, preparado na Escola.

6.5. Currículo

A elaboração do Currículo e programas de trabalho está a cargo e sob a orientação do Centro de Formação com a colaboração das Equipes das Escolas.

É o seguinte o atual currículo:

Núcleo Comum	Educação Geral	Formação Especial
Comunicação e Expressão.	Lingua Portuguesa Educação Artística Educação Física	Redação e Expressao
Estudos Sociais	Geografia	Estudos das Comunidades.
	História	História das Imigrações
	Educação Mora e Cívica	O Famíliar do Aluno
	Organização Social e Política do Brasil.	
Ciências	Matemática Ciências	Agrícultura Química Física Biologia Zootecnia Fitotecnia Engenharia Rural Administração e Economia Rural
CARGA HORÁRIA P/ANO..... 1.360 h/ano		

6.6. Atividades Extra-Curriculares

É considerado um fator importante na educação das Escolas da Família Agrícola, o intercâmbio em todos os níveis: aluno-monitor; escola-família; aluno-comunidade; monitor-comunidade..... A Educação não se limita aos alunos matriculados. Através de atividades extra-curriculares há uma ampliação das áreas de influência da Escola. Estas atividades são de dois tipos:

a)- Atividade em favor do aluno

- visita as famílias pelos monitores, acompanhando , periódicamente o aluno no período que passa na propriedade;

- visita às propriedades: conhecimento de propriedades e métodos novos para introduzí-los na sessão de estudo, quando não pertencem à experiência e ao mundo do aluno e da família.

- viagens de Estudos: permite ao aluno estabelecer comparações com a realidade diferente do mundo rural e com as experiências de vida em outras realidades.

b)- Atividades em favor da comunidade

- Os objetivos das atividades ligadas à comunidade, são os seguintes:

- estimular o aluno para que seja agente do próprio desenvolvimento e comprometido,ao mesmo tempo com o desenvolvimento da Comunidade.

- ajudar os pais a se tornarem empreendedores não somente a nível de educação dos filhos,mas, também a nível social.

Neste sentido, realizaram-se nos últimos anos,as seguintes atividades:

- reuniões de pais nas escolas e outros pontos de encontro para discussão de problema educacionais e outros ligados à vida da comunidade.

- promoção de festas folcloricas,religiosas,sociais e cívicas;

- cursos de educação para o lar (saúde e higihene,alimentação,socorros de emergências).

- cursos noturnos para jovens agrícultores que não podem frequentar o período regular da escola.

- cursos do PIPMO, em diversas áreas)
- estágios de alunos em hospitais
- clubes de mães
- iniciativas a nível de saúde.

6.7. Equipe de Educadores das EFAs

Cada escola possue o seguinte quadro:

1 coordenador
3 monitores
1 dona de casa que é responsável junto aos monitores pelo clima de família da Escola,zela pela ordem da casa e prepara as refeições.

1 zelador da propriedade,cargo onde se tem aproveitado os ex-alunos.

Além deste pessoal que é fixo, cada escola conta também com a colaboração dos estagiários.

6.8. Acompanhamento dos ex-alunos e suas famílias

A fim de dar continuidade a seu trabalho educacional as EFAs mantém, de diversas maneiras,relações com seus ex-alunos:

- promove encontros periódicos
- possibilita-lhes a preparação para exames de madureza.
- orienta-os no seu trabalho,com assistência técnica.
- facilita-lhe a participação nos cursos que promove
- aproveita-os como monitores e zeladores nas EFAs.

Notória é a orientação da "Associação Empreendedora de jovens Agrícultores (AEJA). É uma organização formada de ex-alunos das EFAs de Rio Novo do Sul. Atualmente são 14 sócios com a renda de seu trabalho cooperativo já adquiriram uma propriedade de 6 alqueires de terra onde,conforme estimativa,têm cultivados 60 mil pés de café.

Ainda os grupos de financiamento de fratores (GFT), iniciativas do MEPES, em favor do crescimento econômico-técnico-comunitário do agricultor, tem também, como finalidade, oferecer aos ex-alunos oportunidade de trabalho e aperfeiçoamento das noções que adquiriram no período escolar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Escolas-Famílias são escolas rurais, não porque os alunos deverão ser, necessariamente, agricultores ou, por uma razão de ordem técnica (fornecimento de mão-de-obra especializada à agricultura, em função de um aumento de produção), mas, exclusivamente, porque o seu meio atual de vida é o campo.

A Escola-Família é uma tentativa educacional que poderá representar uma das alternativas no campo de educação brasileira, no ensino rural. O diploma de Agricultor Técnico que o aluno recebe ao concluir o 3º ano, corresponde à conclusão do ensino fundamental, abrindo-lhe caminho para o 2º grau.

Uma das peculiaridades das Escolas-Famílias do MEPES é a inclusão da pequena propriedade na estrutura da Escola. Esta adaptação introduzida, foi contestada, alegando-se que o tempo da Escola destina-se à sistematização dos conhecimentos e que a administração e acompanhamento técnico da propriedade exigem cuidados absorventes, requerendo o tempo destinado à reflexão. O MEPES acha válido esta modificação, tendo presente a realidade onde se encontram as Escolas. Estas as razões:

a)- a propriedade quando aproveitada técnicamente, permitirá uma renda que contribuirá substancialmente para a manutenção da Escola, substituindo, em parte, os recursos que a Comunidade e os pais pobres não tem condições de oferecer;

b)- oferece a oportunidade de organização de uma "propriedade demonstrativa" que permite ao aluno aproximar-se de métodos modernos, inexistentes na área.

c)- É um incentivo aos pais e agricultores para a utilização de recursos em suas propriedades.

O que até agora se conseguiu no âmbito das Escolas foi quase exclusivamente com recursos locais e aproveitamento de educadores novos e inesperientes uma vez que não se pode garantir salários dignos a profissionais mais capacitados e de maior experiência. Isto representa um impecílho à expansão e aprofundamento da experiência, porque quando o monitor adquire maior competência é impedido a abandonar o trabalho por razões de ordem econômica.

As escolas atualmente são carentes de bons equipamentos e material pedagógico, também por falta de recursos econômicos.

Ainda a rentabilidade da propriedade é condicionada a investimentos iniciais notáveis, o que atualmente, é impossível ao MEPES.

Após 8 anos de experiência, impoê-se a realização de uma avaliação. Entretanto , o MEPES, por falta de pessoal competente e de recursos econômicos para contratá-los, não teve ainda condições de realiza este importante trabalho.

II- O CENTRO DE FORMAÇÃO E REFLEXÃO (CFR)

II.1- APRESENTAÇÃO

O Centro de Formação e Reflexão é a unidade do MEPES que atende às seguintes finalidade:

a)- formação permanente e inicial, equivalente a nível superior, de educadores qualificados e especializados na metodologia e pedagogia da Escola-Família.

b)- implantação de Escolas-Famílias no Estado do Espírito Santo.

c)- acompanhamento das diversas atividades do Movimento, em vista da promoção da Comunidade - Reciclagem constante dos Operadores do MEPES.

d)- assessoria aos outros Estados na implantação da Escola-Família (concretamente, na Bahia e no Paraná).

II.2. Área onde atua

O Centro de Formação e Reflexão pelas amplas atividades que desenvolve, de acordo com os objetivos para os quais foi criado, atua nas seguintes áreas do MEPES:

1- Área Pedagógica: Trata-se de um Centro que cuida da preparação de educadores especializados na metodologia e pedagogia das EFAs; tratando-se pois da implantação de um novo tipo de ensino no Brasil.

2- Área Social: Visando realizar um tipo de Escola integrada com o desenvolvimento das Comunidades onde foram implantadas, o CFR cuida da preparação de operadores para as diversas unidades do programa de ação comunitária:

- Centro Comunitário de Saúde - especificamente voltado para a educação sanitária e difisão da medicina preventiva. Atualmente um hospital-maternidade com o qual se integram mini-postos de saúde (ambulatórios de campo).

- Grupos de Financiamento de Tratores.- 4 grupos de associados para a aquisição de tratores, para um trabalho comum nas propriedades dos agrícultores associados.

- Centro Comunitário Alvorada: também uma atividade do programa que cuida especificamente do atendimento da educação infantil e maternidade.

- Atividades Diversas- cursos dos mais variados para o desenvolvimento de comunidades - (líderes, agricultores, jovens, ex-alunos das Escolas, mães, etc...).

- Intercâmbio - atividades que favorecem o encontro de pessoas e entidades, em todos os níveis (nacional, internacional, publico ou - particular) e tipos de mútua colaboração técnico educacional.

II.3. Situação do CFR no contexto nacional

O Centro de Formação e Reflexão pode se dizer, está inserido no contexto de um plano global de desenvolvimento nacional, no setor da Educação e promoção do homem, metas essenciais do atual governo.

Na marcha para o desenvolvimento, o País empreendeu uma reforma de ensino (Lei 5.692/71) na qual propõe um novo tipo de Educação para o povo. Esta reforma vem sendo implantada gradativamente e lentamente, carecendo de modelos válidos para as diversas realidades. O MEPES com a criação das Escolas-Famílias , se antecipou à reforma, No momento, vem o seu modelo básico sendo admitido, nas áreas oficiais, como alternativa válida, a ser difundida.

O CFR visa formar pessoal capacitado a este tipo de - trabalho educativo, bem como continuar testando modêlos válidos e novos na educação para o povo, neste momento de sua passagem da fase agrícola para a pré-indústrialização e futuramente industrializada.

II.4. Considerações Finais

O Centro de Formação e Reflexão pretende transformar-se num laboratório de formação e treinamento técnico-pedagógico, sendo um centro de educação promocional que coloca o Homem ao centro, como sujeito e meta do desenvolvimento.

Embora seja dificíl precisar o número, pois sua atuação se desenrola, continuamente, em círculos concentrícos, cada vez maiores, o Centro de Formação e Reflexão, atualmente atinge 8 municípios capixabas, 4 municípios baianos e um paranaense, apesar - de não ter condições de cumprir tudo o que pretende, pois tem problemas de localização (prédio) quanto às dimensões e instalações não se levando em conta certa insegurança econômica.

III- CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE

O Setor saúde do MEPES é coordenado em suas atividades pelo Centro Comunitário de Saúde (CCS).

O Centro Comunitário de Saúde é uma das experiências - piloto no MEPES com os seguintes objetivos:

- promoção da educação sanitária do povo
- promoção da saúde dos individuos e do bem da coletividade.
- fornecimento da utilização da medicina preventiva
- erradicação das doenças transmissíveis da área.
- promoção do homem, através da mais ampla participação nas atividades, integrada com o crescimento social da comunidade.

O Centro Comunitário de Saúde tem, atualmente, a seguinte estrutura:

1- Hospital-Maternidade sediada em Anchieta, núcleo polarizado de esforços com as seguintes atribuições:

a)- atendimento global da população em geral e especificamente dos associados do CCS, de pessoas ligadas aos Institutos convenentes do MEPES, na área da previdência social: ambulatório e internamentos (30 leitos) cirurgico, pediatria, maternidade, serviços de laboratório.

b)- coordenação dos trabalhos de saúde pública na área atendida pelo C.C.S.

c)- assistência e supervisão médica às demais unidades do Centro Comunitário de Saúde.

d)- preparo de estágios (visitadoras sanitárias, enfermeiras práticas, parteiras curiosas) para todas as unidades do C.C.S.

2- Mini-postos de saúde, atendendo ao interior do município de Anchieta nas seguintes comunidades:

- Alto Pongal
- São Mateus
- Jabaquara

Estes mini-postos se diferem como unidades da rede de saúde do C.C.S. do MEPES e desenvolvem uma ampla atividade nas áreas onde são implantados. Compete-lhes coordenação do Hospital :

a)- promoção do homem e da Comunidade, através da participação de todos:

- assumindo a construção da sede do mini-posto;
- indicando elementos para treinamento e no trabalho no setor de saúde;
- formação da diretoria do mini-posto;
- formação da associação local

b)- traçar e executar o plano de"saneamento"da área (erradicação da tuberculose,hanseaniase) construção de fossas, difusão do filtro, vacinação das crianças contra as doenças da infância.

c)- organização de fichário sanitário do posto,

d)- realização de cursos fundamentais para a área:

- medicina preventiva
- higiene
- puericultura

e)- plantão diário para curativos,injeções,vacinação ou emergências (encaminhamento ao hospital).

f)- atendimento médico,semanal dos associados.

g)- ampliação dos trabalhos do mini-posto,conforme as necessidades surgidas ou as possibilidades de melhoramento (ex: implantação de serviços odontológicos).

h)- visitas regulares às gestantes,puerperas e crianças de (0-4 anos).

3- Equipe do C.C.S.

O C.C.S. conta com uma equipe que trabalha no Hospital e com colaboradores que atuam nos mini-postos. É o seguinte o quadro do Hospital:

1 - Diretor
3 - Médicos
2 - Sextanistas de medicina
1 - Visitadora sanitária
5 - Enfermeiras
1 - Laboratorista
5 - Pessoal de serviços gerais.

Os mini-postos funcionam com uma enfermeira prática,apresentada pela Comunidade e treinada pelo Hospital,trabalhando sob a orientação e supervisão da equipe do Hospital. Semanalmente há atendimento médico e odontológico.

4- Associação do C.C.S.

O C.C.S. será auxiliado em sua manutenção pela associação que se vai estruturando,com a finalidade de melhor participar dos trabalhos e atividades,numa auto-promoção e solidariedade com toda a Comunidade. Temos diversos associados:

1- Associados do Hospital
2- Associados dos mini-postos (cada mini-posto terá seu grupo de associados).

Estes associados serão agrupados em 3 níveis,conforme o poder aquisitivo, para cotização no C.C.S. A diversidade de quota não há direito a um diferente atendimento médico,mas,será preocupação do C.C.S. oferecer a todos,indistintamente um aprimorado serviço médico.

5- Conselho Administrativo

As unidades básicas do CCS (hospital e cada um dos mini-postos) tem seu conselho Administrativo próprio, formado por elementos representativos (médicos, enfermeiros, representantes das entidades convenentes, da administração pública, líderes da comunidade) garantindo-se o pluralismo de visão da realidade.

Estes conselhos tem seus regimentos próprios, sendo - sua atribuição primordial, zelar pela programação, execução, controle e avaliação de cada unidade.

6- Tripé Constituitivo do CCS

O CCS, fiel à inspiração primigênia e estimuladora - das atividades do MEPES - promoção do homem, através de seu próprio esforço e trabalho, será organizado e funcionará com as seguintes - atribuições e responsabilidades:

1- construção das sedes dos mini-postos: Comunidade local.
2- Equipamento - MEPES
3- Manutenção das atividades: Comunidade local (associados) e MEPES (convênios celebrados com entidades diversas).

Como o Hospital foi um projeto que exigiu um investimento bastante grande não se pode pretender a observância deste tripé, em todas as suas competências. O MEPES se encarregou de - sua construção, sendo a maior parte do financiamento oferecida pelo Governo da Holanda e ficando a participação da Comunidade como subsidiária do projeto.

. . . . . .

IV- SETOR DE AÇÃO COMUNITÁRIA

No MEPES o setor de Ação Comunitária é assumido por um departamento que coordena todas as promoções do setor, procurando uma fidelidade aos princípios do Movimento que é a promoção do homem, através de suas pp. energias e capacidades e em sintonia - com o desenvolvimento da Comunidade.

Este Departamento além de motivar e inspirar todas - as iniciativas do Movimento para que nasçam de uma ação dos grupos formadores da Comunidade visando uma integração dos grupos e comunidades, propõe-se para o triênio 1976-1978 os seguintes objetivos:

- motivação de grupos de agricultores para uma qualificação profissional no setor agrícola;

- organização dos grupos de pais dos alunos das - EFAs para participação responsável na orientação das Escolas.

- conscientização de Comunidades do interior para a criação das novas Escolas e dos Mini-postos de saúde.

- acompanhamento do GFT para um aprofundamento da - experiência do uso comum de um meio de produção (trator).

- qualificação de mão-de-obra nos setores primários, secundário e terciário.

- qualificação das donas de casa para sua função - responsável e eficiente no lar.

- oferecer condições aos adultos de aprimoramento do seu nível de formação.

- incentivar as pessoas e os grupos para a realizações concretas de cooperativismo.

- organização de centros sociais abrangendo mães, jovens e crianças.

- acompanhamento dos núcleos operários que irão se - realizar no novo polo de desenvolvimento na área de Ubú.

2- Cursos de Econômia Doméstica

Para o aprimoramento das donas de casa e para ajudá-lás a assumir a direção do lar serão organizados cursos em várias capelas do interior. Cada curso prevê a permanência da equipe na sede da capela em dois dias mensais, tendo cada um deles a duração de 10 meses. Os assuntos destes cursos são:

- alimentação
- puericultura
- socorros de urgências
- higiene
- aspectos sociais da vida familiar
- dinâmica de grupo

São atividades de cada curso:

- palestras
- visitas domiciliares
- contatos com liderança
- encontros com grupos
- demonstrações práticas
- confraternização

3- Grupo de Financiamento de Tratores (GFT)

Já existem nas seguintes comunidades:

- Itinga - Pongal (Anchieta - Piúma).
- Cachoeirinha (Rio Novo do Sul).
- Carolina (Alfredo Chaves)
- São Miguel (Anchieta).

Os grupos tem uma média de 15 agricultores. Dá-se o acompanhamento dos mesmos, ajudando-os na reflexão e solução dos -

problemas que vão surgindo, empregando-se o fundo rotativo, cada ano, na aquisição de mais um trator, criando-se mais 3 grupos (um em cada ano).

4- Projeto Centros Sociais

Trata-se de dar continuidade a uma experiência já realizada em Anchieta no bairro Alvorada. O Centro situa-se numa área que oferece condições para a construção de uma sede e campo de esportes, querem atingir numa atividade promocional os vários grupos etários: crianças, adolescentes, jovens e adultos, cuidando de oferecer a cada grupo aquilo de que necessita para a sua formação.

São as seguintes as atividades destes Centros:

- educação da infância (idade pré-escolar)
- clube de mães
- grupos de jovens
- atividades sociais (festas diversas do Comum).

. . . . . .

V - SETOR DE INTERCÂMBIO

O intercâmbio é a expressão concreta de um dos valores aos quais o MEPES se inspira em sua ideologia: o pluralísmo, ou seja, uma convergência de forças, de instituições e de recursos ao redor dos objetivos específicos comuns.

Viver o intercâmbio é fazer crescer entre os homens a comunicação de suas riquezas, na ajuda mútua, rumo à meta comum do crescimento do HOMEM e desenvolvimento de sua Comunidade. Seu sentido, no Movimento é:

" encontrar-se para conhecer-se
conhecer-se para caminhar juntos
caminhar juntos para progredir
progredir para amar-se mais".

Este compromisso tem reflexos em todo o Movimento cujas atividades abrangem diversos setores humanos da vida rural (educação, saúde, crescimento social, econômico, espiritual) e são realizadas numa intercomplementariedade que permite colocar em relacionamento:

- operadores dos diversos setores do Movimento
- comunidades vizinhas da região agrícola
- municípios vizinhos
- órgãos públicos e particulares
- entidades nacionais e estrangeiras.

O objetivo último do intercâmbio é pois, promover a comunicação entre os homens, oportunizando a vivência dos valores humanos A forma concreta sob a qual se realizam o intercâmbio foi

a realização de projetos comuns onde recursos econômicos se integravam em função da promoção do HOMEM e de sua COMUNIDADE.

Desde sua origem o MEPES viveu mais intensamente o intercâmbio com a Itália, devido à origem da grande maioria Italiana e Veneta da população da área onde o MEPES atua.

Isto facilitou o constituir-se,com sede em Padova na - Itália, da Associação dos Amigos do Estado do Espírito Santo(AES) com a finalidade de promover e estimular qualquer forma de intercâmbio entre a Itália e o Espírito Santo.

A AES tornou-se assim uma das entidades fundadoras do MEPES, dando uma colaboração ativa e conspícua nas várias atividades do Movimento.

Várias foram também,desde 1968, as iniciativas que, em comum, o MEPES realizou com a AES, intensificando os elos de amizade e sendo a ponte entre os dois países. Entre estas atividades podem se destacar:

- Cursos na Itália para um grupo de 12 operadores do MEPES;
- Colaboração de Técnicos Italianos no MEPES.
- Visita à Itália de uma delegação Capixaba.

Atualmente o MEPES tem contato com as seguintes Entidades:

1- Em nível nacional

1.1. Organismos Oficiais

- Legião Brasileira de Assistência (LBA)
- Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO).
- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural(FUNRURAL)
- Fundação Nacional do Bem Estar do Menor(FUNABEM).
- Governo do Estado do Espírito Santo:
  - Secretaria de Educação e Cultura
  - Secretaria da Agricultura
  - Secretaria da Saúde
  - Secretaria do Trabalho e Promoção Social.
- EMATER-ES
- INPS
- Fundação Espíritossantense do Bem Estar do Menor (FESBEM).
- Federação dos Trabalhadores Agrícolas do E.S.(FETAES)
- Prefeituras Municipais.

1.2. Organismos Particulares

- Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBRADES);

- Assistência de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR).
- Pesquisa, Assessoria e Avaliação em Educação (NOVA).
- Centro de Serviços para Desenvolvimento e Integração de Comunidades (CESEDIC).
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Área do MEPES)
- Centro de Formação Intercultural (CENF).
- FIDENE
- Paróquias - Área do MEPES.
- Paróquia de Itanhém (Bahia)
- Paróquia de Cruz das Almas (Bahia)
- Congregação Carmelita da Divina Providência.

2 - Em nível Internacional

- Associação dos Amigos do Espírito Santo (AES)
- Union Internacionale des Maisons Familiales Rurales
- Associación de Escuelas Famílias Agrícolas (APEFA).
- Union Internacionale des Organismes Familiaux (UNESCO).
- CEBEMO
- Intera-merican Foundation
- TROCAIRE
- MISEREOR
- ADVENIAT.

. . . . . .

Nos seus 8 anos de funcionamento o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, desenvolveu amplas atividades, em setores diversos e que são apresentados ano a ano.

Documento nº 12

Extrato dos Relatórios anuais do MEPES

(A seguir o documento).

O MEPES ANO A ANO

1966 a 1976

(Fatos mais importantes, extraídos dos relatórios anuais)

1966

Escolha da área

Para atuação do Movimento foram escolhidos os seguintes Municípios:

- Alfredo Chaves
- Anchieta
- Iconha
- Piúma
- Rio Novo do Sul

Determinação das prioridades

Para responder às necessidades concretas da área escolhida, o MEPES atuaria nos seguintes setores prioritários:

- Educação do Homem e da Comunidade rural
- Promoção da Saúde

Motivação da liderança

O ponto de partida do trabalho foi a motivação dos líderes de base de cada uma das Comunidades locais.

Motivação das Entidades

Motivando para unir esforços em torno do seu projeto, o MEPES teve contatos com as seguintes Entidades:

- Prefeituras locais
- Paróquias locais
- Legião Brasileira de Assistência (LBA)
- Associação de Assistência e Crédito Rural do E.Santo

Formação da Associação de Amigos do E.Santo (A.E.S.)

Com a finalidade de participar com recursos humanos e econômicos na implantação e sustentação do Movimento foi criada esta Associação, cuja sede fica em Pádova, na Itália.

Estágios na Itália

Fruto da Associação foi a possibilidade de enviar 7 jovens

das Comunidades agrícolas para estágios de dois anos, nas seguintes Instituições italianas:

- CECAT - Castelfranco, VENETO (Treviso) - 5 jovens
- Instituto San Benedetto da Norcia (pádova) - 2 j.

. . . . . .

1967

Preparação de Assistentes Sociais

A fim de capacitar melhor para o tipo de trabalho do Movimento são enviadas à Itália, com bolsa de estudo de 6 meses, duas Assistentes Sociais.

Visita de Representantes de A.E.S ao Brasil

A A.E.S enviou três de seus representantes, técnicos em Sociologia e promoção do meio rural, a fim de assessorar os líderes das Comunidades no planejamento de sua ação. O plano ficou assim estabelecido:

- Programa de ação
  - Intensificação da Ação Comunitária, garantindo-se assim, a participação de todos os membros das Comunidades - Construção das Escolas
  - Constituição dos Comitês locais
  - Início da pesquisa Sócio-Econômica - Município de Rio Novo do Sul
  - Assinatura do convênio MEPES-LBA para financiamento desta pesquisa
  - Marca de início das atividades das Escolas-Famílias, para 1968.

. . . . . .

1968

Estágios na Itália

1 - Assistentes Rurais

Fazem estágios nas Escolas Famílias de Economia Doméstica

2 - Técnico Agrícola (da ACARES)

Realiza estágios de crédito e assistência rural em Instituições especializadas da França e da Itália.

Convênios:

Neste ano o MEPES celebrou os seguintes convênios:

1 - MEBES-LBA

A LBA cede um prédio de sua propriedade em S.Miguel - Olivânia (Mun.de Anchieta) - para funcionamento da Escola-Família Agrícola de Olivânia.

2 - MEPES-ACARES

Concretiza-se o convênio com a assinatura de um protocolo que efetiva a presença de um Engº Agrônomo da ACARES na Escola-Família de Alfredo Chaves.

3 - Convênio MEPES-FUNABEM

Por este convênio foi firmada a participação da FUNABEM nas Escolas-Famílias do MEPES.

Fundação Oficial do Movimento

Numa Assembléia Geral das pessoas dos diversos Municípios interessados no trabalho do Movimento, realizada na sede da Prefeitura de Anchieta, em 26 de abril ficou juridicamente criado o Movimento.

Atividades comunitárias diversas

São intensificadas as atividades comunitárias, sendo as de maior destaque:

- continuação da pesquisa sócio-econômica
- cursinhos de Economia Doméstica
- festas comunitárias e intercomunitárias:
  - nas sedes municipais
  - no interior (capelas)
- torneio de futebol intermunicipal
- concurso "Rainha do MEPES" (levando-se em consideração, no juri, de forma destacada, os valores comunitários - engajamento da jovem em seu meio).
- concurso de Shows
- cursos intensivos para agricultores

Regresso dos estagiários e vinda de colaboradores italianos

1 - Deu-se a volta dos jovens agricultores, emestágios na Itália
2 - Recebe também o MEPES, através de A.E.S., três colaboradores italianos que deverão garantir a estruturação pedagógica das Escolas-Famílias Agrícolas.

. . . . . .

1969 - Ano do início das atividades das Escolas-Famílias Agrícolas

O marco principal deste ano foi o início das atividades, no Brasil, das Escolas-Famílias Agrícolas (EFAs), cuja implantação foi preparada nos anos anteriores, com a participação das Comunidades e construção dos prédios, pelas mesmas.

São inauguradas e entram em funcionamento as seguintes Escolas:

1 - EFA de Alfredo Chaves (Mun. A.Chaves)
2 - EFA de Rio Novo do Sul (Mun.Rio Novo do Sul)
3 - EFA de Olivânia (Mun. de Anchieta)

Levantamento Sócio-Econômico

Sempre coordenado pelas Assistentes Sociais, alcançou o levantamento sócio-econômico da região o seguinte estágio:

1 - Conclusão dos trabalhos:

Municipios de: Iconha
Piúma
Rio Novo do Sul

2 - Início dos trabalhos:

Município de Anchieta

Convênios celebrados

1 - MEPES-LBA

2 - MEPES-GOVERNO DO ESTADO

Este convênio é celebrado através das Secretarias da Educação e da Agricultura.

Atividades Comunitárias

Prosseguem os trabalhos nas Comunidades, sendo as atividades encaminhadas para as seguintes metas:

- formação de grupos de jovens (para reflexão de problemas locais)
- Formação da Associação dos Pais dos alunos das EFAs (promovendo maior participação destes no processo educativo das EFAs)
- Concurso "Rainha do MEPES" (sempre dentro do critério de valorização da jovem na vida comunitária).

Cursinhos de Economia Doméstica

Foram realizados diversos cursos desta natureza, procurando o MEPES, através deles, preparar melhor as jovens para a vida em família e oferecer às "donas de casa" momentos para reflexão e aprendizagem de novas técnicas para melhoria da vida doméstica.

1970 - Intensificação do trabalho nas Escolas-Famílias Agrícolas

O trabalho educativo nas Escolas-Famílias de Alfredo Chaves, Olivânia e Rio Novo do Sul vai sendo melhor estruturado, com a experimentação concreta da metodologia e pedagogia da Escola-Família Agrícola. Estão matriculados 125 alunos, vivendo no regime de alternância (15 dias internos e 15 dias na família) na conjugação de Escola e Família, Escola e Vida.

Cursos Intensivos

Continuam a funcionar os cursos intensivos de preparação para o lar, oferecido às jovens e às mães. Neste ano, tiveram grande sucesso, atingindo 360 alunas.

Trabalhos Comunitários

Os trabalhos comunitários assumiram o aspecto de uma orientação maior para a reflexão e participação efetiva em trabalhos de grupo. As principais atividades, neste setor, foram as seguintes:

- formação e acompanhamento de grupos de jovens
- acompanhamento de ex-alunos em suas atividades
- concurso "Rainha do MEPES"
- torneio intermunicipal de futebol
- intensificação de trabalho para formação da Associação de Pais dos alunos.

Convênios

Foram firmados convênios com as seguintes Entidades:

- FESBEM (Fundação Espiritosantense do Bem Estar do Menor)
- ACAPES (Assistência de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo)
- L.B.A (Legião Brasileira de Assistência)
- Governo do Estado do Espírito Santo
  (Secretarias: Educação
  Trabalho
  Agricultura)
- Fundação Ford (E.U.A.)

. . . . . .

1971 - Novas Escolas implantadas e concretização do C.Comunitário Saúde

O MEPES abre duas novas frentes de trabalho: educação de jovens do sexo feminino, em Escolas Famílias de Economia Doméstica (dentro da mesma metodologia e pedagogia da Escola Família Agrícola, porém, voltadas para a formação para o lar) e dá início à concretização de seu Centro Comunitário de Saúde.

Novas Escolas

São inauguradas mais duas novas Escolas, desta vez no Município de Iconha:

1 - EFA de Campinho - destinada a rapazes
2 - EFA de Iconha - (Ec.Doméstica) destinada a jovens do sexo feminino.

Completa-se, desta forma, o programa inicial de implantação da Escola-Família.

Centro Comunitário de Saúde

Torna-se uma realidade o projetado Centro Comunitário de Saúde. Inicia suas atividades com o objetivo de dar uma ajuda à educação sanitária na região, levando ao interior a medicina preventiva. Pretende uma atuação ampla na área da saúde pública e o cuidado específico de gestantes, puérperas e crianças.

Centro de formação de monitores

A fim de formar monitores capacitados na metodologia e pedagogia da Escola-Família é iniciado também o trabalho de um Centro de Formação de Monitores para as EFAs já implantadas ao sul do Estado e para a expansão ao norte do Estado.

O Centro funciona também em regime de alternância, numa conjungação de teoria-prática; escola-vida prática.

Atividades Comunitárias

Prosseguiram, criando um crescente entrosamento entre as Comunidades locais e das Comunidades entre si. Teve início neste ano a Associação de Bananicultores do Esp.Santo (ABES), congregando sócios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha e Rio Novo do Sul e Piúma. Sua sede é Rio Novo do Sul. Sua finalidade é promover a união entre os agricultores e sua promoção social, econômica e técnica, ampliando-se também a visão a respeito da administração de suas propriedades, em vista de uma maior produtividade com menos desgaste físico.

Participação de capixabas no I Encontro Internacional das EFAs

Numa viagem que durou de 20/09 a 31/10 uma delegação de 15 capixabas, entre os quais se contavam o Arcebispo de Vitória, o Dep.Federal José Carlos da Fonseca (representando o Sr. Governador do Estado), o Diretor da LBA, o cônsul da Itália no E.Santo, Agricultores, Pais de alunos e ex-alunos do MEPES esteve na Itália, numa visita amiga, na qual tiveram encontros com diversas autoridades italianas e participaram em Pádova do I Encontro Internacional de Escolas-Famílias.

Convênios do ano

Neste ano foram os seguintes os convênios celebrados pelo Movimento, em vista do prosseguimento de suas atividades:

- ACARES
- FUNABEM
- FUNDO RURAL
- PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra)
- LBA
- Governo do Estado do Esp.Santo
- Governo Italiano

. . . . . .

1972 - Ano da Expansão ao Norte do Estado do Espírito Santo

O MEPES decidiu testar em outra área do Estado o seu projeto piloto- a Escola da Família Agrícola. É escolhida outra região do Estado: seu norte.

Criação de novas Escolas-Famílias

Inicia-se a implantação de mais 3 EFAs, assim distribuídas:

- EFA do Km 41 - S.Mateus (Masculina)
- EFA de Jaguaré - S.Mateus (Feminina)
- EFA do Bley - S.Gabriel da Palha (masculina).

Funcionamento das EFAs do sul do Estado

Foi bastante satisfatório, colimando-se os objetivos das mesmas.

Aprofundamento pedagógico dos monitores

Todos os monitores (norte e sul) através de reuniões, cursos e encontros, na tentativa de solidificar o modelo das Escolas-Famílias.

Atividades Comunitárias

Continuam a serem desenvolvidas as atividades comunitárias sendo especialmente notórias:

- Assistência à ABBES

  Esta se fez, através de contatos pessoais, entrevistas, e assistência aos bananicultores e sua Associação.

- Formação de grupos de agricultores para o uso cooperativo de bens de produção

  Os agricultores, mobilizados pelo MEPES, se organizaram em grupos para uma nova experiência comunitária: a utilização comum de um bem de produção: o trator. Pequenos agricultores, ajudados pelo MEPES, através de uma verba conseguida na Alemanha, formaram-se em grupos (os G.F.T) encontrando assim uma maneira de adquirir seu trator e os implementos agrícolas indispensáveis, em vista de uma melhor produção.

Convênios

Foram firmados os seguintes convênios:

- ACAR-ES
- FUNSBEM
- FUNRURAL
- L.B.A.
- MINI TESE (Itália)
- Governo Italiano

MEPES, membro da U.I. des Organismes Familiaux

Em fevereiro, o MEPES é aceito na Union Internacionale des Organismes Familiaux, (Organização da UNESCO), com sede em Paris - França - 59, rue Reuaumur.

. . . . . .

1973 - Ano da Reformulação do MEPES - seu I SIMPÓSIO

I Simpósio do MEPES

Este foi um ano de grande importância para a vida do Movimento querealizou um esforço profundo de reflexão sobre si mesmo, celebrando o seu I Simpósio.

Os objetivos do Simpósio foram:

- apresentar a todos uma visão geral do MEPES e s/atividades
- crescer no intercâmbio: sentir de perto os trabalhos de cada unidade, especialmente das Escolas-Famílias e estabelecer maior contato com os operadores.
- estudar a reformulação do MEPES e de suas atividades.

O Simpósio teve uma importante representatividade de pessoas comprometidas com o desenvolvimento do Homem através do processo desencadeado pelo MEPES.

Sua realização se deu em três etapas de igual valor, conjugando-se ação e reflexão, constando das seguintes atividades:

1 - Encontro geral dos participantes para reflexão e informação sobre os seguintes pontos:
   - história geral do MEPES
   - linhas filosóficas do MEPES
   - metodologia de trabalho do MEPES

2 - Visitas às EFAs do norte e sul, realizadas em duas etapas:
   - ao sul: 3 a 5 de agosto
   - ao norte: 11 e 12 de agosto

3 - Plenário de conclusões.

As conclusões do Simpósio foram as seguintes:

1 - Mais uma vez o MEPES se definiu como um Movimento de promoção global que visa a participação consciente do homem do campo no seu processo de desenvolvimento.

2 - São elementos básicos na vida do Movimento:
- a participação da Comunidade
- o pluralismo de visão e de ação
- o intercâmbio em todos os níveis

3 - O MEPES tem procurado testar modelos significativos de desenvolvimento para a realidade atual. A experiência da Escola-Família Agrícola é o primeiro modelo testado. O MEPES não se identifica com elas, mas, se compromete a divulgar o modelo, numa oportuna expansão.

4 - O MEPES trabalhará para o crescimento e autonomia das Escolas-Famílias, do ponto de vista administrativo, conservando-se a vinculação das mesmas com o Movimento, nos aspectos filosóficos e pedagógicos.

5 - O MEPES legarizará a entrada do representante dos pais e monitores das EFAs e representantes dos órgãos contratuais na Junta Diretora.

6 - Procurará fortalecer a Secretaria Executiva, contratando pessoas tècnicamente habilitadas.

7 - Promoverá o aprofundamento das experiências realizadas, através da reflexão que permita fidelidade à filosofia, pedagogia e metodologia do Movimento.

8 - Cuidará da ampliação do Centro de Formação e Reflexão, quanto aos serviços que lhe compete prestar:
- manutenção da reflexão sobre o Movimento
- preparação de pessoal competente para o trabalho nas diversas áreas do Movimento
- constante reciclagem e educação permanente dos operadores

9 - Assumir o trabalho para crescente implantação das Escolas-Famílias no Estado do Espírito Santo e em outras áreas do país, como uma das formas de educação adequada à realidade brasileira.

Escolas-Famílias em Funcionamento:

Estiveram em pleno funcionamento as 8 EFAs programadas e implantadas no 1º plano de expansão.

Procuram aperfeiçoar seus métodos de trabalho e especialmente no que toca ao maior entrosamento com a Comunidade.

Fez-se uma tentativa de ajudar os agricultores que não têm condições de frequentar a Escola durante o dia, criando-se na EFA do Bley (ao norte) e na EFA de Campinho (ao sul), os cursos noturnos, numa adaptação de métodos e atividades.

Centro de Formação e Reflexão

O CFR estava funcionando em Anchieta. Neste ano passou sua sede para Vitória - Av. Santo Antônio, 1746 - em prédio alugado, porém, com melhores condições de atender aos monitores em formação.

Passou por uma reestruturação, numa procura de atendimento às imediatas necessidades do MEJES. Programou e realizou um curso de formação de monitores, em caráter intensivo (6 meses) e programou o curso regular de 1 ano. Deu uma notável assessoria às EFAs.

Atividades Comunitárias

Atividades de grande interesse para a vida das Comunidades foram desenvolvidas na área de atuação do MEJES. Ressaltam-se entre elas:

- Curso "Promoção Humana-Desenvolvimento Integral"

Em colaboração com as 5 Paróquias da área sul do Movimento foi realizado o curso de Promoção Humana-Desenvolvimento Integral, com a finalidade de ajudar aos líderes da região, na aquisição de uma visão mais profunda da realidade e pistas para solução de seus impasses. As conclusões do curso foram muito decisivas e importantes:

- planejamento intermunicipal de cursos profissionalizantes, em convênio com o PLAMO
- procura de meios comuns para mentalizar o homem do interior para uma política positiva a respeito do BEM COMUM e da integração dos municípios, capacitando-os para a escolha, nas eleições, de pessoas com estes ideais para representá-los nas esferas da administração pública.
- procura de maior entrosamento com os diversos instrumentos promocionais da região.

- Cursos Profisionalizantes

Foram intensificados os cursos profissionalizantes na região, dando-se um total de 36 cursos (áreas primária, secundária e terciária) com um total de 533 participantes. Os cursos procuraram também secundar o trabalho das EFAs, atingindo as famílias dos jovens nelas matriculados.

- Centro Comunitário Alvorada

Nova frente de trabalho é aberta, em Anchieta, com a criação do Centro Comunitário "Alvorada", numa ação conjunta onde a Paróquia, a Prefeitura, a Comunidade e o MEJES congregam esforços para atendimento daquele bairro totalmente carente de assistência social e familiar. É iniciado o trabalho de formação para a maternidade responsável e da educação pré-escolar.

- Associação de Bananicultores do E.Santo (ABES)

A ABES continuou seu trabalho procurando atingir sua finalidade essencial: promover os agricultores: social, econômica e tecnicamente, através da ampliação de sua visão a respeito da administração das propriedades de forma a conseguirem maior rentabilidade com menor esforço físico. O trabalho foi satisfatório aumentando-se a produtividade: de 3.000kg/ha (média na região, p/ano) para 12.000kg/ha/ano.

• Grupo de Financiamento de Tratores (GFT)

Dois grupos iniciaram seus trabalhos, ficando assim constituídos:

• Grupo de Tongal e Itinga
Tem inicio de seus trabalhos no mes de março com 12 sócios dos dois Municípios de Anchieta e Iconha. Recebe o trator Massey-Ferguson de 65 X, equipado com arado e grade. Realiza 500 horas de trabalho.

• Grupo de Cachoeirinha
Seu trator é Massey-Ferguson. São 5 sócios de Rio Novo do Sul. Seu trator é Massey-Ferguson de 55 X com equipamentos completos. Realiza 520 horas de trabalho.

• Constituição de outros grupos
Prosseguem os trabalhos para a constituição de novos grupos.

Centro Comunitário de Saúde

O CCS prosseguue seu trabalho de estruturação, realizando as seguintes atividades:

• Hospitalares
Funciona com uma equipe de 3 médicos e 10 outros operadores (enfermeiras, visitadora sanitária e pessoal administrativo). Teve grande movimentação, embora funcionando em prédio adaptado. Ampliou seus serviços, criando o Banco de Sangue.

• Educação Sanitária
O trabalho básico do CCS foi a educação sanitária que tem as seguintes metas, e pelas quais funciona:
  • saneamento básico no Munic. de Anchieta
  • profilaxia e controle de doenças transmissíveis
  • atendimento médico sanitário a grupos prioritários (gestantes, puérperas, crianças).

• Estudo prévio para localização dos mini-postos
A rede de atendimento, quando completa, será composta de 13 mini-postos e trabalharem em sintonia e sob coordenação do Hospital. Estudos prévios com as Comunidades, para implantação dos mesmos, são realizados, especialmente no tocante à escolha dos pontos estratégicos de acesso à população.

• Construção do Novo Hospital
É assinado o convênio MEC-MS-GOVERNO da HOLANDA - através da CEBEMO, para assegurar o financiamento do prédio do novo Hospital-Maternidade do CCS. Este será a sede coordenadora do CCS, funcionando em integração com os mini-postos.
A construção ficará a cargo da FUNTEC, firma construtora com sede em Vitória.

Intercâmbio

Fato de destaque na vida do Movimento foi a realização de um simpósio sobre o Intercâmbio, em agosto, na cidade de Vitória.
Participaram do mesmo pessoas comprometidas com oMovimento (brasileiras e italianas). Os objetivos do Simpósio foram os seguintes:

- aprofundamento do diálogo entre as pessoas já engajadas no Movimento
- melhor explicitação do Intercâmbio (valores em permuta)
- consideração e avaliação das experiências de pessoas que vivem o intercâmbio, no Movimento.

Foram as seguintes as conclusões deste simpósio:

- Todos de alguma forma somos carentes e temos também riquezas próprias a repartir. A ajuda mútua é uma necessidade que o intercâmbio vem satisfazer. Intercâmbio é pois troca: dar e receber é sua lei.
- O HOMEM é a razão de INTERCÂMBIO. Ele não o encontrará sua própria dimensão e nem completará seu ser, em domínio algum, fora de um ambiente concreto. O intercâmbio ajudará a criar ou a enriquecer este meio.
- Os problemas atuais são de dimensões planetárias. Exigem soluções também universais. A paz só se fará numa busca comum, internacional: "ou todos nos salvamos juntos ou todos perecemos juntos.
- O intercâmbio deverá favorecer permutas em todos os campos da investigação humana: tecnológica, científica, sociológica, pedagógica, etc.
- O intercâmbio deverá favorecer a salvaguarda dos valores pessoais e universais, colocando-os a serviço das organizações, preservando, desta forma, o mundo da "poluição humana" que o ameaça.
- O intercâmbio exige um processo lento, gradativo, cumulativo. Não se realiza "à vista", mas, somente "a longo prazo".
- A eficiência do intercâmbio dependerá da criação de uma mentalidade nova, em âmbito internacional, da qual surja uma adequada conceituação, significação e metodologia do próprio intercâmbio.

Relacionamentos de maior destaque no ano

O MEIES procurou cultivar e ampliar o relacionamento com diversos órgãos do setor público ou particular, nacional ou estrangeiro. Destacam-se os contatos com:

1 - a nível nacional:

- área federal: FUNABEM
  FEBEM
  LBA
  FUNRURAL

- área estadual: FESBAM
  ACARES
  Governo do Estado (Sec. Educação, Saúde e Agricultura).
- Setor particular (nacional)

CEAS - Salvador
IBRADES - Rio de Janeiro
CENTRO-NOVO - Rio de Janeiro
FUNDIFRAN - Bahia
FIDENE - R.G.Sul
Outras Organizações

2 - a nível internacional

MISEREOR - Alemanha
CEBEMO - (Gov. Holandês) - Holanda
A.E.S. - Itália
F.I.A. - Estados Unidos da América
U.I.M.Familiales - França
U.I.O.Familiaux - França - (Unesco)
ALFA - Argentina
Campanha contra el hambre en el mundo -Espanha

Ocorrências de maior significado no setor Intercâmbio

1 - O MEPES recebe visitas:
- Enviadas por A.E.S:
  Prof. Franco Marin
  Prof. Danilo Agostini
- Enviado por CIAS:
  Pe. Gian Paolo Salvini
- Enviado pela FIDENE:
  Frei Matias e Prof. Walter Frantz
- Embaixador da Itália no Brasil:
  Dr. Carlo Enrico Ziglioli.

2 - O MEPES envia:
À Itália, c/participação em encontros diversos: Sérgio Zamberlan
Humberto Noventa
Roberto Tassari
Ao Congresso Latino Americano de EFAS, na Argentina: Mario Zuliani
Cleber Soldati
À Conferência da Cia de Jesus, sobre promoção do Setor Rural, na Colômbia:
Pe. Humberto Pietrogrande.

Convênios celebrados:

Foi graças aos convênios celebrados que o MEPES conseguiu um orçamento que se manteve equilibrado, podendo realizar as inúmeras atividades que programou.

Foram os seguintes os convênios realizados para as atividades respectivas:

ATIVIDADES	ENTIDADES FINANCIADORAS
1 -Centro de Formação e Reflexão. .	Campaña del Hambre... (Espanha) FUNABEM IBRADES Governo do Estado do E.Santo
2 -Escolas Famílias Agrícolas . . .	Governo do Estado do E.Santo Prefeituras locais Contribuições das Famílias Renda das Propriedades Comunidades locais LBA ACAREs A.E.S Governo Italiano
3 - Simpósio do MEPES	A.E.S.
4 - Intercâmbio (viagens)	A.E.S
5 - Atividades Comunitárias	A.E.S MISEREOR (Alemanha) L.B.A (D.S.) Fundo de Pastoral
5 - Centro Comunitário de Saúde . . .	Fundo Rural L.B.A Secretaria da Saúde CEBEMO (Holanda)
6 - Oficina de Impressão	FUNABEM

. . . . . .

1 9 7 4

Ano da Sistematização Administrativa

Fortalecimento da Estrutura administrativa

Neste ano o Movimento fez grandes esforços na busca de uma ddequada estrutura administrativa e no seu fortalecimento.

A Secretaria Executiva estruturou-se, procurando, contudo, manter a funcionalidade de cada setor operacional. Foi um trabalho exigente, porém, coroado de êxito.

Ampliação da Junta Diretora

Mais três membros foram incluídos na Junta Diretora, visando sempre a maior participação de todos na direção do Movimento. Estes membros são:

- representante dos Pais dos alunos das EFAs
- Representante dos Operadores do Movimento
- Representante das Entidades Convenientes

Centro de Formação e Relflexão

- Concluiu o curso de monitores iniciado em 1973, formando 12 novos monitores
- Realizou um curso emergencial (agosto-dezembro), formando mais 15 monitores:
  - 12 - MEPES
  - 1 - CESEDIC - Baía
  - 1 - ASSESSOAR - Paraná
  - 1 - Projeto Piaui
- Foram realizadas as demais atividades de assessoria às EFAs.

Escolas-Famílias Agrícolas

- Viveram um momento de grande importância: seu reconhecimento oficial: Parecer nº 137/74 do Conselho Estadual de Educação. Pode agora conferir certificado de terminalidade a seus alunos concludentes.
- Foi criado o GRIMA - órgão representativo dos monitores nascido numa semana de aprofundamento, visando maior integração e participação dos monitores.

Departamento de Ação Comunitária

- Centro Comunitário Alvorada

  Ampliou seu trabalho, desenvolvendo as seg. ativid/:
  - UMIE (unidade de proteção ao pré-escolar)
  - Clube de Mães
  - Posto de alfabetização do MOBRAL
  - Orientação social e familiar ao bairro

- Grupos de Financiamento de Tratores
  - Surgem o 3º e 4º grupos que ficam assim estruturados: - Grupo de Carolina, congregando agricultores de Carolina, Matilles, Iriritiririca do Município de Alfredo Chaves. Recebeu o trator "Massey-Ferguson 65 X" c/ os devidos implementos. São ao todo, 30 sócios.
    O 4º grupo é ligado à area de Olivânia, funcionando sob orientação daquela Comunidade.
  - Entram então em funcionamento, 4 grupos de tratores na área sul do MEPES.

- Cursos Profissionalizantes

  Foram realizados 23 cursos.
  Participaram deles: 378 pessoas

Associação de Bananicultores do E.Santo

- Continuou seus trabalhos, sofrendo, contudo, uma crise que levou seus 35 sócios a muitos encontros e reflexões a fim de se conseguir manter fiel aos seus objetivos iniciais: eliminação do intermediário na comercialização da banana, ficando a Diretoria encarregada de providências para que fosse constituída, juridicamente, a Cooperativa.
- O nº de sócios passou a ser 50
- A comercialização foi de 1.913.322 quilos de banana.

Centro Comunitário de Saúde

- Formação da equipe médica e de enfermagem

  Os 3 médicos deixam o CCS em janeiro, colocando o CCS em sérias dificuldades. Gradativamente foram feitos contatos que resultaram na formação de uma nova equipe médica, sendo também ampliada a de enfermagem.

- Prosseguimento da construção do Hospital

  O andamento dos trabalhossofreu um atrazo motivado por dificuldades de ordem técnica, próprias mesmo da região. Entretanto, espera-se a conclusão da obra para início do próximo ano.

- Formação do Conselho Administrativo Provisório

  É formado o Conselho Administrativo provisório que deverá reforçar a participação da Comunidade local nos trabalhos do CCS, conforme a filosofia do Movimento.

- Atendimentos clínicos

  Cresce o nº de atendimentos desta natureza, bem como todo o trabalho de educação sanitária na área.

- Mini-posto de Lagoal

  É concluída a construção e o mini-posto entra em funcionamento, desenvolvendo as atividades:
  - atendimento médico semanal ao povo
  - visitas às gestantes, puérperas e crianças
  - controle de vacinação
  - treinamento de uma educadora sanitária, no Hospital
  - organização do fichário familiar da Comunidade
- Atividades diversas:
  - preparação de parteiras curiosas p/ o interior
  - reuniões para senhoras
  - visitas domiciliares p/orientação

Intercâmbio

A vivência do intercâmbio no E.ES foi ampla e intensa.

Intercâmbio (continuação)

Além das Entidades nacionais com as quais continuou mantendo relacionamentos, teve ainda, os seguintes contatos de grande significado para sua vida:

1 - no Brasil:

•ASSESSOAR

Concretizou-se o intercâmbio nas seguintes atividades:

- visita de operadores de ASSESSOAR ao MEPES e vice-versa
- participação de 1 operador de ASSESSOAR no curso do CFR do MEPES
- participação de 4 jovens do MEPES num curso realizado por ASSESSOAR, no Paraná.
- Perspectivas de maiores colaborações.

• CESEDIC

- Estágio de 1 ano, no MEPES, por 1 operador de CESEDIC
- Oferecimento de mais 2 bolsas de estudos no CFR para um ano de formação
- Participação e assessoria do MEPES em um curso de liderança realizado em Brotas de Macaúbas, com vistas à implantação da Escola-Família

• PROJETO PIAUI

- Recebeu a visita de elementos do "Projeto Piaui"
- Manteve em seu CFR um estagiário do referido projeto, a participar do curso de formação de monitores.

• FIDENE

- Participação do MEPES no seminário sobre Educação e Comunidade, em Ijui
- Formação a nível superior de monitores do MEPES na faculdade da FIDENE

• CENDEC

O MEPES se apresentou, a convite do referido Centro de Desenvolvimento Econômico, para o Curso Regional Latino-Americano de Projetos de Educação. O curso realizado em Brasília, incluiu a apresentação do MEPES sob o tema: "Educação não formal".

2 - No Exterior

• APEFA

- Visita ao MEPES do Secretário da APEFA
- Participação do MEPES no II Encontro Nacional de EFAs, realizado pela Organização, na Argentina.
- Assinatura de 2 convênios MEPES/APEFA para intensificação do intercâmbio, em vista da implantação das EFAs na América Latina.

- A.E.S (Itália)

  Viagem do Presidente do MEPES à Itália para:

  - participação na Iª Conferência Regional sobre a Imigração (Verona 28-30 de Julho)
  - Encontros com a Diretoria de AES, tratando dos seguintes assuntos:
    - comemoração do Centenário da Imigração Italiana no Brasil (E.Santo)
    - Debates sobre escolas profissionais, conforme metodologia da Escola-Família
  - Encontros com a Associação para:
    - estudo de novas linhas de Intercâmbio
    - estudo para aprofundamento das experiências já realizadas
    - encontros com o Ministério das Relações Exteriores da Itália

- U.I.M.F. (França)

  - Intensificação dos contatos e compromissos para uma circulação maior de documentos entre as duas Entidades.

- CEBEMO (Holanda)

  Visita do Presidente do MEPES à sede da CEBEMO, em vista da liberação de verbas para o MEPES (Hospital e CFR).

- MISEREOR (Alemanha)
- Fundação Konrad Adenauer (Alemanha)

  Idem, com as mesmas finalidades.

- Comithé Catolique contre la faime (França)

  Idem

Convênios

O MEPES realizou suas atividades com os recursos que lhe vieram das seguintes fontes, através de convênios:

Atividades	Entidades Financiadoras
Centro de Formação e Reflexão . . .	FUNABEM Inter-American Foundation Campaña del Hambre Governo do Estado E.Santo IBRADES
Escolas-Famílias Agrícolas . . .	Governo do Estado E.Santo A.E.S Prefeituras Locais Contribuição dos Pais alunos Renda da Propriedade Contribuição Comunid/locais LBA (DET) AES

Convênios (continuação)

Atividades do Intercâmbio	AES AMEFA
Atividades Comunitárias	MISEREOR AES LBA (DSS) LBA (UTTE)
Centro Comunitário de Saúde	FUNRURAL - LBA (DF) Secretaria da Saúde Governo da Holanda Comunidade Local

. . . . . .

1 9 7 5

Consolidação do MEPES e crescimento da Escola-Família

Todas as atividades do Movimento estiveram em franco atividade, sendo notórios: a inauguração do Hospital do Centro Comunitário de Saúde e o crescimento da Escola-Família, preparando-se novo plano de expansão.

Escolas-Famílias Agrícolas

A Escola Família teve os seguintes fatos notórios:

- ampliação de seu trabalho
  É incluído o 3º ano, criando-se a possibilidade de seus alunos receberem o certificado de terminalidade do 1º grau, com a conclusão desta série.
- implantação de uma EFA de 2º grau
  Foram tomadas as providências para que no próximo ano seja implantada uma EFA de 2º grau, em Olivânia, oferecendo mais esta oportunidade aos agricultores: formação técnica a nível médio.
- abertura de nova etapa: expansão no Estado e em outros Estados
  Está sendo estudada a expansão da EFA no Estado do Espírito Santo (possivelmente mais 8 Escolas, no próximo triênio) e fora do Estado, com assessoria do MEPES que já vem preparando operadores para esta finalidade e mantendo contatos com as regiões e Comunidades interessadas.
- A sede para a EFA de Iconha:
  Foi adquirido um terreno que servirá à construção da EFA de Iconha. Será então, sediado ai, o Centro de Promoção da Mulher.

Escolas-Famílias Agrícolas (continuação)

- Iª Assembléia Geral de Pais das EFAs

Foi realizada em Vitória (20-21 de dezembro) numa expressão de vida democrática de nosso Movimento. Os representantes dos pais, alunos e ex-alunos, operadores do Movimento, constituíram um pequeno, mas, eficiente "parlamento".

- Criação do Conselho Geral de Pais

Resultado da Iª Assembléia foi a criação do Conselho Geral de Pais, formado por um representante decada Escola, indicado pela Assembléia Geral da Escola. Caberá a este Conselho, desenvolver uma ligação constante entre a EFA e os diversos setores do MEPES.

- Criação de uma infra-estrutura administrativa das EFAs

Continuam sendo dados passos no sentido de se encontrar uma forma administrativa própria para as EFAs do MEPES.

Centro de Formação e Reflexão

- Reestruturação do CFR

Esta iniciativa tem grandes reflexos sobre o Movimento. Foi planejado e executado um currículo bem mais aperfeiçoado para a formação dos monitores, sendo desta forma, lançadas novas bases para uma séria formação dos Monitores do Movimento.

- Assessoria administrativa às EFAs

A necessidade de um maior acompanhamento e organização mais racional das EFAs fez surgir também o setor de assessoria à administração escolar das EFAs, em 3 níveis:

- técnico (aproveitamento das propriedades)
- educacional (processo educativo da EFA)
- administrativo (organização e escrituração).

Centro Comunitário de Saúde

- Inauguração do Hospital do CCS

Foi realizada a 1º de março, alcançando-se mais uma das metas do CCS. Fica-se ainda muito longe da implantação de uma estrutura sanitária inspirada por uma filosofia promocional, mas, inegavelmente, cresce, com esta nova unidade do CCS as suas possibilidades.

- Mini-posto de S.Mateus

É concluída sua construção, equipado e colocado em funcionamento, somando-se aos esforços do mini-posto de Pongal que está em franca atividade.

- Mini-posto em andamento

Continuam os trabalhos de conscientização da Comunida-

Centro Comunitário de Saúde (continuação)

- de de Jabaquara e a construção de seu mini-posto que deverá entrar em funcionamento no próximo ano.
- Convênio com a Secretaria da Saúde

  O MEPES assina convênio com a Secretaria da Saúde para receber desta medicamentos para o Hospital e seus mini-postos.
- As atividades médicas e comunitárias prosseguiram em seu rítmo normal .

Departamento de Ação Comunitária

- Centro Comunitário Alvorada

  Amplia seus serviços com curso de alimentação, orientação familiar e puericultura para o bairro Alvorada.
- Cursos Profissionalizantes

  Foram realizados 29 cursos com 478 participantes.
- Associação de Bananicultores do E.Santo

  Viveu momentos difíceis, tentou superar as crises criadas pela resistência do agrícultor ao trabalho cooperativo e à valorização quase exclusiva de interesses pessoais de alguns membros. Consegue até loja no CEASA do Rio de Janeiro,mas,não tem condições,mesmo com tanto - esforço de alguns de superar os problemas. Em 19/09,após avaliação da situação encerrou suas atividades,deixando apenas um vestígio: um grupo de bananicultores - pequeno,não associados jurídicamente,porém,unido no - trabalho comunitário.
- Grupos de Financiamento de Tratores

  Continuam florescentes os 4 grupos,sendo as terras aradas, 245 ha.Os tratores ainda não são totalmente aproveitados, devido a fatores difíceis de serem vencidos rapidamente. A experiência,entretanto,tem revelado ao pequeno agrícultor os benefícios da implantação da técnica.

- Atividades do Intercâmbio

O MEPES manteve contato com as mesmas Entidades nacionais e estranjeiras,já citadas no relatório de 1974 , procurando ampliar alguns contatos e estabelecendo — também,contatos com novas organizações.Estas são:

1- Nível Nacional
   Centro de Formação Intercultural
   (CENFI) - Rio de Janeiro.
   Paróquias de Itanhém (Bahia)

Paróquia de Cruz das Almas (Bahia)

2- Em nível internacional

TROCAIRE (Dublin) - Irlanda
ADVENIAT (Alemanha)

- Atividades de maior significado

- Visita dos Srs.Governadores do Estado: Dr.Arthur Carlos Gerard dos Santos,Governador do Estado e do Dr.Elcio Alvares,governador eleito. A visita teve como objetivo uma tríplice finalidade:
  - maior conhecimento do MEPES,por parte dos Governadores;
  - encontro dos mesmos com a Junta Diretora para analisar novas formas de colaboração;
  - encontro com os Operadores do Movimento,reunidos na sede para planejamento do ano.

- Congresso Internacional das EFAs.

Celebrado em Dakar,por escolha das Associações Nacionais de 2 a 16 de maio p.p pela U.I.M.F. O MEPES enviou,conforme convite da comissão organizadora, dois representantes: seu Presidente e um Professor do CFR.
O Congresso foi de grande importância para a consolidação da metodologia da EFA, no mundo.

- Criação da Associação Internacional de Maisons Familiales

Neste mesmo congresso foi criada a Associação Internacional de "Maisons Familiales", tendo sido eleito um dos membros do Conselho da mesma, um dos operadores do MEPES.

- Colaboração da APEFA

Houve bom intercâmbio: professores da APEFA assessoraram o MEPES no CFR e operadores do MEPES estagiaram em EFAs da APEFA.

- Encontros do Secretário Executivo com a AES

Em sua viagem à Europa o Pe.João Confaloniери teve vários encontros com a AES,participando de 4 reuniões da mesma, nas quais as duas entidades tomaram recíproco conhecimento de atividades e possibilidades.

- Encontros diversos:

Também o Sr.Secretário Executivo realizou os seguintes contatos: em função de convênios:

MISEREOR
CEBEMO
ADVENIAT

- Visita ao MEPES do representante da CEBEMO

O Frei Humberto Van Berg que visitou o Hospital e tratou com a Presidencia do Movimento sobre possibilidade de futuras colaborações.

- IIº Seminário Latino Americano sobre formação rural

Foi também organizado pela APEFA e o MEPES participou a fim de conhecer outras Entidades que trabalham no setor rural, adquirir novas experiências sobre a Metodologia e Pedagogia da EFA; dialogar com a APEFA sobre a Associação Internacional das EFAs.

- Visita do Sr.Cardeal Albino Luciani, Patriarca de Veneza

Comemorando o Centenário da Imigração Italiana visitou o Brasil e conheceu o MEPES, o citado Patriarca, apreciando o intercâmbio que o MEPES alimenta.

- Seminário sobre o Ensino na Zona Rural

Realizou-se em Vitória, promovido pelo Conselho Estadual de Educação, tendo o MEPES sido convidado, através de seu Centro de Formação e Reflexão apresentado o Tema" Expecificações de condições físicas para o ensino na Zona Rural".

- Visita de cursistas do IBRADES

- Visita do Representante da Inter-American Foundation :

Ampliando-se a colaboração desta Entidade para com o MEPES. A Intera-merican Foundation assume praticamente todas as despesas do CFR e da assessoria da APEFA.

- Assinatura de acordo entre CESEDIC e MEPES

Por este o MEPES garante ao CESEDIC uma assessoria para implantação das EFAs em sua área de atuação, assessoria que ja fora iniciada, mas que, se intensifica a partir daí, com os seguintes gestos:

- O MEPES se compromete a enviar um operador p/CESEDIC.
- Oferece à Entidade duas bolsas de estudo em seu Centro de Formação, para formação de futuros monitores, nos anos vindouros.
- O Presidente do MEPES visita o CESEDIC e seu secretário Executivo, por sua vez, participa das programações do MEPES.

CONVÊNIOS

1. Atividades Promocionais

G.F.T.....	atual -Sócios (MISEREOR-inic.)
ABES.....	sócios.
Cursos Profissionalizantes.....	PIPMO
C.C.Alvorada UFPE.....	LBA, PIPMO, Paróquia e Prefeitura de Anchieta.

2. [illegible]

Construção hospital.....	CEBEMO - Holanda
Manutenção.....	LBA (D.M)- FUNRURAL - Sócios- Secretaria de Saúde (CEME).

Equipamento.....FUNRURAL - Natal Comunitário
Donativos
Ambulatório de Campo..... Comunidade local.

3- CFR

Todas as atividades.....FIA- Gov.do Estado.
IBRADES.

4- EFAs.....* Governo do Estado
* LBA (DET-DS)
* Prefeitura
* Comunidades
* Pais de Alunos
* TROCAIRE
* AES
* Donativos.

5- Intercâmbio..... AES - FIA.

. . . . . .

No atual momento os estatutos do Movimento são os seguintes.

Documento nº 13

Estatutos atuais do MEPES.

(a seguir o documento).

E S T A T U T O S

DO

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESP.SANTO (MEPES)

ED.ABRIL 1974: Em dia com as modificações aprovada na Reunião da Junta Diretora do dia 07/03/74.

ESTATUTOS DO
MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO (MEPES)

T I T U L O - Iº

Da Denominação, Sede, Duração, Âmbito, Objetivos, Patrimônio e Manutenção.

CAPITULO - I -

Denominação, Sede, Duração e âmbito

Art.1º - E'fundada em 26 de abril de 1968, com foro e sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, uma Associação sem fins lucrativos, denominada Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que será regida pelo presente Estatuto.

Art.2º - A Associação tem duração por prazo indeterminado.

Art.3º - A Associação tem como âmbito de ação o Estado do Espírito Santo e seu ano social coincidirá com o ano civil.

CAPITULO -II-

Objetivos:

Art.4º - A Entidade tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana. Gratuitamente, promove a educação e desenvolve a cultura, através da ação comunitária, numa ampla atividade inerente ao interesse da Agricultura, e principalmente no que concerne à elevação social do Agricultor do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico.

Art.5º - Atendidos os objetivos, a Entidade celebra convênios com outros organismos de qualquer âmbito e filiar-se a outros de âmbitos nacional, bem como colaborar em atividades similares às suas.

CAPITULO-III-

Patrimônio e Manutenção

Art.6º - Constituem patrimônio da Entidade todos os bens móveis e imóveis que venham a possuir.

Art.7º - Constituirão receita da Entidade as doações ou subvenções provenientes de particulares, do Govêrno Federal, do Estado, do Município, e de qualquer outro tipo de contribuição que venha a ter.

T I T U L O - IIº

Da Estrutura do MEPES, sua Competência e Procedimento para Reuniões

CAPITULO - I

Estrutura do MEPES

Art.8º - A Entidade será regida por uma Junta Diretora, um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Executiva.

Da Junta Diretora

Art.9º - A Junta Diretora será constituida por:

a) 1 (um) representante da Sociedade Nacional de Instrução, neste Estado, representada pela Companhia de Jesus no ESto Santo, designado pela respectativa Diretoria;

b) 1 (um) representante da Associação dos Amigos do Espírito Santo, designado pela respectativa Diretoria;

c) 1 (um) representante dos Vigários, indicados entre aqueles cujos municípios sejam objeto das atividades da Entidade;

d) 1 (um) representante dos prefeitos, indicados entre aqueles cujos os municípios sejam objeto das atividades da Entidade;

e) 1 (um) representante da ACARES (Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo),designado pela respectiva Secretaria Executiva;

f) 1 (um) representante dos pais dos alunos eleito pelos representantes dos pais nos Conselhos Administrativos de cada Escola.

g) 1 (um) representante dos Operadores do MEPES, eleito pela Assembleia dos Operadores;

h) 1 (um) representante das Entidades nacionais convenentes, eleito pelos órgãos convenentes.

Parágrafo 1º - A Junta Diretora será dirigida por um Presidente eleito entre seus membros pelo período de 3 anos, podendo ser reeleito, consecutivamente, por mais um período. Ele será o Presidente do MEPES.

Parágrafo 2º - Das reuniões da Junta Diretora participarão, sem direito ao voto, o Presidente do Conselho Deliberativo ou delegado seu expressamente, e o Secretário Executivo.

Art.10 - E'da Competência da Junta Diretora:

a) Propor e aprovar alterações nos estatutos;
b) Autorizar a assinatura de acordos ou convênios;
c) Eleger o Secretário Executivo pelo período de 3 anos,podendo ser renovado por igual periodo.
d) Admitir a entrada de novas entidades para o Conselho Deliberativo.
e) Aprovar o quadro de pessoal e respectivos níveis salariais.
f) Deliberar quanto à aquisição de bens imóveis incorporáveis ao patrimônio do MEPES, bem como a hipoteca cessão, caução destes bens.

Parágrafo 1º - As eleições para Presidente e Secretário Executivo serão realizadas em data de maneira a não coincidir os períodos dos mandatos.

Parágrafo 2º - Para que seja válida qualquer alteração nos estatutos é necessário que haja pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos representantes a favor da alteração proposta.

Art. 11º - A Junta Diretora reunir-se-á ordinariamente de 3 em 3 meses, e extraodinariamente quantas vezes for necessário.

Art. 12º - As reuniões da Junta Diretora serão sempre convocadas pelo Presidente com antecedência mínima de 1(um) mês, em primeira convocação, e 30 (trinta) minutos após, em segunda e última convocação.

Parágrafo 1º - Qualquer membro da Junta Diretora poderá solicitar ao Presidente reunião extraordinária, e se por este vedado, após o prazo de 15 (quinze) dias, poderá ele mesmo convocar, desde que conte com adesão de metade mais 1(um) dos membros da Junta.

Parágrafo 2º - Nas reuniões da Junta Diretora as decisões serão válidas quando contarem com os votos de maioria simples , sendo que o Presidente terá o voto de minerva.

Parágrafo 3º - O quorum necessário para que a Junta Direora se reúna é de 2/3 (dois Terços) dos membros em qualquer convocação.

Art. 13º - Compete ao Presidente do MEPES

a) Convocar e presidir as reuniões da Junta Diretora.
b) Representar o MEPES em juizo e fora dele.
c) Informar os membros da Junta Diretora das atividades dos órgãos executivos.
d) Assinar acordos, convênios, contratos, protocolos e ajustes em nome do MEPES.
e) Empossar o Secretário Executivo
f) Articular e intencificar as relações entre MEPES e outras instituições, visando o conhecimento e a consolidação do Movimento.
g) Negociar com aprovação da Junta Diretora, a contratação de empréstimos internos e externos.
h) Aprovar o nome da pessoa que, juntamente com o Secretário Executivo, movimentará as contas bancárias do MEPES.

Do Conselho Deliberativo

Art. 14º - O Conselho Deliberativo será constituido por:

a) 1(um) representante de cada membro contribuinte, devidamente designado.
b) Os representantes dos pais de alunos, em número de 3 (tres) indicados pela Associação dos pais.
c) Pessoas físicas que estejam contribuindo ou colaborando significativamente, à critério da Junta Diretora.

Parágrafo 1º - São membros contribuintes todas as Entidades ou Orgãos que convencionam com o MEPES e concordem com o presente estatuto e mantenham uma colaboração significativa, à critério da Junta Diretora, no desenvolvimento da Entidade.

Parágrafo 2º - O Conselho Deliberativo será dirigido por 1(um) Presidente eleito entre os membros.

Art. 15º - E' de competência do Conselho Deliberativo:
a) Aprovar as contas e atos do Secretário Executivo;
b) Fiscalizar a aplicação dos recursos da Entidade;

Art. 16º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, até 3 (tres) meses após encerrado o exercicio do ano civil, para apreciação das contas e atos do Secretário Executivo.

Parágrafo Único - Não ocorrendo reunião do Conselho Deliberativo para os fins determinados no presente artigo, serão considerados aprovados todas as contas da mencionada Secretaria.

Art. 17º - As reuniões do Conselho Deliberativo serão sempre convocadas pelo Presidente, com antecedência mínima de 1 (um) mês, em primeira convocação, e de 30 (trinta) minutos após em última convocação.

Parágrafo 1º - Qualquer membro do Conselho Deliberativo poderá solicitar ao Presidente reunião extraordinária, e se por este vedado, após o prazo de 15 (quinze) dias, poderá ele mesmo convocar desde que conte a adesão de metade mais 1(um) dos membros do Conselho.

Parágrafo 2º - Nas reuniões do Conselho Deliberativo as decisões serão válidas, quando contarem com votos de maioria simples, sendo que o Presidente terá o voto de minerva.

Parágrafo 3º - O Conselho Deliberativo poderá convocar o Presidente da Junta Diretora e o Secretário Executivo para os esclarecimentos que forem necessários.

Da Secretaria Executiva:

Art. 19º - São atribuições da Secretaria Executiva:

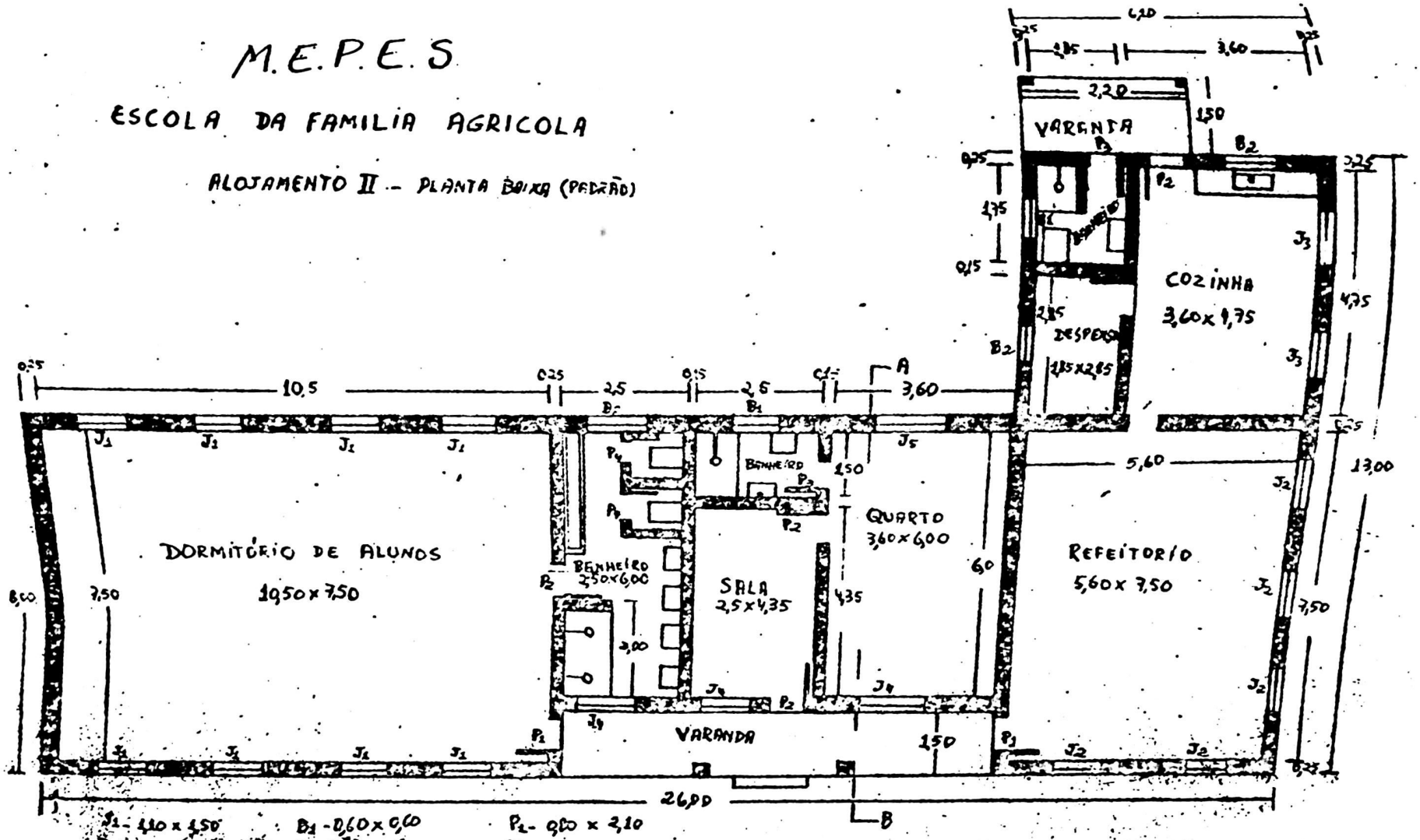
a) Cumprir e fazer as determinações da Junta.
b) Executar o Plano de Trabalho, que deverá, ser elaborado anualmente e submetido à Junta Diretora.
c) Controlar e designar pessoal
d) Zelar pelo Patrimônio da Entidade
e) Propor à Junta Diretora a Expansão das Escolas.
f) Participar das reuniões das Escolas-Famílias
g) Submeter anualmente, até 3 (três) meses após encerramento do Exercicio, as contas e atos para aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 20º - O Secretário Executivo poderá ter, para melhor desempenho de sua função, os assessores nos campos técnicos e administrativos, à critério da Junta.

M.E.P.E.S

ESCOLA DA FAMILIA AGRICOLA

ALOJAMENTO II – PLANTA BAIXA (PADRÃO)



J_1 - 1,10 x 1,50
J_2 - 1,20 x 1,50
J_3 - 1,00 x 1,50
J_4 - 1,00 x 0,60
J_5 - 1,

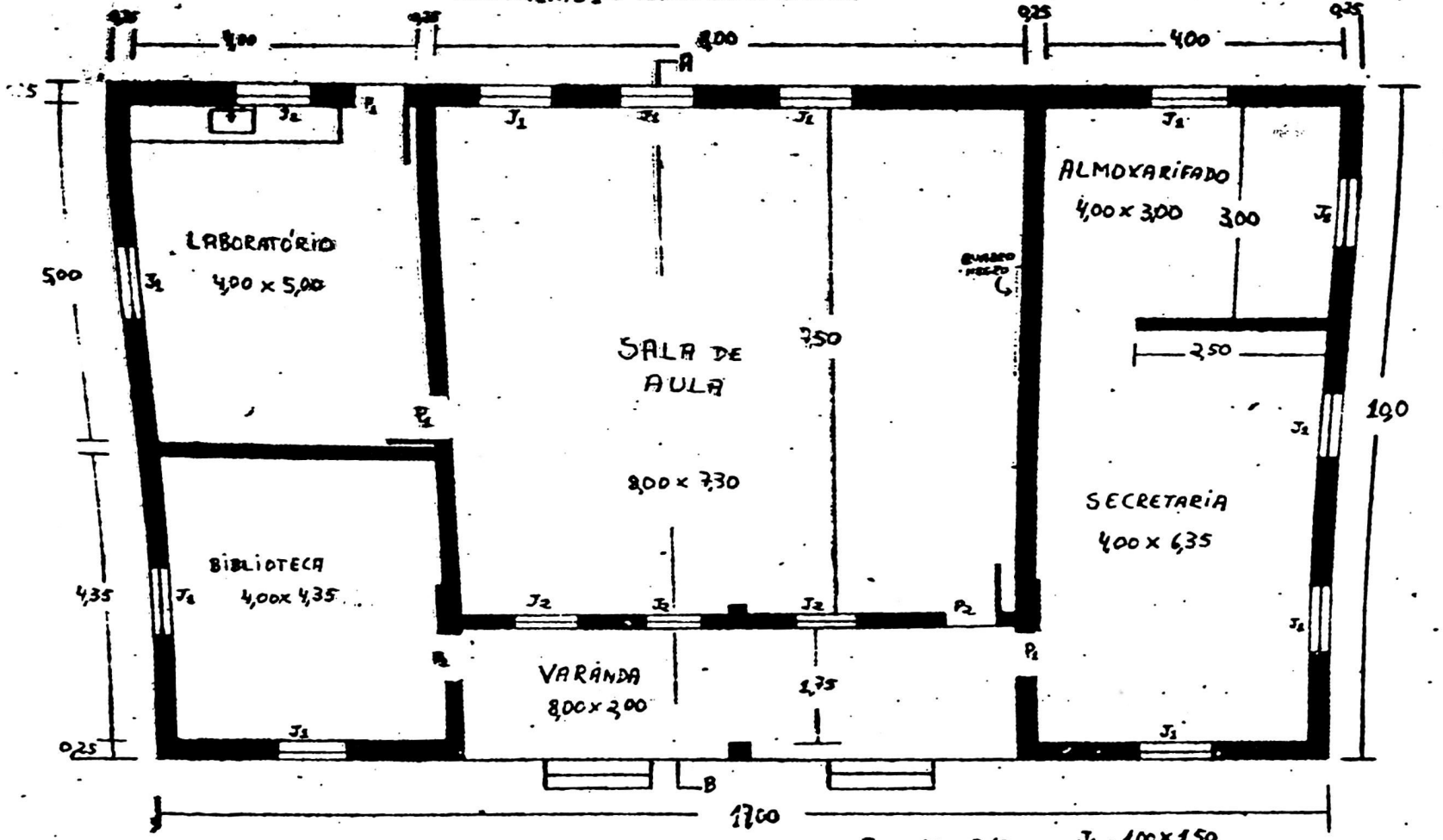
B_1 - 0,60 x 0,60
B_2 - 0,80 x 0,80

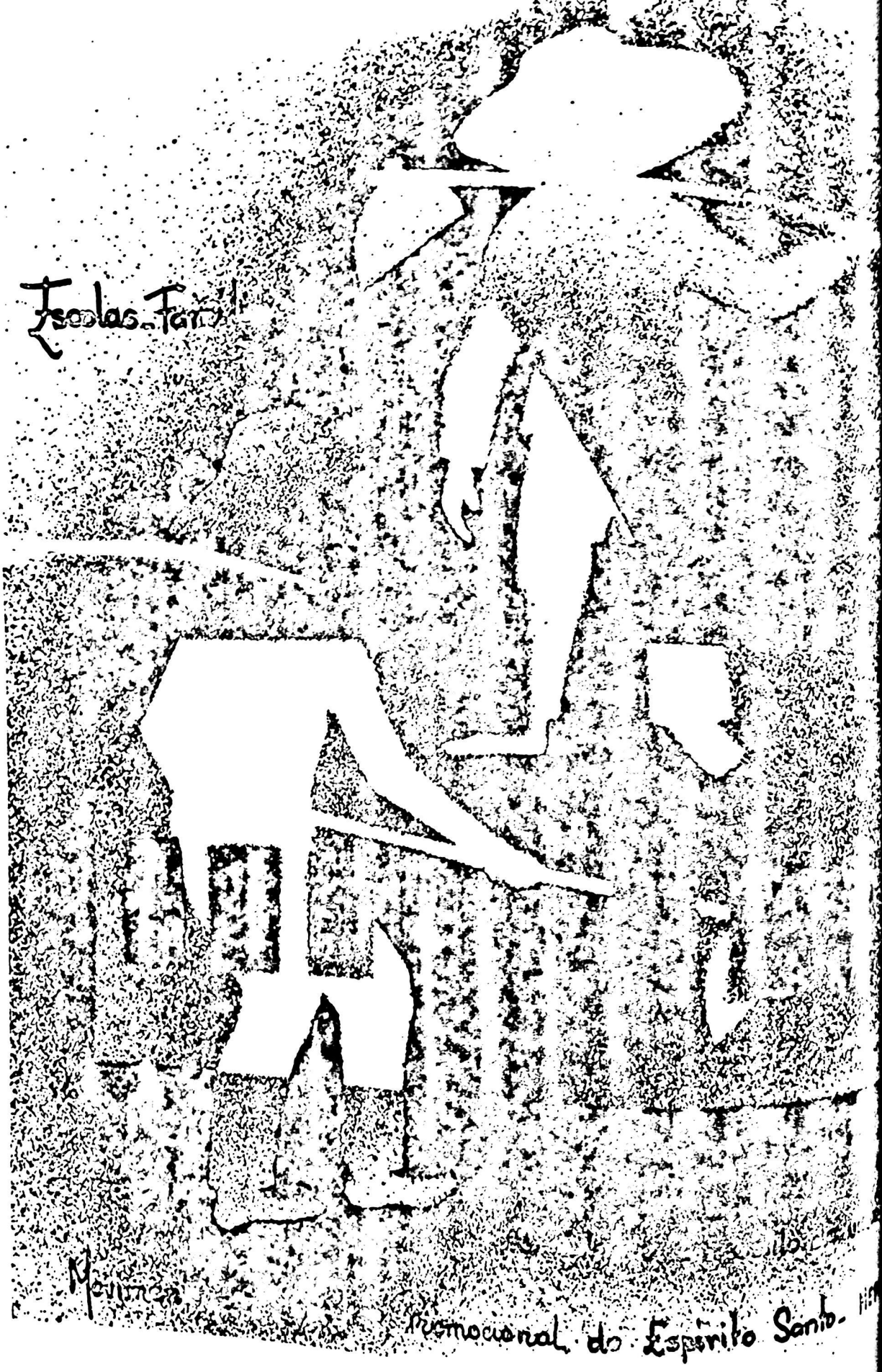
P_1 - 0,80 x 2,10
P_2 - 0,70 x 2,10
P_3 - 1,60 x 2,10
P_4 - 1,50 x 1,50

MEXES

ESCOLA DA FAMÍLIA AGRÍCOLA

ALOJAMENTO I - PLANTA BAIXA (PADRÃO)




Escolas Fam
Nacional do Espírito Santo

bilidades,um homem preparado,responsável e dinâmico para o desenvolvimento da sua futura família,da sua propriedade e da sua comunidade. E, se por qualquer motivo ele não encontrar no seu ambiente a oportunidade de formar a sua família e de integrar numa atividade econômica,que ele seja um homem apto a tomar decisões e escolher sua profissão para o seu bem e o da comunidade a que irá se integrar.

Para galgar os seus objetivos a Escola-Família se exercerá através dos métodos de comunicação,dos currículos técnico-agronômicos teóricos e práticos,da participação dos pais,da participação comunitária, da participação das entidades, das atividades sociais dos alunos e da promoção humana de todos, tendo como base de todo o processo os seguintes princípios:

1- Alternância - da vida familiar e escolar do aluno de maneira a conjugar promocionalmente o meio e a escola, em períodos de vivência em cada um ritmo adequado à realidade;

2- O Convívio em comum dos alunos, de maneira a estabelecer a execução de atividades e o entrosamento dos jovens na escola;

3- A objetividade dos assuntos a serem desenvolvidos nas escolas, de maneira a aproveitar os recursos existentes na região e dar aos alunos os conhecimentos efetivamente necessários a torná-los futuros agricultores técnicos;

4- O Pluralismo,mediante o qual se integram numa responsabilidade comum, as comunidades, os pais os jovens e os educadores,assim que nasceu uma aproximação dos pais à escola e da escola,às comunidades e às famílias. De maneira que a Escola não desvie os seus objetivos, permanecendo dentro da realidade que a cerca.

5- A motivação aos valores humanos,aos costumes e aos princípios cívicos,de maneira a despertar e incrementar nos jovens alunos o sentimento humanitário e patriótico.

Dentro das atividades a serem desenvolvidas nas escolas distinguem-se dois aspectos essenciais:

a)- As de formação científico -profissionais;
b)- As de formação humano-sociais.

Em ambos os casos grande parte destas atividades serão desenvolvidas através de currículos,sem perder de vista que estes currículos serão complementados ou suplementados com atividades outras,através,também, de vários métodos.

Do ponto de vista dos assuntos curriculares, a organização letiva se fará através de quatro semestre (2 anos),com períodos intercalados de 15 dias na escola e 15 dias na propriedade.

Partindo do princípio de que os alunos têm o curso primário e que a heterogeneidade do nível de conhecimentos é grande, se incluirá no primeiro semestre um período de nivelamento e, partindo daí,serão tratadas em regime de disciplinas os seguintes assuntos:

a)- Fisiologia Vegetal;
b)- Fisiologia Animal
c)- Agrícultura
d)- Pecuária
e)- Engenharia Rural
f)- Administração
g)- Desenvolvimento Humano-social

- Período de Nivelamento

Objetivo - Dar aos alunos, recordando e ensinando, conhecimentos mínimos necessários à compreensão, ao acompanhamento e aprendizagem das matérias curriculares.

Assuntos:

a)- Português:
- Concordância-número e gênero.
- Pontuação
- Dicção
- Estrutura da escrita
- Descrição e composição
- Carta e Ofício
- Relatório

b)- Matemática:
- As quatro operações
- Frações -ordinárias e decimal
- Regra de três
- Potência
- Raiz Quadrada.

c)- Conhecimentos Gerais:
- O MEPES
- A terra(origem) e sistema solar
- A natureza- os três reinos
- Os três estados da materia
- Riquezas naturais do Esp.Santo.
- Zonas Fisiológicas do Esp.Santo.
- Divisão Política do Esp.Santo
- O município
- História do Município
- História do Esp.Santo
- Povoamento do Esp.Santo
- Descobrimento do Brasil
- Independência do Brasil
- Divisão Política do Brasil
- Democracia.

- Matérias Curriculares

a)- Fisiologia Vegetal.

Objetivo: Dar ao aluno conhecimento e entendimento científico da fisiologia das plantas, como base para a aplicação objetiva das turas econômicas da região.

Assuntos:

- A planta
- As partes da planta e suas funções
- Nutrição
- Respiração
- Reprodução das plantas superiores;
- Reprodução dos Fungos
- A célula.

b)- Fisiologia Animal

Objetivo : Dar ao aluno conhecimento e entendimento científico da fisiologia animal, como base para aplicação objetiva e eficiente - da exploração pecuária.

Assuntos:

- O animal (músculos e esqueleto)
- Nutrição
- Respiração
- Aparelho Circulatório
- Aparelho Respiratório
- Aparelho Nervoso
- Reprodução dos animais superiores
- Reprodução das bactérias
- Reprodução dos protozoários
- Virus.

c)- Agrícultura

Objetivo: Capacitar o aluno a bem utilizar e conservar o solo, a obter rendimentos adequados das culturas e a controlar pragas e - doenças das lavouras.

Assuntos:

- "Habitat"
- O solo
- Composição química do solo
- Composição física do solo
- Composição biológica do solo
- O ciclo da matéria orgânica
- Conservação do solo (ciclo das chuvas).
- Análise do solo
- Adubo orgânico
- Adubo vegetal
- Adubo químico
- Calagem
- fungicidas
- Insenticidas(caracterização e ciclo reproduti vos dos insetos).
- Culturas Econômicas:
  * arroz irrigado
  * milho híbrido
  * batata e tomate
  * banana, citrus ou abacaxi.

d)- Pecuária

Objetivo: Capacitar os alunos a explorarem racionalmente a criação bovina, utilizando e conservando as pastagens, obtendo rendimentos positivos da exploração bovina.

Assuntos

- "Habitat"
- Raça e Híbrido
- Herança e alimentação
- Pastagens
- Alimentação na seca(sílos capineira e ferro).
- Principais zoonoses (Aftosa, brucelose e Raiva)
- Endo e Ecto parasitas
- Controles Zoossanitário
- Ordenha- Composição e análise do leite.
- Manejo do rebanho
- Inseminação artificial
- Instalações

e) Engenharia Rural

Objetivo : Cria no aluno uma mentalidade científica das dimensões da física e lhes oferecer os conhecimentos básicos da engenharia aplicada à propriedade agrícola.

Assuntos

- Medida linear
- Escalas
- Áreas
- Volumes (com dimensões paralelas)
- Peso
- Densidade
- Velocidade (retilinea- circular)
- Força e trabalho (composição de forças)
- Cálculo de vasão
- Cálculo de Potência (queda d'agua)
- Cálculo de bomba e irrigação
- Motor à combustão
- Aração e gradeação

f)- Administração

OBJETIVO- Oferecer ao aluno entendimento suficiente dos fatores de produção, a sua administração e a relação entre a empresa agrícola e as estruturas de mercado e comercialização.

Assuntos

- Conceito de empresa agrícola
- Conceito de despesas de capital e despesas normais da propriedade.
- Inventário
- Registro contábil
- Fatores da produção

- Combinação dos fatores da producação
- Custo de produção
- Renda bruta e Renda líquida
- Oferta e procura
- Preços
- Mercado e comercialização
- Cooperativismo

g)- Falta - Desenvolvimento Humano-Social.

Distribuição das matérias nos semestre e absorção de - tempo.

Considera-se no quadro abaixo, o período de 15 dias, - isto, é, 2 semanas, com 6 dias úteis por semana. Portanto os "serões" e as horas vagas não se incluem nesta distribuição.

Apenas o "nivelamento" que deverá ocupar 2 períodos integrais e sequentes, as demais disciplinas estão mensuradas, a - grosso modo, por dias de um período.

Em "Atividades gerais", incluem-se aquelas que não estão caracterizadas nos assuntos dos currículos.

Em "atividades gerais", incluem-se aquelas que não estão caracterizadas nos assuntos dos currículos.

A seguir o Calendário Escolar.....

Iº A N O			
1º SEMESTRE		"2º SEMESTRE	
Disciplina	Dias/perí.	Disciplinas	D./Per.
Nivelamento	2 períodos	Fisiologia Vegetal	3
Fisiologia Vegetal	4	Fisiologia Amimal	3
Fisiologia Animal	4	Agrícultura	2
Agrícultura	3	Pecuária	1
Desenv.Humano-Social	1/2	Engenharia Rural	2
Atividades Gerais	1/2	Desnv.Humano-Social	1/2
X X	X	Atividades Gerais	1/2

IIº A N O			
Agrícultura	3	Agrícultura	3
Pecuária	3	Pecuária	3
Engenharia Rural	3	Engenharia Rural	2
Administração	2	Administração	2
Desenv.Humano-Social	1/2	Desenv.Humano-Social	1/2
Atividades Gerais	1/2	Atividades Gerais	1/2

(Elaborado em - novembro de 1969)

.....

Depois da experiência de um ano de atividade, surgiu a necessidade de um Regimento Interno das EFAs que em sucessivas modificações e adaptações tem atualmente a seguinte redação:

Documento nº 2

Regimento Escola das Escolas da Família Agrícola (EFAs)

P R E Â M B U L O

Estas normas visam precisar o espírito que deve animar as Escolas da Família Agrícola (EFA), mantidas pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e definir normas para o funcionamento das mesmas.

As EFAs se regem pelos seguintes princípios:

- A vida amadurece e faz crescer mais que a Escola e os Monitores.
- A responsabilidade é a base de todo desenvolvimento.
- O importante é o conjunto e não o particular.

T Í T U L O - I -

Disposições Preliminares

Art.1º - A denominação oficial dos estabelecimentos é: Escola da Família Agrícola(EFA), acrescentada do nome da localidade e do município onde está situada a escola.

- Escola da Família Agrícola de Alfredo Chaves
- Escola da Família Agrícola de Rio Novo do Sul
- Escola da Família Agrícola de Campinho (Mun.de Iconha)
- Escola da Família Agrícola de Economia Doméstica de Iconha.
- Escola da Família Agrícola de Olivância (Mun.Anchieta)
- Escola da Família Agrícola do Bley(Mun.de S.G.da Palha)
- Escola da Família Agrícola de Jaguaré (Mun.de S.Mateus)
- Escola da Família Agrícola de Economia doméstica do Km-41 (Município de São Mateus);

Art.2º- A entidade mantenedora, Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) tem sua sede na Praça Anchieta, 1, ANCHIETA - Estado do Espírito Santo.

Art.3º - As escolas da Família Agrícola estão legalmente autorizadas a funcionar pelo parecer 24/71 do Conselho Estadual de Educação aprovado na sessão plenária de 26/03/71.

T I T U L O - II -

Dos fins e dos Objetivos

Art.4º - AS EFAs pretendem desenvolver um trabalho educacional no meio rural, contando com a participação das famílias dos Agricultores, das comunidades, da equipe de Monitores e das Entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Todos participam desta ação comunitária educativa e desenvolvimentista, buscando a promoção do homem do campo. Não se trata pois de um trabalho estritamente escolar nos moldes tradicionais não só os jovens do meio

Art.14º - Cada equipe deverá se reunir periódicamente para avaliação e planejamento do trabalho.

Art.15º - Cada equipe deverá apresentar à Secretaria Executiva aos pais a programação anual das atividades escolares.

Art.16º - Antes de afastar definitivamente um aluno da escola, a equipe tem a obrigação de consultar o Conselho Administrativo e à Secretaria Executiva.

Art.17º - A equipe deverá promover um ambiente de respeito, trabalho e convivência educativa na escola.

Secção III- Das Responsabilidades da Equipe

Art.18º - Tendo em vista o entrosamento com as famílias, a equipe deverá fazer pelo menos 3 visitas por ano às famílias dos alunos.

Art.19º - Cada membro da equipe deverá responder por suas responsabilidades diante do Conselho Administrativo e da Secretaria Executiva.

Art.20º - A Equipe se compromete a integrar-se à filosofia d do MEPES e atuar em conformidade com ela.

Art.21º- Ela é também responsável pelo progresso e pelo desenvolvimento do MEPES.

Art.22º - Cada membro da equipe, juntamente com o Coordenador é responsável pelo relacionamento com as pessoas físicas e jurídicas com as quais a escola mantém contato.

Secção IV - Do tempo de trabalho

Art.23º - O tempo de trabalho é integral, por isso, outros encargos remunerados ou demasiado absorventes, não serão permitidos.

§ 1º - A presença permanente do monitor entre os alunos(inclusive durante as noites e recreio) é considerada de necessidade absoluta, para um maior entrosamento entre o aluno e o educador.

§ 2º - A duração normal do trabalho na Escola vai do começo das aulas até às refeições inclusive. Fora deste tempo os monitores que não forem responsáveis do dia ficam livres.

§ 3º - Cada monitor tem direito a:
a)- um dia e meio de descanso por semana
b)- 10 dias de férias no meio do ano escolar
c)- 30 dias de férias no fim do ano escolar.

Secção V - Do Coordenador e Competências

Art.25º - O Coordenador é escolhido apresentado escola

Art.25º - O Coordenador é responsável pelo bom andamento da escola ao seu conjunto.

§ 1º - Participa das reuniões dos Coordenadores das outras colas quando convocadas pela Secretaria executiva, devendo depois comunica à equipe as conclusões.

§ 2º - Apresenta à Secretaria Executiva as decisões tomadas na Escola.

§ 3º - Reune periódicamente a equipe para a programação e revisão do trabalho.

§ 4º - Garante a execução e eficiência do trabalho planejado em equipe exigindo dos monitores e alunos a execução das suas tarefas.

Secção VI - Dos Monitores e Competências

Art.26º - A atividade do monitor é feita de acordo com a escolha levada e feita dentro da equipe, sendo responsável pelas incumbências determinadas em equipe.

§ 1º - O monitor deve obedecer a um programa escolar já estabelecido para as escolas.

§ 2º - O monitor terá a seu cuidado as matérias que lhe foram atribuídas pela equipe.

§ 3º - Para deixar o trabalho o monitor deverá consultar a equipe e o Coordenador.

§ 4º - O monitor deverá participar de reuniões, encontros e cursos dentro de sua especialização e depois transmitir à equipe as conclusões.

Secção VII - Do Orientador Religioso

Art.27º - A formação humana na EFA compete ao Orientador Religioso que faz parte da equipe da escola.

Parágrafo único: A EFA quer garantir a cada jovem a possibilidade de um crescimento global técnico-humano-espiritual, por isso friza a importância da formação humana.

Art.28º - Juntamente com o Orientador Religioso, a formação humana é tarefa de toda a equipe da Escola, dos pais, do Conselho Administrativo, da Comunidade, Vigários, Secretaria Executiva, que devem aproveitar os acontecimentos marcantes para uma reflexão com os alunos.

Art.29º - O orientador religioso é nomeado pela Secretaria Executiva do MEPES.

Art.30º - O Orientador Religioso deve informar à equipe da Escola, aos pais e à Secretaria Executiva sobre a orientação com respeito à formação humana dos alunos

Art.31º - A Equipe de cada Escola, consciente da importância da formação humana dos alunos, procurará favorecer e facilitar a atividade do Orientador Religioso.

Secção VIII - Do Estagiário

Art.32º - Ao entrar no MEPES, os estagiários compromete-se a assumir a filosofia e as idéias básicas que inspiram o Movimento.

Art.33º - Os estagários são também monitores. Fazem parte dos agentes educacionais e são colocados nas escolas depois de consultadas as equipes.

Art.34º - Durante o estágio o estagiário deverá viver com a equipe a situação real da EFA, seu futuro campo de trabalho, procurar descobrir o tipo de formação técnico-pedagógico de seu papel de monitor.

§ 1º - O estágiario deverá assumir um certonúmero de aulas e participar de atividades de caráter técnico-pedagógico, sob a responsabilidade do Coordenador e orientação da Secretaria Executiva e o Centro de Formação de Monitores.

§ 2º - No fim do estágio o estagiário deverá apresentar, por escrito, um relatório à equipe da Escola, ao Centro de Formação do Monitores e à Secretaria Executiva do MEPES.

Secção IX - Dos auxiliares

Art.35º - São auxiliares, aquelas pessoas que trabalham na escola, além da equipe de monitores, a saber: cozinheira, arrumadeira e zelador da propriedade.

Art.36º - Como auxiliares devem assumir a filosofia do MEPES, pois são também agentes educacionais.

§ 1º - Trabalham em comum acordo com as responsáveis de cada setor, sob a responsabilidade do Coordenador e do Conselho Administrativo.

§ 2º - No caso de serem despedidos, devem ser consultados a equipe da escola e ao Conselho Administrativo.

§ 3º - As condições de tempo de trabalho são as mesmas da equipe que opera na escola.

C A P Í T U L O - II -

Dos Órgão Colegiados

Secção I - Do Conselho Administrativo

Art.37º - A responsabilidade administrativa de cada escola cabe a um Conselho Administrativo, formado de:

a)- Coordenador da Escola
b)- Um representante da comunidade local, indicado pela Associação de pais e pela Secretaria Executiva;
c)- Três representantes dos pais dos alunos eleitos pela Assembléia dos pais;
d)- Dois representantes dos ex-alunos, eleitos pela Assembléia dos ex-alunos.
e)- Dois representantes dos alunos, um para cada turma, eleitos pelos próprios alunos.

Art.38º - Cabe ao Conselho Administrativo :

a)- Atuar no recrutamento de novos alunos para as Escolas, conscientizando os pais e comunidades sobre o valor da educação.
b)- Determinar juntamente com a equipe de monitores, o calendário das atividades escolares.
c)- Participar do exame de seleção dos alunos
d)- Acompanhar o andamento da escola
e)- Avaliar as decisões tomadas pela equipe
f)- Administrar a escola e a propriedade, controlando a contabilidade de ambas.
g)- Avaliar no final do ano o andamento da Escola e enviando a Secretaria Executiva do MEPES sugestões sobre a Escola e os diversos agentes educacionais;
h)- Promover a participação dos pais e comunidade na vida da escola;
i)- Participar da avaliação final dos alunos.

Art.39º - O Conselho Administrativo deverá ser renovado cada 2 anos.

§ 1º- As reuniões ordinárias mensais do Conselho Administrativo serão mensais, devendo ser realizadas no mínimo 10 vezes por ano.

§ 2º- Qualquer membro do Conselho Administrativo poderá solicitar reuniões extraordinárias.

§ 3º- As decisões serão válidas quando contarem com a maioria de votos dos presentes.

Secção II - Da Associação dos Pais

Art.40º - Os pais são os principais agentes educacionais pois são responsáveis diretos pela educação dos filhos devendo - participar e favorecer o diálogo entre família e Escola, para que esta possa corresponder aos anseios de todos.

Art.41º - Para uma maior participação na ação educativa da Escola, os pais devem se congregrar em associação.

Parágrafo Único: Os pais têm as seguintes atribuições:
a)- participar das decisões tomadas na Escola;
b)- ajudar a equipe nas dificuldades
c)- ajudar os filhos para que possam desenvolver - seus conhecimentos adquiridos na Escola.

d)- promover juntamente com os filhos, atividades comunitárias nas comunidades.
e)- indicar o representante da comunidade local para o Conselho Administrativo.
f)- Eleger os três representantes para o Conselho Administrativo.
g)- Colaborar com a equipe no recrutamento de novos alunos.

C A P Í T U L O - III -

Dos recursos

Art.42º - Cada escola possuí:

1- Uma propriedade nomínimo de 15 ha de terra, para desenvolver projetos com os alunos e para ajudar no sustento das mesmas.

2- Um prédio Escolar compreendendo:
a)- Uma sala de aula
b)- Um laboratório
c)- Uma secretaria
d)- Uma cozinha
e)- Um refeitório
f)- Uma dispensa
g)- Um quarto para monitores
h)- Um quarto para cozinheira
i)- Serviços sanitários
j)- Uma biblioteca
l)- Um veículo

Art.43º - Cada EFA é mantida:
a)- pelos recursos da propriedade da escola
b)- pela taxa mensal dos alunos
c)- pela verba advinda do convênio MEPES com outras Entidades.
d)- pela colaboração dos agrícultores e comunidades.

T Í T U L O - IV

Da Organização Escolar

C A P Í T U L O

Da Estrutura do Ensino

Art.44º - A estrutura e o desenvolvimento do ensino, deverão atender às finalidades das Escolas da Família Agrícola e às exigências da evolução da personalidade humana.

Art.45º - A elaboração do currículo e programas de trabalho estará a cargo e sob a orientação do Centro de Formação e - com a colaboração das equipes das escolas.

Parágrafo Único: A organização do currículo será feita em quadros especiais com os devidos esclarecimentos e constituirá anexo ao Regimento.

C A P Í T U L O - II

Do ano Escolar nas EFAs

Art.46º - As EFAs por sua modalidade especial de alternância Escola-vida e sua orientação estritamente para o meio rural, terão seu ano letivo independente do ano civil, com sessões alternadas de aulas na Escola e do trabalho na propriedade familiar.

Art.47º - O trabalho escolar obedecerá à orientação de um programa anual que estabelecerá:

a)- carga horária das aulas
b)- possibilidades de aulas práticas na propriedade da Escola e em outras propriedades.
c)- atividades extra-curriculares de carater social, cívico, artístico, desportivo e religioso visando a promoção e integração da comunidade.

Art.48º - O ensino terá a duração de 3(três)anos escolares e compreenderá, anualmente, pelo menos, 1.360 horas de atividades.

Art. 49º - O Calendário Escolar contará pelo menos com os seguintes elementos, etapas letivas na escola e em casa durante a alternância, férias escolares, comemorações cívicas e religiosas e atividades especiais.

C A P Í T U L O - III -

Da matrícula

Art.50º - A matrícula nas EFAs, se realiza através de um exame de seleção.

Art.51º - São condições para a matrícula do aluno:

a)- Ser filho de agricultor e estar exercendo atividades agrícolas;
b)- Tenha concluído a 4ª série do ensino de 1º grau.
c)- Apresentar certidão de registro civil.
d)- Certificado de alistamento militar para maiores de 18 anos;
e)- Título de eleitor para maiores de 18 anos,

C A P I T U L O - IV

Da avaliação

Art.52º - A avaliação será ampla e contínua, compreendendo a verificação do aproveitamento mensal e anual do aluno e expres-

sando os resultados da aprendizagem quanto à aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes.

Art.53º - Será considerado aprovado na série o aluno que alcançar média final igual ou superior a 50 (cinquenta) em cada disciplina, e preencher as condições de 75% (setenta e cinco por cento) de assiduidade.

§.1º - Serão atribuídas notas de 10 a 100, aplicadas em números inteiros ou meios.

§ 2º - A avaliação durante a sessão de alternância em casa, será feita pelo Plano de Estudo.

§ 3º - Serão considerados, para efeitos de apuração da média final de aprovação do aluno, em cada disciplina, a média anual das avaliações da aprendizagem.

§ 4º - O Cálculo para apuração da média final far-se-á somando-se as notas das 3 etapas letivas e dividindo-as por 3.

$$MF = \frac{TEL}{3} =$$

§ 5º - Para o computo da média anual das avaliações, cada etapa letiva compreenderá 4 sessões de atividades escolares, o que perfaz um total de 3 etapas por ano, devendo ser dadas aos alunos notas no final da 4ª, 8ª e 12ª Sessão.

§ 6º - As etapas de verificação do aproveitamento constarão de exercícios, testes e/ou outros trabalhos.

§ 7º - Os monitores deverão entregar à Secretaria Executiva, até 10 dias depois do final de cada etapa, as notas de avaliação correspondentes à etapa anterior.

Art.54º - Não haverá provas nas EFAs, mas trabalhos de redação de caráter individual ou grupal, como pesquisas, estudos mais profundos de matérias agrícolas, criação, a cargo de cada Escola.

Art.55º - Nas matérias tratadas como Práticas Educativas (Educação Física) por exemplo, quando desenvolvidas continuamente no decorrer anual da carga horária, a avaliação atenderá ao sentido eminentemente formativo que as caracteriza, principalmente pelas atitudes.

§.1º - Nas atividades de formação especial, a avaliação será realizada visando a sondagem de aptidões e a iniciação profissional, sendo a assiduidade o requesito único para a promoção.

§.2º - As atividades em "Programas de Saúde" constarão dos planos de ciências e de promoções especiais conforme previsão anual do currículo.

C A P Í T U L O - V -

Da Recuperação

Art.56º- O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação realizada nas EFAs, observadas as condições estabelecidas por lei e por instruções da Secretaria Executiva do MEPES.

C A P Í T U L O - VI -

Dos documentos Escolares

Art.57º - Cada Escola manterá, escrituração, livros e arquivos que asseguram a verificação de identidade de cada aluno, e da regularidade e autenticidade da sua vida escolar.

Parágrafo Único: A expedição do certificados serão expedidos pela Secretaria de cada Escola, na forma das disposições legais e diretrizes dos órgão competentes.

T Í T U L O - V

Do Pessoal Docente e Discente

C A P Í T U L O - I -

Do Pessoal Docente

Art.58º - Os professores (monitores) serão admitidos pelo MEPES, na forma da legislação trabalhista, após estágio de pelo menos um ano no Centro de Formação de Monitores.

Art.59º - Ao Professor (Monitor), na vivência de todos os deveres inerentes ao exercício do magistério e daqueles explicitados em outros artígos deste regimento, compete:

a)- a atitude constante de revisão e aperfeiçoamento de sua personalidade adulta, pessoa não apenas competente mas suficientemente humana para ajudar o aluno a realizar-se na vida.

b)- manter rigorosamente em dia os registros de seu trabalho educativo nos documentos a serem preenchidos sob - sua responsabilidade.

c)- entregar à Secretaria da Escola, nos prazos indicados - os resultados das avaliações e os dados sobre a vida - escolar do aluno e da turma.

d)- cumprir e prestar conta do trabalho educativo propostos

e)- comparecer às reuniões, cursos de aperfeiçoamento e demais atividades da Escola.

C A P Í T U L O - II -

Do Pessoal Discente

Art. 60º - O corpo discente é constituído de alunos regularmente matriculados em cada unidade das EFAs.

Parágrafo Único: Só será permitida a repetição de série após julgamento da Equipe da Escola e do Conselho Administrativo.

Art.61º- O regime disciplinar será baseado na responsabilidade de cada aluno, expresso em dois príncípios básicos:

a)- que a disciplina seja expressão de uma convivência humana de pessoas, isto é, homens dotados de inteligência e vontade livre, e portanto, responsáveis por seus atos;

b)- que seja cumprimento de direitos e deveres decorrentes da própria natureza da pessoa e da comunidade escolar.

C A P Í T U L O - III

Da competência

Art.62º - Compete ao MEPES, através da Secretaria Executiva, contratar, despedir, mudar de função, aplicar sanções, a membros do corpo docente e administrativo, orientando-se pela Consolidação das Leis trabalhistas e demais legislações trabalhistas.

Art.63º - Os casos omissos neste Regimento, serão resolvidos pela Secretaria Executiva e Coordenadores das Escolas, consultando- no necessário, o órgão competente da Secretaria de Educação e o Centro de Formação de Monitores.

Art.64º- Incorpora-se-ão a este Regimento, automáticamente, e alterarão disposições que com elas conflitarem, as disposições de lei e instruções ou normas de ensino, emanadas de órgãos ou poderes competentes.

Art.65º - Este Regimento será alterado sempre que as conveniências didático pedagógicas ou de ordem disciplinar ou administrativa, assim o indicarem, fazendo-se a devida comunicação aos órgãos competentes.

Art.66º- Revogadas as disposições em contrário, este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Secretaria do Estado da Educação e Cultura do Espírito Santo.

(Anchieta- novembro de 1973).

. . . . . .

. . . . . .

As EFAs visam sobretudo a promoção da pessoa e coloca o jovem em condições de vencer na vida - em força de sua capacitação profissional.
De fato nos primeiros anos da implantação das - Escolas-famílias,não existia a preocupação do - diploma,querendo formar o "Agrícultor Técnico ", um jovem capacitado a conduzir com critérios té- cnicos a própria propriedade agrícola e forma- ção para tornar-se lídere rural.
Posteriormente,com a penetração no interior de vários ginásios,as Escolas do MEPES,infrentaram a concorrência das Escolas oficiais que confre- riam diplomas. Por isso tornou-se importante tam- bém para o MEPES, o reconhecimento de suas esco- las sendo também um direito do jovem agrícultor garantido pela constituição,completar o primeiro gram.
O reconhecimento das Escolas do MEPES por parte do Conselho Estadual de Educação, chegou em dois períodos:

a)- Reconhecimento dos 2 anos de EFA- como correspondente a 5ª e 6ª séries do Ensino - fundamental,autorizando os alunos do MEPES que terminassem o curso, sua inserção na 7ª série do Ensino Fundamental. Eis o documento:

Documento nº 3-

Parecer nº 24/71 do Conselho Estadual de Educação

Pelo Parecer nº 19/71 foi autorizado o registro do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) na Secretaria de Educação e Cultura.

Retorna,agora, o referido processo a esto Conselho a fim de ser estudado o aspecto da equivalência,conforme, Of.C.I.Gab. nº 41/71 do Sr.Secretário da Educação e Cultura.

A história da equivalência no sistema escolar brasileiro foi muito bem sistematizada pelo ilustre Conselheiro Valmir Chagas do C.Federal de Educação que no magnífico Parecer 38/62 fez referências às Leis 4244/42, 1076/50, 1821/53, reconhecendo,porém,que o princípio da equivalência somente foi consagrado pela Lei de Diretrizes e Bases que deu um passo decisivo para o ideal da escola única brasileira.

A L.D.B. menciona expressamente o princípio da equivalência nos artigos 37,69 e 79 (parágrafo 5º) e faz alusões implicitas ao mesmo assunto em vários outros artigos.

Conforme disposição constante do art.99 e seu parágrafo - único, é permitida a obtenção do certificado de conclusão de curso após estudos realizados sem observação de qualquer regime escolar, o quem vem provar o quanto é amplo o conceito de equivalência estreitamente legado ao de maturidade.

A L.D.B. veio,assim, aprimorar a vida escolar brasileira considerando equivalentes não apenas os cursos idênticos mas, também, os cursos de tipos diversificados, com base no princípio de que disciplimas diferentes podem, perfeitamente,ter o mesmo valor formativo para o jovem estudante.

Feita esta exposição, passemos a analisar o caso em tela.

O Curso de Monitores agrícolas do MEPES é ministrado em quatro semestres;

Do Currículo constam as cinco disciplinas obrigatórias indicadas pelo C.F.E;

A carga horária é suficiente para a execução integral dos programas de ensino;

São admitidos,no curso, alunos na faixa etária de 13 20 anos.

Considerando todos esses elementos citados,somos de parecer que o Curso de Monitores agrícolas ministrado pelas escolas do MEPES é equivalente aos 5º e 6º anos do curso fundamental,podendo,assim a instituição expedir certificados aos seus alunos para que possam prosseguir os estudos em outros estabelecimentos.

Vitória, 26/03/71

Mercês Garcia Vieira
(Relatora)

Aprovado na sessão plenária de 26/03/71

Alberto Stange Junior
(Presidente do CEE).

.....

b)- Depois da inclusão do 3º ano nas EFAs do MEPES, o Conselho Estadual de Educação com o Parecer nº 130/74 de 28/11/74, aprovou as EFAs do MEPES e autorizou o Movimento a expedição de certificados de conclusão do 1º Grau. Eis na íntegra o parecer nº 130/74.

Documento nº 4

Parecer nº 130/74 do Conselho Estadual de Educação

" Autorização do curso de 1º Grau concedida ao MEPES".

PARECER Nº 130/74.

Amplia a autorização concedida ao MEPES, pelo parecer 24/71, e aprova o funcionamento das escolas dessa instituição, em regime especial, podendo os alunos,conforme seu aproveitamento, receber certificado de conclusão curso supletivo de suplência, a nível de 1º grau.

INTEGRA DO PARECER.

1- Aos 27 de novembro de 1973, o Presidente MEPES, encaminha expediente a este Colegiado, em que solicita, diante acréscimo de um ano de estudos, ao curso que vem desenvolvendo nas escolas mantidas por aquela instituição que os alunos possam receber certificado de conclusão de curso de ensino de Grau.

2- Os dois anos que tais escolas vinham oferecendo foram considerados equivalentes à 5ª e 6ª séries pelo parecer 24/71, aprovado em sessão plenária de 26/03/71.

3- A nova solicitação do MEPES, foi apreciada no Parecer nº 147/73 da douta Comissão de Ensino de 1º grau, pelo qual se registrava, principalmente;

a)- A característica dos cursos como sendo nitidamente, de natureza supletiva, em face da faixa etária dos alunos: 15 a 18 anos.

b)- A ausência de referência específica ao corpo decente, sem qualquer indicador de sua qualificação.

c)- A conclusão de ausência de apoio legal para a autorização pretendida, devendo os alunos submeterem-se a exames supletivos, como solução.

4- Uma emenda aditiva recomenda que, antes que se cumpra a conclusão do parecer, baixe o processo em diligência fim de que comprove a qualificação e habilitação do Corpo docente das Escolas da EFAs.

5- A 16 de setembro, o processo vem à Comissão de Ensino de 1º grau, devidamente instruído com:

a)- Autorização concedida a título precário pela Diretoria de Inspeção Escolar da SEC. a todos os professores dos Estabelecimentos.

b)- Currículum vitae de todos os professores.

c)- Regimento Escolar e Orientação programática metodológica dos cursos.

6- A análise do processo força o Parecer 147 - quanto ao fato de tratar-se de curso que, mais acertadamente, deve ser considerado supletivo, de suplência de 1º grau, que de ensino regular, ainda que pudesse enquadrar-se na abertura de experiências de regime diferente do preconizado na Lei nº 5.692/71, combinados o art. 64 com o 64 da Nova Lei, que dispõem, respectivamente:

"Art. 64- Os alunos que apresentarem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação."

"Art. 64- Os Conselhos de Educação poderão criar experiências pedagógicas com maior flexibilidade que as admitidas no presente lei, inclusive quanto à duração dos períodos letivos."

Entretanto, dadas as características de um curso voltado para atender alunos de 14 a 18 anos, independentemente de inserir-los em um curso contínuo de 1º grau, de 1ª a 8ª séries ou em correspondência com ele a possibilitar a realização de estudos correspondentes às últimas séries do 1º grau, tem razão o Parecer citado em considerar tais cursos demo de caráter Supletivo.

Diríamos, com o ilustre Conselheiro Valmir Chagas, com alto teor de supletividade, se condiderarmos a flexibilidade que seu funcionamento oferece.

7- A Resolução nº 21/74 estabelece normas gerais para organização do Ensino Supletivo no Sistema de Ensino do Espírito Santo. Algumas de suas exigências não estão satisfeitas no processo em causa, como a de metodologia e técnicas didáticas, material de ensino, sistema de avaliação, etc....

Entretanto, da exposição feita pelos responsáveis pelo trabalho do MEPES, pode este Colegiado verificar que se trata de cursos que merece estímulo para continuar, hedessitando, tão somente, de acompanhamento e estudo de custos tendentes a garantir que os resultados possam servir a outras experiências futuras.

Considerando o curso, sob o prisma de suplência, e, ainda, que os professores estão, legalmente, autorizados a lecionar, e mais, que este Colegiado já referendara as séries anteriores ministradas pelas Escolas em tela, somos de parecer que:

a)- Seja autorizada a expedição dos certificados, como de curso de ensino supletivo de suplência de 1º grau e não como solicitado.

b)- Obriga-se o MEPES, para, no período de 2 anos, apresentar o projeto do curso como se dispõe na Resolução 21/74.

Em, 28 de novembro de 1974.

Anna Bernardes da Silveira Rocha.

Aprovado na sessão de 28/11/74.

Alberto Stange Junior.
Presidente.

.....

As Efas desenvolvem suas atividades dentro de uma metodologia e pedagogia próprias. Não é possível apresentar todos os detalhes neste trabalho. Alguns princípios poderemos encontrar no documento nº 11 - pag. 37. Apresentaremos a seguir alguns detalhes de sua organização a título de ilustração.

Documento nº 5.

A Alternância e o Plano de Estudo

HISTÓRICO DA ALTERNÂNCIA E PLANO DE ESTUDO

Em 1935, nasceu o sistema de alternância, sem se esperar. Nasceu assim, como todas as coisas: primeiramente se procurava ... truir os filhos de agricultores o tirá-los do meio ambiente, por... que os sistemas e os próprios educadores eram clássicos. O ritmo de uma semana na escola e 3 semanas na propriedade foi escolhido por razões práticas e não pedagógicas.

Mais adiante, a experiência e a reflexão mostraram que este rítmo era o mais conveniente para o adolescente do meio rural.

1ª Fase: Primeiramente existia a idéia de se fazer refletir aos alunos sobre a realidade, para comparar esta realidade com o que se dizia nos cursos. Consistia, em outras palavras, estabelecer uma relação vida-----ensino com técnicas agrícolas e educação da consciência. Estes cursos tratavam essencialmente da realidade do trabalho na propriedade e das técnicas. Simultaneamente, procurou-se também, através da metodologia da ação católica de VER- JULGAR- AGIR a educação da consciência tendo como inspirador um padre.

2ª Fase: Com o crescimento das EFAs chegaram os agrônomos e pedagogos com uma linha de: Refletir sobre a realidade técnica e do trabalho, da seguinte maneira:

.- Fazer monografias ou seja, um estudo sobre a realidade como faziam os engenheiros durante os seus estágios com a finalidade de construir "mini-sábios" olhavam a propriedade do pai, por "fora" com atitudes de superioridade.

Não era o que se buscava.

Os pais fundaram a EFA juntamente para não haver superioridade de ensino, onde somente um se beneficiava, mais ao contrário também a família.

Disto nasceu outra idéia de se ficar por dentro da realidade, analizando-a e refletindo-a. E neste momento nasceu o PLANO DE ESTUDO por volta de 1955, com a finalidade de o aluno descobrir a sua própria realidade. E também pouco a pouco foi-se aperfeiçoando os métodos: Escolhas de temas, chapéus, formas de perguntas, frases, redação definitiva e colocação em comum.

A colocação em comum tem mais ou menos anos e a participação dos alunos na elaboração do P.E. tem mais ou menos 20 anos.

Este Plano de Estudo (P.E). tem nesta época um caráter profissional por razões de época entre as francesas:

a)- Os alunos das EFAs francesas eram quase todos de movimento de ação católica, começou com uma pedagogia bastante semelhante: VER-JUIGAR-AGIR.

b)- Na França dava-se muita importância na separação da formação profissional e humana e também na formação da consciência em reação às instituições religiosas.

c)- O Plano de Estudo como toda a formação na EFA deve ser política e filosoficamente mental.

d)- Nesta formação pedagógica não se diz quase nada do porque do Plano de Estudo: os monitores sabem como fazê-lo mas não sabem o porque.

Esta experiência se transfere para a Itália do mesmo modo. E os monitores manifestam pouco interesse pelo P.E.

3ª Fase: Em 1963 a mesma experiência começa na África entre pessoas analfabetas e se perguntou o que se deveria fazer com as técnicas (e era a única coisa que os monitores franceses sabiam fazer e ensinar).

Isso obrigou a equipe da Africa, quando o Sr. Jean Charpentier era o coordenador, a pensar em novos métodos. Mas para pensar em novos métodos tinha que se saber a onde queria chegar. O porque e para que da atividade educativa, naquela área.

Por outro lado esse porque e para que estava influênciado por uma situação concreta dos companheiros africanos.

1)- O melhoramento da expressão quase não era possível diretamente;

2)- Encontrava-se grupos submersos em sua realidade de dependência, de maneira cega à cultura, dos costumes, dos velhos e dos chefes.

3)- Tal situação de dependência era o principal obstáculo.

Daí se consebeu o Plano de Estudo como uma tomada de consciência da situação e como primeiro passo ra uma mudança. Então se voltou não só paras as técnicas agrícolas como também para os setores políticos, religiosos e sociais, inventando-se a partir daí novas formas de realização e elaboração do Plano de Estudo.

4ª Fase: Como passaram por África muitos monitores franceses e responsáveis, esta corrente e pensamento novo sobre o Plano de Estudo teve uma influência na França, especialmente nos aspectos sociais e políticos, no curso do 3º ano.

5ª Fase: Na Argentina o Plano de Estudo foi bastante semelhante ao das EFAs francesas, devido às primeiras orientações, os documentos, as técnicas, etc. Dava-se mais ênfase à parte técnica-profissional porque a preocupação dos pais naquele momento era a formação técnica.

Depois, refletiu-se com os pais e deu-se um passo à frente: chegando-se rapidamente à conclusão da necessidade de uma educação mais

o Plano

de Estudo integrou a vida social e política, chegando-se aos excessos do processo francês: esqueceu-se da profissão e das técnicas devido aos monitores e alunos, na maioria adultos, serem motivados nos aspectos sociais e políticos.

Por estas razões os alunos mais jovens começaram a desinteressar-se do Plano de Estudo, o qual era demasiado pensado e para asultos.

A ALTERNÂNCIA E O PLANO DE ESTUDO

O regime da Alternância adotado pelas EFAs sugiu da vida concretam experimentado que foi na França, para solucionar o problema do ensino rural. A Alternância é a porta da Escola aberta à vida e a porta da vida aberta à Escola. Ela leva ao pluralismo Pedagógico, corrigindo de certa forma a supremacia da instituição escolar. Não existe a escola, mas, as escolas: a mesa da família, a experiência do pai, a observação na vida quotidiana, informações do próprio meio. É o diálogo com a realidade, muito is amplo, rico e profundo que um discurso escolar sobre a mesma.

A alternância favorece a educação de todos. O aluno ão cresce na medida em que também seu meio se desenvolve e sua comunidade cresce.

Pela Alternância o jovem realiza um duplo movimento; análise de sua realidade (período escolar e observações constantes da mesma (períodos na família), retomando-a sempre com nova visão crítica.

A atenção promocional é despertada no seguinte processo dialético:

Situação atual----situação ideal

Por este regime fica garantido o diálogo do jovem da Escola com a família e a comunidade.

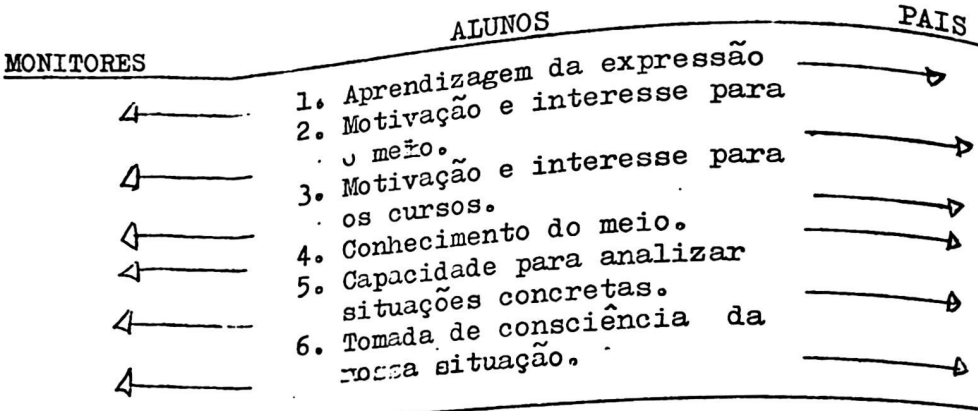
Os polos da alternância- FAMÍLIA-ESCOLA- são assegurados por dois instrumentos básicos na Metodologia da EFA:

1º- Plano de Estudo (P.E).
2º- Caderno da Propriedade (C.P.).(Monografia realizada pelo aluno, na EFA, a partir dos dados pesquisados através do P.E.).

FUNÇÃO DO PLANO DE ESTUDO

O Plano de estudo tem um papel fundamental na Educação ... Jovens Monitores, dos alunos e dos Pais.

Veja a seguir o quadro esquemático....



FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DO P.E.

1. Pessoa e Consciência: A Ação e a Aprendizagem da ação.

Devemos lembrar de que a ação e a aprendizagem é a mesma entre os animais, mas somente o homem se pergunta se questiona:

De onde venho?
Para onde vou?
Como se chama os elementos do universo?
Como funcionam?

No entanto, para as pessoas, estas perguntas têm duas dimensões: podemos chamar de consciência transcendental: é a que faz buscar mais longe e buscar respostas perguntando-se: Quem sou eu? De onde venho? Para onde vou? É a consciência situada, a qual denominamos de terreste horizontal. É o âqui. Perguntando questionando-se sobre os elementos do universo e como funcionam.

2. Esta consciência nasce e cresce: Como também pode não nascer.

Esta consciência faz nascer e crescer a pessoa como ela é. É uma conquista: tomada de consciência. E qualquer que seja a sociedade, esta apresenta uma consciência pré-fabricada que se opõem a pessoa autonoma:

Pode ser:

Adormecida----------desperta
Estreita:----------aberta
Desviada----------reta.

3. As condições do desenvolvimento da consciência:

3.1.- A tomada de distância:

-Física
-Afetiva
-Intelectual.

3.2. A expressão dizer e analizar com mais precisão

3.3. Dizer e analizar: É um processo comunitário. Dizer, falar a alguém e não se concebe o contrário.

3.4. Esse alguém tem que dizer-me o que é: O que sente: abrir o diálogo e dizer a alguém é a dimensão do diálogo(reciprocidade).

3.5. Viver juntos: para existir o diálogo tem que haver uma confiança mútua, temos que nos conhecer:(o que supõe uma convivencia suficiente).

3.6. Deve haver um equilíbrio sócio-cultural para haver diálogo.

3.7. Deve haver uma disposição interna (o apreço).

3.8. O Compromisso.

CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO P.E.

As condições do P.E.

O P.E. é a tomada de consciência de sua realidade e para tal é preciso que tenhamos e aprendamos:

- Técnicas adequadas
- O conhecimento de sua fundamentação
- O diálogo com:
  - Pai----------filho
  - Pai----------monitor
  - Monitor--------alunos.

Não há educação sem tomada de consciência e o plano de Estudo em princípio tem e deve provocar essa tomada de consciência da realidade total: familiar, profissional, econômica, política e religiosa. E com isso provoca-se a aprendizagem, dando-se o primeiro passo para o desenvolvimento completo do homem. E dentro desta tomada de consciência o monitor tem o papel de empurrar o processo de aprendizagem, conhecendo os agricultores, o meio biente, e descobrindo temas de Plano de Estudo da realidade como ela é.

Por último chamamos o monitor de o mecânico do cesso porque é ele que conduz, elabora, conserta, orienta e adapta processo a ele mesmo, as famílias e a comunidade.

(extraído de "Estruturas da Escola da Família Agrícola" - Seminário ministrado pelo Sr. Jean Charpentier-Vitória novembro de 1975.)

.....

Documento nº 6.

Um Plano de Estudo do 1º ano

" A P R O P R I E D A D E "

Todos nós possuímos uma propriedade. Porém mem sempre mos a ela o devido valor:

Não é dela que tiramos o sustento, para a nossa família e ainda sobra para ser vendida no mercado das grandes cidades?

Vamos analisar a nossa propriedade para ver o que podemos fazer para torná-la mais econômica.

Muitos agricultores deixam o meio rural, emigrando para a cidade, dizendo que a agricultura não dá para a subsistência. Será verdade isto ou não estão dando o devido valor para ela tornar-se em uma empresa econômica.

O que devemos analizar para melhorar economica e tecnicamente a nossa propriedade, pois com a emigração para a cidade, a nossa produção será forçada a abastecer o grande consumo das grandes cidades.

P E R G U N T A S

Localização

1. A nossa propriedade está bem localizada? Porque?
2. Qual a área de nossa propriedade?
3. Quais as estradas que cortam a nossa propriedade?
4. A que distancia está localizada a minha propriedade da sede municipal?
5. Qual é o nome da nossa propriedade?
6. Quais os rios que cortam a nossa propriedade?

Trabalho

1. Como são executado os trabalhos em nossa propriedade? Por que motivo?
2. É possível trabalhar com trator e arado em nossa propriedade? Por que?
3. Quais os implementos usados em nossa propriedade?
4. O nosso trabalho é produtivo? Como afirmamos isto?

Principais Culturas

1. Quais são as principais culturas de nossa propriedade?
2. A nossa produção da somente para o nosso consumo ou é também exportada para outros centros de consumo?
3. A nossa produção anual é boa?
4. Qual a produção que dá mais lucro em nossa propriedade?

Principais criações

1. Quais as principais criações de nossa propriedade?
2. Quanta espécie de animais existem em nossa propriedade? Quais são?
3. Esses animais foram adquiridos ou são criações nossa?

Conclusão do P.E. " A Propriedade"

Após estudos feitos da propriedade concluímos que:

a)- Localização

- Tôdas as propriedades estão
- Devido a

propri

dades estão bem localizadas, fatores que influem: estradas de ro
dagem, rios, relevo muito acidentado.
- Há diferenças entre nossas propriedades, pois variam muito em ex
tensão de uma para a outra.
- Todos os rios que banha as nossas propriedades são afluêntes do
rio Benevente.

b)- Trabalho
- Os trabalhos realizados são braçais em sua totalidade, devi-
do as localizações das propriedades: lugares altos e baixos,
pedras, terrenos montanhosos (declíve, decida).
- Os terrenos por estes motivos analisados oferecem poucas co
dições de mecanização.
- Apesar do trabalho ser braçal e usarmos técnicas rudimenta-
res, o trabalho é produtivo.

c)- Principais culturas
- Também as principais culturas são: - café- feijão - milho -
- arroz - banana - mandioca - cana de açúcar.
- Na maioria são exportados para o mercado, além do que consu-
mimos em nossas famílias.
- As nossas propriedades tem boas produções sendo as culturas
que dão mais lucro; gado, banana e café.

d)- As princípais criações
- As principais criações são: gado - galinha - porco.
- São criações de nossas propriedades; algumas são adquiridas.

.....

Um levantamento com os alunos sobre o valor
do Plano de Estudo e coleta de dados para a
elaboração de um Plano.

Documento nº 7

Levantamento sobre o valor do Plano de Estudo

1- O que é o P.E.?

Nesta sondagem obteve-se as seguintes respostas:
- é um estudo sobre a vida em nossa propriedade;
- é um estudo que leva a descobrir as formas para melhorar a vida
em nosso propriedade;
- é um estudo que fazemos junto com a nossa família para melhorar
a família e a propriedade;
- é uma pesquisa que se faz em casa para melhor conhecer e refle-
tir sobre tudo o que temos;
- é uma maneira de dialogar com muitas pessoas conhecidas e de no
sa família sobre os problemas da vida e da propriedade.
- é uma pesquisa que se a situa-
ção da

2- Para que serve o Plano de Estudo?

A incidência das respostas foi a seguinte:

- Para aumentar nosso diálogo e comunicação com a família;
- Para fazer uma análise da realidade e estudar as maneiras de fazer as modificações;
- Para realizar as trocas de experiências;
- Para entender melhor as técnicas que nossos pais usam na propriedade e para saber os resultados do trabalho deles;
- Para comunicar aos pais, irmãos e amigos as técnicas agrícolas que aprendemos, experimentá-las e observar o que acontece com o emprego das mesmas.
- Para experimentar conhecimentos aprendidos na EFA e descobrir as causas mais importantes na vida da propriedade.

3- Que tipo de propriedade temos e qual delas vamos estudar mais, no próximo plano de estudo?

As propriedades são ligadas à cultura de:

- arroz	- milho
- feijão	- mandioca
- café	- pasto
- banana	- bovinos
- equinos	- muares

A escolha para estudo foi sobre o gado bovino.

4- Que aspectos podem ser estudados sobre o gado bovino?

- alimentação
- reprodução
- manejo
- pragas e doenças

5- Que aspectos vamos estudar no nosso P.E.?

Foi escolhido a reprodução.

6- Que tópicos podem ser observados e como?

- importância econômica da reprodução
- a fêmea no cio
- cobertura
- fecundação
- gestação e parto.

= A partir deste levantamento organizou-se o Plano de Estudo desta Unidade.

(Pesquisa elaborada pelos alunos do 2º ano da EFA de Alfredo Chaves - 3ª sessão - 1975)

.....

Documento nº 8

Relatório de uma Viagem de Estudo
Alunas da EFA do Km-41 - 01/06/76.

5ª Sessão do 1º ano - Área de Estudos Sociais

No dia 27 de abril de 1976, às 8:30 h, saímos da EFA do Km-41 para um passeio de estudo à cidade de S.Mateus - ES. nossa finalidade foi: visitar, ver, analisar, para melhor conhecer o nosso município nos seus pontos principais.

Depois de percorrermos o 41Km - pois esta é a distância que separa a EFA da cidade de São Mateus - chegamos finalmente, sendo a rodoviária o primeiro lugar visitado. Da rodoviária partimos para uma visita à Igreja velha, construída pelos escravos, ainda no tempo do Pe.José de Anchieta em 1550. Visitamos também o cemitério, onde pudemos observar a separação de sepulturas entre ricos e pobres. Este cemitério já tem 300 anos de fundação. Nesta viagem - visitamos também a Delegacia de São Mateus, Conversando com alguns presos, ficamos conhecendo vários tipos de crimes cometidos ultimamente. Tivemos também oportunidade de conhecer o rádio-amador(aparelho de comunicação)na delegacia.

Visitamos vários outros pontos: o posto de Saúde, Hospital, o INPS, etc.... Visitamos apenas o "Hospital Maternidade de S.Mateus", apesar de haver outros na cidade. Bom, isso tudo aconteceu na parte da manhã, e, sendo que a nossa visita durou dia inteiro, fomos à tarde depois de um lanche feito na casa de Guanair (monitora da EFA) visitar o antigo Porto de S.Mateus. - pudemos observar as antigas casas dos imigrantes- portugueses italianos. São espécies de sobrados que, apesar de já estarem ruínas, permitem ainda notar as grandes diferenças de nossas construções atuais. O cais onde ancoravam os navios ainda estão perfeitos. Apesar de um pouco abandonado, sem higiene, muita pobreza. é um lugar lindo e de grande admiração. A maioria do pessoal que lá mora, são baianos e mineiros - claro que ainda existem descendentes de escravos, Depois daí, no final da tarde, fomos até o IBGE onde ficamos sabendo que o nosso município possuí:

- 2 hospitais
- 1 Santa Casa
- 1 Pronto Socorro
- 1 Clínica
- 231 escolas de 1º grau
- 11.578 alunos de 1º grau
- 306 professores de 1º grau
- 47 professores de 2º grau
- 505 alunos de 2º grau
- 12 médicos
- 12 advogados
- 4 farmáceuticos
- 12 engenheiros.

Companhias: Aracruz Florestal, Florestal da Vale do Rio Doce, Tecniflora, Cimental Estas ^ vo de explora-
ção da

Rodovias: A distância da cidade de São Mateus a Vitória(Capital do Estado) é de 215 Km - servido pela BR.101 (Rodovia Federal). Existem ainda em S. Mateus, as rodovias:

Estaduais: liga São Mateus à Nova Venécia.
Municípais: são as estradas das Comunidades (no interior)

População:

São Mateus	19.759 habitantes
Jaguaré	4.712 habitantes
Nestor G.	5.532 habitantes
Itauninhas	3.956 habitantes
Barra Nova	3.934 habitantes
Barra Seca	2.765 habitantes
Nova Verona	1.750 habitantes.

População urbana: 13.030 habitantes
Rural: 28.388 "

Total 41.418 habitantes.

Produtos para a exportação: cacau, café, madeira, farinha de mandioca, leite, abobora e petróleo bruto.

Produtos que importamos: Gêneros alimentícios, material de construção, ferragens, tecidos. óleo comestivel gasolina.

Atividades Econômicas do nosso Município: A extração vegetal (madeira).
- Indústria de beneficiamento de madeira
- Reflorestamento
- Culturas Agrícolas.

Área do nosso município: 3.100 Km^2. A sede do município está a 30 m de altitude.

Bem, depois de passarmos longo tempo no IBGE, onde anotamos tudo isso acima citado, fomos para fazer algumas compras no mercado e Cobal- partindo dali tomamos o rumo de volta à nossa EFA onde chegamos quase às 18:00 horas.

Observação: Por ser bem numerosa a turma do 1º ano, achamos melhor dividí-la.

Com isso, foram duas viagens que fizemos em S. Mateus com um grupo menor de alunas seria bem mais fácil realizar o que haviamos planejado.

Eis então a segunda viagem:

Chegamos também 9:30 h. na rodoviária que ficamos conhecendo como 1º ponto. Daí, de circular fomos visitar e conhecer Vila Nova, (Pó Sujo) como é chamado - um lugar que fica por trás cidade de S. Mateus. Pudemos notar neste lugar, a grande pobreza

que existe - a falta de higiene e tudo mais. Bom, apesar disso tudo,não é um lugar totalmente abandonado tem também uma escola primária,um jardim de infância o mesmo auxiliado pela Sagrada Família. A maioria do Pessoal que lá reside são mineiros e baianos,e,seu único serviço é a Aracruz (Reflorestamento). Soubemos também que estas terras que ele estão ocupando não lhes pertencem - existe problema de invasão - mas agora o prefeito pretende lotear este terreno e colocar um preço que fique ao alcance de cada família - que lá mora,assim não perderão sua casa e suas terras. Visitamos também logo em seguida, a Sagrada Família, lugar de encontros,reuniões, cursos....onde se atende todo o pessoal principalmente pessoald do Meio Rural.

Passamos também :pelo cemitério, Igreja Velha,sindicato, antigo porto....Em fim, tudo se repetiu com da primeira viagem. - Foi também um dia inteiro que reservamos para tudo isso, chegando de volta já às 19:00 h.

Bem- assim foram decorridas as nossas duas viagens de estudo na cidade de São Mateus- Esperamos que não vamos ficar só nisso , mas que continuemos as nossas buscas para um crescimento maior de nossa parte,para podermos então, valorizar melhor o nosso Município.

(Relatório elaborado pelas próprias alunas do 1º ano da EFA do Km-41).

.....

Movimento de Educação Promocional

Santo. Me

Centro de Formação

CENTRO DE FORMAÇÃO DO MEPES

O Centro de Formação do Movimento vem se estruturando lentamente, num aprofundamento seus objetivos e numa estruturação funcional e adequada de seus cursos e atividades. Seus atuais objetivos são os seguintes:

Documento nº 1.

Programação do CFR

Iº- Estruturação da Equipe em vista de uma implantação do CFR médio e longo prazo.

I.1. Estágios

a)- para membros da Equipe(na APEFA/nas EFAs);

b)- para os monitores de 1º ano nas Escolas das mília Agrícola (EFAs);

I.2.- Assessoria à equipe do CFR por parte de:APEFA,NOVA,Secretaria de Educação,FIDENE, e outras entidades;

I.3.- Participação de encontros da Equipe de (Avaliação e planejamento).

I.4.- Estudo individual e em grupo

I,5.- Complementação do pessoal da Equipe do Centro.

IIº- Formação de duas novas turmas de Monitores:

II.1.- Recrutamento
II.2.- Teste de seleção
II.3.- Planejamento do Curso
II.4.- Realização do Curso
II.5.- Estágio: nas famílias e nas EFAs.
II.6.- Visitas e Viagem de Estudo.

IIIº- Assessoria metodológica e didática às EFAs = Educação Permanente:

III.1.- Encontros por área.
III.2.- Semanas de Aprofundamento
III.3.- Cursos de Reciclagem
III.4.- Elaboração de material didático e formativo em geral.
III.5.- Bibliografia comentada.
III.6.- O Programa do NOVA
III.7.- Assessoria de acordo com as necessidades das EFAs.
III.8.- Elaboração junto às EFAs,dos critérios e métodos avaliação dos alunos,sobretudo da avaliação final (3º ano).
III.9.- Apoio ao GRAPA e geralmente,às iniciativas e necessidades dos monitores.

IVº- Assessoria técnica às propriedades das EFAs:

IV.1.- Encontro inicial dos responsáveis das propriedades para estudar e elaborar um programa;
IV.2.- Preparar uma pequena equipe de técnicos para esta finalidade.
IV.3.- Estágios para os técnicos responsáveis das propriedades.

Vº- Assessoria a outras iniciativas do MEPES:

V.1.- Colaborar com a Secretaria Executiva do MEPES para as atividades de formação e Reflexão em geral, do Movimento.
V.2.- Colaborar com o Departamento de Ação Comunitária e, em geral, com os outros Departamento.
V.3.- Realizar um encontro anual de Reflexão em comum, dos vários setores do MEPES.

VIº- Elaboração e aprovação do Regimento Interno do CFR:

VI.1.- Discussão a todos os níveis e apresentação à Secretaria Executiva.

VIIº- Processo de reconhecimento oficial do Curso do CFR:

VII.1.- Preparar e apresentar o processo aos órgãos competentes.

VIIIº- Intercâmbio:

VIII.1.- Manter intercâmbio com: APEFA, NOVA, PIPMO, FIDENE, Secretaria da Educação, FETAES, INCRA, CARITAS, .. EMATER, etc.....

(Texto elaborado pela equipe do CFR - 1975-1976).

. . . . . .

O curso para formação de monitores segue mesma metodologia da EFA, com períodos de vivência nas EFAs e propriedades agrícolas períodos de sistematização e informações escolares na sede do Centro de Formação.
A estruturação geral do curso é a seguinte:

Documento nº 2.

Estruturas Gerais do Curso

O curso para Monitores das EFAs de 1º grau, caracteriza-se por tres estruturas fundamentais:

- Alternância
- Ambiente Educativo
- Responsabilidade dos Agricult-

Essas três estruturas correspondem às estruturas e filosofia fundamental da Escola da Família Agrícola.

- Alternância: é o ritmo pelo qual os futuros monitores das EFAs passam períodos alternados de estudo integral no Centro de Formação e períodos de engajamento total na realidade, isto é, no meio rural ou nas EFAs.

A duração das alternâncias varia a partir da lógica do processo de aprendizagem e de formação. Em média, porém para o 1º ano de formação, a duração de cada alternância é de 3 semanas no ambiente de engajamento (Meio Rural-EFA) e três semanas no ambiente de estudo (CFR). No 2º ano os monitores-estagiários passam apenas 5 semanas no CFR, sendo essas distribuidas regularmente ao longo do ano conforme o cronograma fixado a cada ano. Desta forma os estagiários passam cerca de 26 semanas no Centro de Formação ao longo de 2 anos.

Os estagiários porém, não são meras interrupções das atividades acadêmicas, eles constituem verdadeiros períodos de formação, devendo os alunos realizar pesquisas orientadas pelo CFR com o objetivo de "alimentarem" diretamente o estudo teórico a ser realizado no CFR.

Enfim, trata-se de uma formação permanente em atividades e ambientes radicalmente alternados.

- Ambiente Educativo: costumamos chamar a segunda estrutura do curso de "Ambiente Educativo" por considerarmos a maneira de conviver e refletir juntos estremamente importante e formativa. Os períodos de reflexão e estudo no CFR absorvem o tempo integral dos alunos. Os professores convivem com os alunos na medida do possível; em todo caso há sempre uma certa convivência dos professores com os alunos.

Aulas espositivas, trabalho em grupo, pesquisas, sínteses pessoais, serões, discussões, etc.: são atividades que constituem o ambiente educativo. A bibliotéca é o lugar de estudo.

- Responsabilidade dos Agrícultores : As EFAs, pela filosofia e metodologia características, consideram que a responsabilidade política da Escola cabe aos próprios agrícultores: monitores e administradores tornam-se assessores dos Pais dos Alunos. É uma escola da classe Agrícola. Por isso, também o curso para Monitores das EFAs deverá respeitar esta característica. Os estagiários passam os dois primeiros períodos de estágio nas famílias dos agrícultores e serão avaliados por eles mesmos juntos à equipe do Centro de Formação. Além disso, um Conselho geral de agrícultores, representa a totalidade das EFAs se responsabiliza pela localização dos problemas a serem solucionados pelo CFR a fim de formar verdadeiros educadores das EFAs. Por isso é preciso ser o currículo bastante flexível.

- Metodologia e Perfil Geral do Curso

O perfil humano e profissional necessário para cumprir com as tarefas de monitor da EFA descrita acima, não se pode alcançar apenas com a assimilação de um conteúdo adequado, desenvolvido segundo as normas classicas: o monitor não é por exemplo, um professor de cíclo básico que ensina matérias adaptadas ao meio rural. Sua função é diferente. Espírito, objetivos, métodos e meios de sua formação devem adequar-se muito estreitamente com sua futura profissão. Portanto, a organização da formação se fundamenta sobre conceitos básicos, cuja exposição se necessita para atender este plano pedagógico.

-Capacitação para uma profissão

Embora não exclua a possibilidade de mudança de profissão, a capacitação de monitor da EFA é de tipo "formação Profissional". Tal escolha traz como consequência as seguintes características:

- O perfil da pessoa capacitada e o currículo de formação decorrem da análise, mais rigorosa possível, do "posto de trabalho" de monitor da EFA;
- Em consequência, formação e avaliação se farão em função de conhecimentos utilizáveis, aptidões e atitudes necessários, na profissão de monitor da EFA;
- O número de candidatos a formar está determinado em função das necessidades da EFA ou por outras possibilidades reais. No fim da formação o MEPES propõe um cargo de Monitor a cada formando;
- A seleção para o ingresso ao CFR e as avaliações realizadas durante a formação se fazem em função das aptidões para profissão, aptidões que têm ao mesmo tempo componentes intelectuais, afetivos e físicos;
- A seleção para a entrada deve ser suficientemente precisa rigorosa para que a maioria das pessoas que iniciarem os estudos possam exercer a profissão se trabalharem normalmente;
- A formação incluí, em todo seu decorrer, estadias profissionais que permitam ao aluno situar-se em sua futura profissão;
- A profissão do aspitante se baseia nas aptidões para a profissão, verificadas no exercício da mesma e não apenas no nível de conhecimentos;
- O compromisso de mútua aceitação, ao iniciar-se a formação, constitue um contrato moral entre a Entidade, o grupo de alunos e cada um deles;

Tais características devem eliminar vários fatores negativos bem conhecidos em todos os sistemas de formação, como indecisão quanto à escolha de uma profissão, alargamento indevido tempo de estudo, falta de motivação e responsabilidade, individualismo, procura do diploma como, fim em si

O MEPES, portanto, considera que as deficiências na seleção avaliação dos futuros monitores trarão consequências mais graves inda, como deformação, o até fracasso do próprio Monitor e, mais para frente, prejuízo para toda a comunidade educativa que constitue EFA.

Em consequência, o processo de seleção e avaliação não contempla o aluno-monitor como pessoa, mas vê-se referir de modo bastante explícito ao perfil humano e profissional necessário para cumprir com a profissão.

- Formação para adultos

A formação para o Monitor da EFA requer uma suficiente maturidade humana. Seleção e formação devem contribuir para alcançá-la:

- A seleção dos matriculados em seus objetivos e métodos deve permitir eliminar os candidatos que não tenham as condições básicas, nem as possíbilidades de evoluir neste campo;

- Os alunos como individuos e como grupos, têm uma ampla responsabilidade no andamento de sua formação e do Movimento;

- A metodologia da formação conta com uma maturidade já adquirida e aberta para os progressos: a experiêmcia de cada um, o trabalho pessoal e grupal, a investigação, a consulta de documentos, tem mais lugar que o curso dado pelo corpo docente;

- Os conteúdos têm a mesma característica: mais que a memória, se desenvolve a compreensão, o sentido crítico, metodologia;

- Uma parte importante da formação se faz fora do Centro, através de experiências, de convivências em diferentes situações, profissionais, sociais e culturais;

- Evita-se uma duração demasiadamente longa de estudos teóricos, o que conspira contra a compromissos necessários para o adulto;

- Correlativamente, a formação é de tempo complete e intensivo.

- A vida e a experiência profissional como base de formação.

A vida educa mais que a Escola: esta é a chave da educação de Monitores. Será traduzido concretamente da seguinte maneira:

- O período de estudos que procede o ingresso na profissão é muito breve: um ano;

- Já durante este primeiro ano o Monitor realiza seis estágios com uma duração de aproximadamente três semanas cada (sobre 10 meses de formação). Tais estágios, cujos enfoques é integração do aluno à, realidade do campo e à Escola, seu descobrimento e sua análise, constituam um ponto de referência a relação para toda a formação;

- Durante o segundo ano, o aluno Monitor se encontra já em posição de residente numa pedagógi

cas,psicológicas e sociológicas que adquirirá durante este período, se apoiarão sobre suas experiências.

Para o MEPES, o curso todo representa,na realidade, primeiro ano de formação permanente;

O primeiro ano representa uma iniciação profissional que permite ingressar na profissão,LUGAR DE FORMAÇÃO.

- Integração dos fatores afetivos

Os fatores que não pertencem ao domínio cognitivo psicomotor,embora relacionados com ele, se agrupam atualmente sob o título genérico de" domínio afetivo", e são reconhecidos como decisivos para a realização pessoal,social e profissional do homem Os planos educativos mais modernos,porém,lhes dão pouca importância,deixamos-nos no capítulo da declaração de intenções,ou conseguem poucos resultados em sua prática educativa.

As razões desta carência nos parecem evidentes:a educação se reduz,em geral, a uma transmissão de saber,que tem pouca fluência sobre o domínio afetivo; a escola,sistema ou parte da realidade,não pode favorecer um plano desenvolvimento afetivo;a formação, e depois a profissão de docentes,obedecem às mesmas normas.

Tratando-se da formação de Monitores da EFA,considerando indispensável uma vida afetiva rica e equilibrada.

Para concorrer ao alcance de tal objetivo podemos citar os seguintes meios:

-- O perfil descreverá as características fetivas doMonitor;

- A seleção de entrada e as avaliações levarão em considerações tais características;

- As estadias proporcionarão experiências humanas fora da escola favorecendo a maturidade afetiva;

- Permitirão,também,neste campo,avaliações mais objetivas que as que podem ser feitas apenas na escola(Ex:Avaliação feitas pelos Agricultores e pelas Escolas);

- O compromisso mútuo que rege a formação a responsabilidade do aluno em todo o andamento da escola,a metodologia do ensino,chamando constantemente ao aluno para uma reflexão e um trabalho pessoal e grupal não imposto,serão também elementos valiosos neste campo;

- Enfim, o internato alternado permite organizar uma vida grupal muito mais ampla da que se pode conseguir durante o trabalho intelectual.

A totalidade do tempo vivido no Centro de Formação é"tempo de educação" organizado enquanto tal. Esta vida grupal será avaliada a nível individual e grupal,pelos professores pelos próprios alunos.

- Formação por etapas

Consideramos que sempre deve evitar no aluno uma confusão entre os diferentes aspectos de sua formação, que se transformarão, amanhã em setores diferentes de sua atividade docente.

Distinguiremos:

- uma primeira etapa, abordagem do Meio Rural, que deve conduzir o aluno-monitor a localizar-se como homem e profissional ao serviço do mundo agrário e das profissões agro-pecuárias.

Tal etapa compreende:

- bases de cultura geral;
- bases científicas;
- bases técnicas;
- experiências do mundo agrário.

Esta se desenvolve durante o primeiro semestre de formação:

- Uma segunda etapa, abordagem da escola da família agrícola, seja, preparação direta da tarefa docente (2º semestre).

- Uma terceira etapa, abordagem de uma área de ensino, que constitue a iniciação da formação permanente (2º ano).

- Formação Integrada

Os conhecimentos intelectuais, aptidões para atuar, atitudes afetivas, constituem as partes de unidade da pessoa. Numa formação de tipo "distribuitiva" ou "acumulativa", cada parte pode car justaposta uma à outra. O Plano Pedagógico do Centro de Formação de Monitores quer prever uma formação integrada, isto é, realizando tal unidades a nível metodológico. Essa integração realiza-se pelos seguintes meios:

- O perfil que se contempla, não é o de um técnico precisaria de um certo volume de conhecimentos e aptidões para cumprir sua profissão, mas também o de um educador, pessoa equilibrada e localizada;

- As avaliações também se referem a uma pessoa, medindo uma situação que requer uma integração entre contribuições intelectuais, afetivas e psico-motoras;

- Os trabalhos dos alunos terão sempre um conteúdo real, isto é, os estágios com o estudo que comporta: exercícios dos conhecimentos e aptidões adquiridas, necessidade de aquisição novos conhecimentos e aptidões para informar-se ou produzir informações, raciocinar e criticar, localizar-se físico e afetivamente.

- Formação de uma mentalidade de mudança

A Formação de monitores será feita para uma situação evolução. Numa atuação de mudança, a pedagogia da EFA é uma pedagogia da mudança. Por isso são necessários capazes de adaptar-se e provocar fará

através dos seguintes meios:

- na avaliação do ingresso e no decorrer da formação se estará particularmente atentos ao processo de desenvolvimento cada aluno;

- a formação estará mais orientada à investigação de um Wsaber que se esta fazendo",que para uma memorização de um saber acabado;

- A formação básica pedagógica e de especialização será apresentada e realizada como uma iniciação e se prosseguirá com sessões anuais e trabalhos de investigações,realizando um processo de formação permanente.

- Conteúdo (disciplina e atividades)

	Créditos
Disciplinas básicas	
Metodologia do trabalho Científico	4/64 h.aula
Comunicação e Expressão(I)	4/64 h.aula
Comunicação e Expressão (II)	3/48 h.aula
Estudos Brasileiros	4/64 h.aula
Religiosidade Popular	2/32 h.aula
Religião e Educação	2/32 h.aula
* Filosofia da Educação	4/64 h.aula
Disciplinas Fundamentais	
Sociologia Rural	4/64 h.aula
Psicologia Social	3/48 h.aula
Psicologia do Adolescente	3/48 h.aula
Psicologia da Aprendizagem	4/64 h.aula
Planejamento Educacional	4/64 h.aula
Didática geral	4/64 h.aula
Metodologia da EFA (I)	4/64 h.aula
Metodologia da EFA (II)	4/64 h.aula
Metodologia da EFA (III)	4/64 h.aula
Didática Especial	4/64 h.aula
* História da Educação	4/64 h.aula
Disciplinas Complementares	
Sindicalismo	3/48 h.aula
Cooperativismo	2/32 h.aula
Direito Agrário	2/32 h.aula
Inspiração e Organização do MEPES	1/16 h.aula
* Estruturas e Funcionamento do Iº Grau	2/32 h.aula
* Ética Profissional	2/32 h.aula
* Orientação Educacional	3/32 h.aula
Estágios	
Estágio no Meio Rural (I)	2 semanas
Estágio no Meio Rural (II)	3 semanas
Estágio na EFA (I)	semanas
Estágio na EFA (II)	

Estágio na EFA (II)	3 semanas
Estágio na EFA (III)	2 semanas
Estágio na EFA (IV)	2 semanas
* Viagem de Estudo	2 semanas

NOTA: As atividades ou disciplinas que levam (*) serão desenvolvidas ou ministradas no 2º ano de Formação.

(Extraído de "Um novo educador do Meio Rural Plano Pedagógico - Dez- 1975).

. . . . . .

O curso é organizado por etapas e sessões, sendo o seguinte o plano de estudos do ano em curso:

Documento nº 3

Curso de Formação de Monitores

veja na página seguinte o documento.....

C U R S O P A R A M O N I T O R E S

PRIMEIRA ETAPA

"Abordagem do Meio Rural"

O Meio Rural é uma Realidade interessante e problemática que precisa de mudança. Para isso existe um instrumento (EFA). Do qual nós seremos os técnicos.

Semana	Sessão-Est.	A T I V I D A D E S
1ª	1ª Sessão	- Comun.e Expr.(I)=(Auto-Apresentação-Expressão ambiental). - Metodologia Aplicada (Prep do P.E).
2ª 3ª 4ª	Estágio Meio Rural (I)	- Plano de Estudo (nº 1): " A Família Rural ".
5ª 6ª 7ª 8ª	Segunda Sessão	- Religião e Educação (Retiro)- Semana Santa - Metodologia Aplicada (C.C.P.E.) - Metodologia do Trabalho Científico - Comunicação e Expressão (I) - Estudos Brasileiros - Religião e Educação - Metodologia Aplicada (Prep.P.E.).
9ª 10ª	Estágio Meio Rural (II)	- O Plano de Estudo (II) " A Comunidade Rural".
11ª 12ª 13ª 14ª	Terceira Sessão	- Metodologia Aplicada (CC.P.E.) - Sindicalísmo - Direito Agrário - Cooperativismo - Sociologia Rural - Estudos Brasileiros - Comunicação e Expressão (I) - SINTESE Nº 1 - *Avaliação - Metodologia Aplicada (preparação do Plano de Estudo).*

SEGUNDA ETAPA

Abordagem da Escola da Família

A G R I C O L A

A Pedagogia da EFA é uma dialética entre vida-escola. A Alternância é sua estrutura fundamental. O Plano de Estudo é seu meio principal. Os pais, são a base do processo-Educativo, os alunos o motor, os monitores os técnicos.

15ª 16ª 17ª	Estágio na EFA (I)	. - Plano de Estudo (III) " O Amabiente Educativo"
18ª	FÉRIAS	
19ª 20ª 21ª	Quarta Sessão	- Metodologia Aplicada (CC.P.E.) - Psicologia do Adolescente - Metodologia da EFA (I) - Comunicação e Expressão (II) - Metodologia aplicada (Prep.P.E.).
22ª 23ª	Estágio EFA(II)	- Plano de Estudo (IV) " O P.E.= Alternância e Participação dos Pais"
24ª 25ª 26ª 27ª	Quinta Sessão	- Metodologia Aplicada (CC.P.E.) - Metodologia da EFA (II) - Psicologia Social - Comunicação e Expressão (I) - Metodologia Aplicada (Prep.do P.E.).
28ª 29ª	Estágio EFA(III)	- Plano de Estudo(V)" O P.E.= Métodos de Ensino"
30ª 31ª 32ª 33ª	Sexta Sessão	- Metodologia Aplicada (CC.P.E.) - Didática Geral - Planejamento Educacional - Administração Escolar - Didática Especial(Exercício de Preparação de aula - Metodologia Aplicada (Prep.do P,E.).

TERCEIRA ETAPA

"Abordagem de Uma área de ENSINO".

Cada Monitor é responsável pela aprendizagem Global. Cada um, porém, é mais competente em uma - área.

34ª 35ª 36	Estágio na EFA (IV)	- Plano de Estudo (VI) "A Minha área de Ensino na EFA".
37ª 38ª 39ª 40ª	Sétima Sessão	- Metodologia Aplicada (CC.P.E). - Didática Especial (Complementação da Formação do Monitor em sua área específica). - Ética Profissional (Organiz.e Inspiração do MEPES). - Síntese Nº 2 - Avaliação - Encerramento.

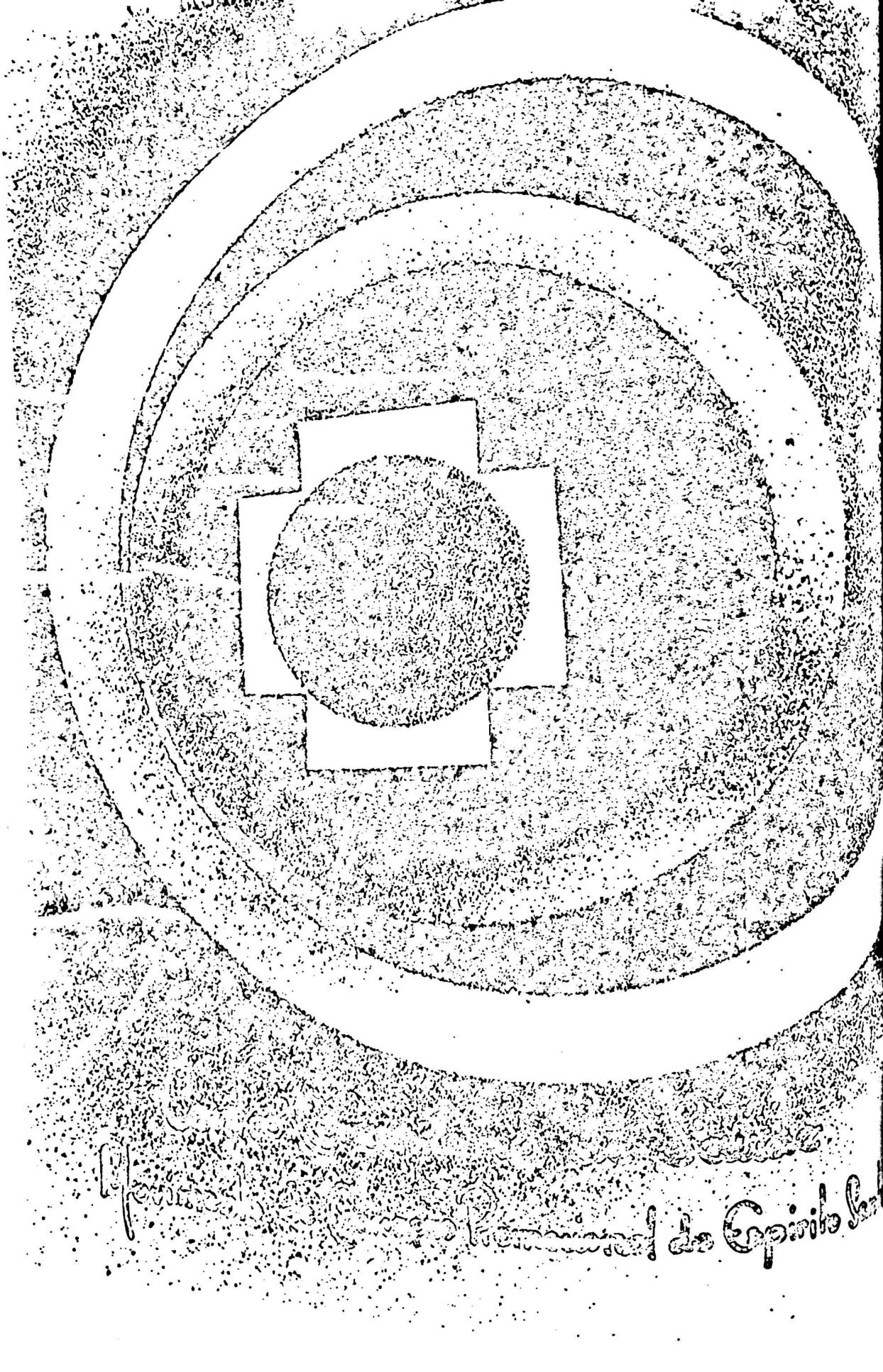
SEGUNDO ANO

QUARTA ETAPA
(IIº ANO)

COMPLEMENTAÇÃO E APROFUNDAMENTO EDUCACIONAL.

SESSÕES	ATIVIDADES
PRIMEIRA SESSÃO	- História da Educação - Metodologia da EFA (Plano de Estudo Simulado)
SEGUNDA SESSÃO	- Viagem de Estudo:- Sociologia Rural - Sindicalismo e Cooperativísmo
TERCEIRA SESSÃO	- Estruturas e Funcionamento do Iº e IIº Grau - Metodologia da EFA (Plano de Estudo Simulado)
QUARTA SESSÃO	- Psicologia da Aprendizagem - Metodologia da EFA (Plano de Estudo Simulado).
QUINTA SESSÃO	- Filosofia da Educação - Metodologia da EFA (Plano de Estudo Simulado)

(extraído de Catálogo Geral de Cursos- 1976)


Fernando de Espinho

CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE (C.C.S)

1- Passos iniciais para a sua implantação

O C.C.S.,como projeto, nasceu antes do MEPES. Surgiu das considerações nas reuniões com as lideranças locais(vigários, prefeitos,líderes,etc) para estudo das carências e problemas da região, nos anos de 1964...1966...

A falta de médicos, (havia 1 só médico na região também ele comprometido com a vida política), de recursos sanitários para combater as doenças comuns na área, a total falta de educação sanitária, formavam uma situação dramática, exigindo uma resposta urgente e eficiente--resposta que não fosse ro assistencialísmo ao povo, mas que,verdadeiramente,nascesse do povo,crescendo com ele. Seria esta a opção promocional propos-do-se o grupo de estudar a possibilidade de organizar um setor saúde, com uma equipe médica e um pequeno hospital que lideraria as promoções do Centro Comunitário de Saúde.

Enquanto isto ocorria em nossa área deu-se também encontro e descoberta da metodologia da Escola-família,instrumento apto à promoção do homem e do meio rural. Analisando a problemática global da área ficou decidida a implantação da Escola Família que ofereceria uma resposta mais satisfatória aos problemas educacionais encontrados na região rural. Entretanto,continuou-se também a pensar num projeto piloto de saúde que pudesse posteriormente ser implantado e experimentado nas regiões onde MEPES, jurídicamente,em 1968 começou a funcionar e viria a pandir.

Até a constituição do atual CCS muitos passos foram dados, amadurecendo as idéias e iniciativas. Em 1970,pensou-se na criação de uma escola-família de emfermagem. Seguindo o processo formativo da EFA procurar-se-ia preparar líderes e técnicos no campo da saúde para atuação nas comunidades do interior.

2- Criação da Maternidade de Anchieta

Em maio de 1970 deu-se um passo decisivo no setor de: foi criada a maternidade de Anchieta. O local foi num prédio adaptado (antigo colégio) e cedido pelos Pes.Jesuítas. As iniciadoras: Irmã Zilma Paiva,enfermeira de nível superior e D.Nancy Ramos Rosa, parteira. Os recursos eram minimos, conforme a nidade pôde oferecer. A finalidade:educação e assistência higiênico-sanitária das gestantes,parturientes e recém-nascidos áreas mais pobres de Anchieta.

Era a semente lançada. Em fins de 1970 uma equipe médicos,recém-formados no Rio de Janeiro e com aspiração ao trabalho de promoção da saúde,assumiu o trabalho no MEPES,estruturando o CCS,dando-lhe uma fisionomia bem definida.

3- Bases para implantação do CCS

A equipe do hospital continuou ... balho de reflexão na área. Do doc... to elaborado para um projeto de a... do Govêrno da Holanda destacamos ... picos que são básicos na implanta... do CCS.

Documento nº 1.

Informes Sanitários.

a)- Indicadores de Saúde

1- Taxas de mortalidade geral e infantil.

A primeira dificuldade que surge quando se tenta ... lisar os coeficientes indicadores da saúde da área é o costume ... da existente na zona rural de não registrar ou registrar tardia... te o récém-nascido. A segunda dificuldade é a grande disparidade ... das estimativas sobre o número de nascimento e de óbitos, num mes... mo ano, obtidos de fontes diferentes.

Devido a estes empecílhos, áreas de mesmo nível de ... desenvolvimento sócio-econômico e de atendimento médico, apresen... tam coeficientes muito variados, conforme se pode ver no Quadro, ...

QUADRO Nº 1 - Coeficientes de Mortalidade Geral e Mortalidade In... fantil, segundo os municípios atingidos pelo MEPES ... e no município da capital - 1968.

MUNICÍPIOS	COEF.DE MORTL.GERAL (p/1000 Hab).	COEF.DE MORTL.INFANT. P/1000 nascidos
Alfredo Chaves	5,1	27,0
Anchieta	4,9	80,0
Iconha	7,0	41,0
Piúma	8,3	41,0
Rio Novo do Sul	6,5	58,0
Vitória	20,8	117,2

FONTE: Anuário Estatístico do Espírito Santo - 1969.

O município de Vitória apresenta o mais alto coefi... ciente de Mortalidade Geral entre todos os municípios das capitais dos Estados da Federação e o 13º coeficiente de Mortalidade Infan... til, Não se tem notícia de qualquer acontecimento que explicasse ... alto coeficiente de mortalidade Infantil em Anchieta, é provável ... que a causa de êrro possa estar na deficiência de registros ... tros municípios pois, situados próximos de Vitória e sem estrutu... ras organizadas de preparação da saúde, apresentam cêrca de 1/3 dos coeficientes da Capital, tanto no que diz respeito a mortalidade geral como a mortalidade infantil

2- Mortalidade Fetal e Neo-Natal.

Não existem dados referentes aos municípios da área de ação do MEPES. Os dados abaixo se referem ao município de Vitória Capital do Estado - e a todo o Estado.

QUADRO nº 2 - Mortalidade Fetal e Mortalidade Neo-Natal no Estado do Espírito Santo e no município de Vitória, no de 1968.

ESPECIFICAÇÃO	COEF.MORT.FETAL (p/1000 nascidos vivos)	COEF.MORTAL.NEO-NATAL (p/1000 nascidos vivos
Espírito Santo	36,1	48,4
Vitória	45,4	55,3

3- Mortalidade segundo os grandes grupos de causas e Mortalidades Proporcional no grupo das Doenças Infecciosas e Parasitárias

Devido a inexistência de registros médicos, não há dados sobre causa de morte específica na área de atuação do MEPES. Os dados abaixo dizem respeito ao município de Vitória, capital do Estado, para efeitos comparativos, aos municípios de Natal, capital do Rio Grande do Norte, e Rio de Janeiro, Capital do Estado da Guanabara.

QUADRO Nº 3 Coeficiente de Mortalidade por 100.000 habitantes, segundo os grandes grupos de causas de morte, nos pios de Natal, Vitória e Rio de Janeiro - 1969.

CAUSAS DE MORTE	NATAL	VITÓRIA	R.de JANEIR
Doenças Infecciosas e parasitárias.	802,2	195,5	
Neoplasias	96,1	153,8	
Doenças do Sistema Nervoso	24,7	12,2	
Doenças do Aparelho Circulatório	208,8	295,5	
Doenças do Aparelho Respiratório	164,4	147,7	
Doenças do Aparelho Digestivo	38,0	30,4	
Doenças do Aparelho Gênito-Urinário	28,4	39,1	
Complicações da Gravidez, do parto e do puerpério	0,1(1)	1,6(1)	
Anomalias Congênitas	8,2	36,5	
Certas Causas de Morte Perinatal.	104,8	282,5	
Sintomas, Senilidade e causas mal definidas			
Acid.Enven.e violações			

(1)- Coeficiente de mortalidade por 1000 nascidos vivos.
(2)- Coeficiente de mortalidade por 1000 menores de 1(um)ano.

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - 1970.

As principais causas de morte, segundo classificação da 8ª; revisão da Classificação Internacional das Doenças, no grupo das Doenças Infecciosas e Parasitárias para o Município de Vitória, são as seguintes:

QUADRO Nº 3- Mortalidade Proporcional dentro do grupo das Doenças Infecciosas e parasitárias, segundo o município de Vitória - 1969.

CAUSA DA MORTE	Nº DA LISTA DETALHADA	COEF.DE MORTAL.PROPORC. (P/100 óbitos de causa infecci.e parasitária.
Tuberculose do Aparelho Respiratório.	010 - 012	25,3
Sarampo	055	31,5
Tétano	037	9,3
Difteria	032	4,5
Infecções Meningocócicas	036	4,0
Esquistosomíase	120	4,0
Outras formas de Tuberculose.	013 - 019	4,0
As demais de	013 - 136	17,4

FONTE: Anuário Estatísco do Brasil - 1970

4- Mortalidade segundo causas ligadas à Gestação e ao Parto.

O binômio mãe-filho é, sem dúvida, o mais antigo nas Comunidades de escassos recursos econômicos, educacional e de assistência médica:

QUADRO Nº 4 - Coeficiente de Mortalidade segundo as causas de morte ligadas à Gestação e ao Parto, no município de Vitória - 1969.

(continua.....)

QUADRO 5- Número de prédios nas sedes dos municípios da área de atuação do MEPES servidos pela rêde de abastecimento d'agua, pela rede de esgotos sanitários e ligados à rêde de energia elétrica - 1968.

SEDE MUNICIPAL	LIGADOS À RÊDE DE ESGÔTOS	ABASTECIDOS PELA REDE D'AGUA	LIGADOS À RÊDE ELÉTRICA
Alfredo Chaves	183	193	230
Anchieta	60	364	615
Iconha	140	205	212
Piúma	-	-	280
Rio Novo do Sul	268	348	380

A fossa Séptica Absorvível e a Fossa Sêca substituem o sistema de esgotos nas casas não ligadas à rede geral. As cisternas públicas fazem o abastecimento d'água para as casas não ligadas à rede geral. Em Anchieta, por exemplo, a água é servida à população sem qualquer tratamento. Em Iconha os Esgôtos Sanitários lançam os dejetos no riacho que atravessa a cidade. E assim por diante.

b)- Prevalência das Doenças Transmissíveis na Área

O Departamento Nacional de Endemias Rurais faz o seguinte relatório de prevalência para o Estado do Espírito Santo:

1- Área de alta endemicidade de Necator Americanus, Ancilostomo duodenalis, e Enterobius vermiculares.

2- Apresenta área endêmica de bouba, ativa e intestinal, no norte do Estado e de Leishmaniose visceral, no sul do Estado.

3- Possue rebanhos portadores de brucelose.

4- No norte do Estado já foi encontrado um foco de Trypanossoma Cruzi (doença de Chagas) e identificada uma área de baixa endemicidade de esquistosomose (Shistosoma Mansoni).

5- Apresenta uma área, no vale do Rio Doce, de média incidência de Tracoma.

Portanto, não apresenta problemas maiores em relação às endemias rurais, como acontece no Nordeste do Brasil em relação à esquistosomose. No entanto, o tétano do recém-nascido ainda é uma realidade presente, as vioroses da infancia apresenta um alto índice de morbilidade, devido aos deficientes programas de vacinações e os altos índices de desnutrição; as diarréias matam, com facilidade, crianças depauperadas pela elevada infestação de helmintos, a tuberculose ainda não foi controlada e a infecção gonocócica anda a par com o alcoolismo, como sério problema.

Recursos de Saúde das Comunidades

Em cada sede municipal da área de atuação do MEPES a Secretaria de Saúde e Assistência do Govêrno do Estado, mantém Pôsto de assistencia médico-dentária que presta os seguintes serviços à população:

1- Atendimento médico ambulatorial
2- Atendimento dentário (extrações)
3- Vacinação: anti-pólio, anti-pertussis, anti-tetânica, anti-diftérica e anti-variólica.
4- Exame parasitológico de fezes
5- Distribuição de leite em pó, através do programa "Alimentos para a paz" Aliança para o progresso"
6- Distribuição de vermífugos e alguns antibióticos.

Em cada posto de saúde trabalham um médico e um dentista, além dos funcionários auxiliares.

Em Alfredo Chaves existe uma clinica particular, com to leitos.

Em Anchieta, há uma pequena Maternidade com oito lei que pode ser encarada como um recurso de saúde na região, apesar falta de condições ideais para seu funcionamento. Desde que chegara a Anchieta os médicos responsáveis pelo setor do MEPES, iniciaram atendimento médico ambulatorial, atendimento aos partos que não necessitam de intervenções cirurgícas e internações em climica médica pediatria que não implicam na necessidade de recursos para o diagnóstico e tratamento muito maiores de que a existência de um médico

Os recursos materiais são ainda muito deficientes funcionamento depende quase sempre de constantes improvisações.

(extraído de "projeto ao Govêrno da Holanda- 1971)".

. . . . . .

Documento Nº 2

Plano de Saúde do MEPES

A- INTRODUÇÃO

A Saúde Pública no Brasil é planejada e executada pela Fundação de Serviços Especiais de Saúde Pública (FSESP), do Ministério da Saúde dos Estados da Federação e o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU) também desenvolvem medidas neste sentido.

A FSESP, desde sua fundação em 1945, vem considerando como atividades prioritárias o contrôle das gestantes e das crianças de 0 - 4 anos, os quais constituem os grupos mais desprotegidos. Além dessas, o saneamento

ontrole das

doenças transmissíveis e educação sanitária são outras atividades permanentes.

Para desenvolvê-las a FSESP conta com várias Unidades Sanitárias em todo o país e, quando uma Unidade Sanitária funciona integrada com um hospital de pequeno porte para gestante e urgências médico-cirurgicas, forma uma Unidade Mista.

E mais ainda, atividades de formação de pessoal auxiliar para o trabalho de campo em saúde pública são desenvolvidas pela FSESP. Dois tipos principais de auxiliares são preparados.: o xiliar de Sancamento e a Visitadora Domiciliar, com funções de cutar os trabalhos de Saneamento e Educação Sanitária.

O MEPES, através de sua equipe médica, considera a experiência de Saúde Pública do FSESP, como válida para solucionar problemas de saúde da maioria da população da área de sua atuação. Para isso pretende implantar um Centro Médico-Sanitário em Anchieta, do tipo da Unidade Mista da FSESP, no qual serão preparados os líderes rurais recrutados nas diversas comunidades para exercerem funções semelhantes às do Auxiliar de Saneamento e da Visitadora Domiciliar. Levando em conta o difícil acesso das populações rurais aos recursos médicos das sedes municipais, pretende implantar, em pontos estratégicos do interior dos municípios, Ambulatórios de Campo, onde uma Visitadora Sanitária (com funções análogas da Visitadora Domiciliar da FSESP) e um líder em Saneamento (com função semelhante à do auxiliar de Saneamento) animarão as comunidades no sentido da transformação de seus hábitos de saúde e desenvolverão o trabalho de saneamento, o controle dos grupos prioritários e das doenças transmissíveis.

O que se deve ressaltar neste plano é a participação fetiva das comunidades na implantação do Ambulatório de Campo. Este deverá ser tão simples em seu aspecto externo quanto as habitações que o rodeiam; no entanto, dirigido pelos líderes da comunidade, ele deverá se constituir num centro de encontro para busca das soluções mais adequadas para os problemas de saúde da área.

B- Os Fundamentos

a)- Os problemas de saúde da área de atuação do MEPES são, principalmente, problemas de Saúde Pública. Como tal, eles estão ligados:

1- ausência de hábitos higienicos na grande maioria da população.
2- Precariedade dos serviços de sancamento da água e dos dejetos.
3- Falta de medidas de controle efetivo das doenças transmissíveis.
4- Assistencia deficiente ao parto normal e distócico

b)- Os grupos mais sacrificados são o das gestantes e o crianças de 0-4 anos de idade.

c)- O dificil acesso das populações rurais aos serviços dicos permanentes impedem e desestimulam a execução de medidas caráter preventivo e encaram o custo da assistência médica curati va.

C- Os Objetivos

Os objetivos do plano são os seguintes:

a)- Despertar na comunidade a iniciativa para o desenvolvimento de hábitos higiênicos.

b)- Orientar as populações no sentido do saneamento elementar e da construção de melhorias sanitárias.

c)- Controlar do ponto de vista médico-sanitário, grupos considerados prioritários: gestantes e crianças de 0-4 nos de idade:

d)- Oferecer às populações rurais um serviço de dimento hospitalar simplificado através de:

1. obstetrícia
2. internações cirúrgicas de urgência
3. internações clínicas de urgencia
4. internações pediátricas de ürgência.

D- Os Meios

Os meios para a consecução dos objetivos são:

a)- implantar 13 ambulatórios de Campo, distribuídos localidades estratégicas dos cinco municípios atingidos pelo MEPES, na seguinte ordem cronológica: Município de Anchieta- 4 bulatórios, Município de Iconha - 2 ambulatórios, Município de Novo do Sul 3 ambulatórios, Município de Alfredo Chaves - 3 ambulatórios e Município de Piúma - 1 ambulatório.

Cada ambulatório de Campo desenvolverá as seguintes vidades:

1- controle das gestantes e crianças de 0 a 4 anos de de das localidades situadas sob sua área de influência. Esta vidade é realizada pela Visitadora Sanitária e pelo médico.

2- Atendimento médico-sanitário quinzenal dos grupos prioritários e da população em geral.

3- Controle do saneamento elementar e construção de melhorias sanitárias nas localidades sob sua influência; esta atividade é realizada pelo líder em Saneamento.

5- Distribuição de vermífugos e outros medicamentos prioritários prescritos pelo médico, atividades realizadas pelo líder em saneamento.

6- Identificação e encaminhamento ao Centro Médico Sanitário de Anchieta dos casos obstétricos, pediátricos e clínicos necessitem de acompanhamento médico; atividade realizada pelo der em Saneamento e pela Visitadora Sanitária.

b)- Implantação de um Centro Médico Sanitário em Anchieta co
posto de:

1- Um hospital com 13 leitos obstétricos, 6 leitos pedi
tricos, 5 leitos clínicos e 4 leitos cirúrgicos.

2- Um Centro Sanitário dividido em sete setores:

- Setor ambulatorial para atendimento médico-sanitário aos grupo prioritários e à população em geral;
- Setor de saneamento para coordenação das atividades de saneamento em sua área e na área dos ambulatórios de campo;
- Setor de educação sanitária, para elaboração dos programas de educação sanitária em toda a área de atuação do MEPES.
- Setor das doenças transmissíveis, para contrôle e eleboração dos programas de vacinação.
- Setor de diagnóstico e tratamento com RX para tórax e ossos, co um laboratório de análise e uma farmácia.
- Setor de bio-estatística para coleta de dados e informações.

E- Os Recursos em Pessoal

Para a consecução dos objetivos propostos, o MEPES co
ta com a equipe de três médicos, sendo um clínico geral, um pedia
eum cirugião. Os dois últimos realizaram um estágio de três mes
numa Unidade Mista da Fundação de Serviços Especiais de Saúde Pú
blica, na cidade de Paratins - Amazonas.

Deverá contar com duas enfermeiras, uma para o trab
lho de Saúde Pública e outra para serviços hospitalares.

Além disso, um dos pontos fundamentais do plano é
formação do seguinte pessoal auxiliar recrutamento nas diverses
localidades:

a- um líder em Saneamento para cada ambulatório
po e para o centro Sanitário, num total de 14.

b- Uma visitadora sanitária para cada ambulatório
campo e para o centro sanitário, num total de 14.

c- Duas auxiliares de enfermagem por plantão no Centro
Médico, num totala de 6.

d- Um servente por plantão no Centro Médico, num total
de 3.

e- Duas cozinheiras diáriamente.
f- Duas lavadeiras diariamente.

Objetiva-se que o pessoal auxiliar seja remunerado p
la própria comunidade.

Além disso, o Centro Sanitário formará voluntários d
diversas comunidades rurais que se disponham a colaborar com
trabalho de saneamento e de controle dos grupos prioritários

F- Atividades

Para a consecução dos objetivos serão desenvolvidas as seguintes atividades:

a)- Comunitárias: animação das comunidades locais no sentido do equacionamento dos problemas de saúde; proposição e discussão das soluções: Ambulatório de Campo e a formação de pessoal auxiliar de saúde; identificação e preparação dos líderes para as atividades curriculares no Centro Sanitário de Anchieta.

b)- Ensino: cursos para líderes em saneamento e Visitadora sanitária; cursos para parteiras existentes na área, cursos para atendentes de enfermagem para o trabalho no Centro Médico.

c)- Saneamento elementar e construção de melhorias sanitárias em torno da área de atuação.

d)- Atendimento Médico-Sanitário à Gestante e à criança de 0 a 4 anos de idade.

e)- Imunização

f)- Controle das doenças transmissíveis

g)- coleta de informações sobre nascimentos e óbitos.

h)- Medicina simplificada: obstetricia, pediatria, clínica médica e cirurgia de urgência.

(extraído de "Projeto ao Governo da Holanda-1971).

. . . . . .

4- Construção do novo prédio para o Hospital do CCS

Uma longa negociação do MEPES com o Governo da Holanda, através da CEBEMO, resultou na assinatura de um convênio que garantiria ao MEPES a parte de recursos necessária ao financiamento da construção do novo prédio.

Tudo aprovado, a FUNTEC assumiu trabalho de construção iniciado em outubro de 1973 e concluído em fevereiro de 1975.

O Hospital realizou recentemente um levantamento de suas disponibilidades, cujo o documento é transcrito a seguir.

Continua.....

Documento Nº 3

Levantamento de disponibilidades do Hospital do CCS

1- Atuais disponibilidades

1.1. - Atendimentos clínicos

a)- São realizados diáriamente no ambulatório do Hospital, no horário de 8 às 11 h. alternando-se o atendimento às seguintes especialidades:

- clinica geral
- pediatria
- obstetricia e ginecologia.

b)- O atendimento de urgencias é ininterrupto, em plantões médicos diúrnos e noturnos.

1.2. Serviços de Internamento

Atualmente o Hospital comporta o seguinte serviço de internamento:

a)- leitos em enfermaria	- 16
b)- leitos p/ particulares	- 4
c)- sala pré-parto	- 2
d)- Pediatria	- 4
e)- Berçário	- 4
f)- Incubadeira	- 1

1.3- Sala de parto

Está completa, com possibilidade de atendimento normal. Tem conjugada a sala de pré-parto c/2 leitos.

1.4- Pediatria

Ainda funciona precariamente, com atendimento médico semanal, em horário não muito adequado.

Quanto à enfermaria de crianças é também ainda bem incompleta, com pequena capacidade e falta de móveis adequadas, pois tem apenas 2 berços, servindo mais 2 camas de adultos para casos de necessidade.

1.5- Serviços de Laboratório de análise clínica

Com o equipamento de que dispõe, tem condições de realizar os seguintes exames:

a)- Sangue:

- grupo sanguíneo
- fator RH
- VDRL

b)- Fezes:

- Parasitológico

d)- Escarro:

- tuberculose

d)- Urina:
Pesquisa de albumina
Glicosúria
Teste de gravidez

1.6.- Serviços de Raio X

Aguardando a chegada da aparelhagem.

1.7.- Sala cirúrgica

Aguardando montagem, porém, já realiza pequenas cirurgias emergenciais, sobretudo em casos de:

- apendicite
- hernia
- socorros de emergência
- cesariana (?)

2- DISPONIBILIDADES FUTURAS

Os serviços do hospital poderão ser ampliados a de permitirem um atendimento mais eficiente, qualitativamente uma capacidade de servir a maior número de pessoas.

Esta ampliação é algo para um futuro não muito distante, condicionada, em 1º lugar, à complementação de seu equipamento e mobiliário.

São as seguintes as perspectivas futuras:

2.1.- Atendimentos clínicos:

a)- Com o aumento futuro do movimento do Hospital, evidentemente poderá ser ampliado o horário de atendimento de seu ambulatório e também, a qualidade do atendimento.

b)- Com a possibilidade de entrada de um médico psiquiatra na equipe d Hospital poderá assumir os casos que não exijam segregamento para o tratamento, podendo prestar mais este serviço à comunidade.

2.2.- Serviços de Internamento

Pode também ser ampliado com a reformulação enfermarias que comportam um número maior de leitos que o número atual.

Poderia passar para o seguinte a capacidade internamentos no hospital:

Enfermaria.....de 16 p/30
Berçário.....de 4 p/10
Pediatria.....de 2 p/ 6

2.3.- Sala de Parto :

Está, técnicamente completa, podendo ampliar o tendimento de parturientes a qualquer momento.

5- Implantação dos Mini-postos

A interiorização da medicina preventiva é uma das preocupações fundamentais do CCS. Por esta razão, seu atual projeto é ajudar as comunidades rurais na busca e utilização de recursos sanitários. Isto é feito através da implantação de mini-postos de saúde, pequenas unidades sanitárias, polarizadoras das iniciativas das Comunidades, nos diversos níveis pretendidos de participação das mesmas. No processo para tal, empregado pelo MEPES, encontramos os seguintes elementos:

- conscientização: a saúde é um bem comunitário;
- análise dos problemas neste setor;
- procura de uma resposta adequada- Mini-posto: construção e localização;
- motivação da comunidade para o trabalho.
- construção do mini-posto;
- formação da Associação do mini-posto e seu Conselho Administrativo;
- Organização e funcionamento.

A implantação dos mini-postos, por sua própria natureza, requer tempo, pois, como se nota não se trata de oferecer ao povo um serviço, mas, de levá-lo a descobrir recursos e caminhar com ele.

Desta forma estão sendo implantados, gradativa e lentamente, no rítmo próprio ao desenvolvimento do interior. Quanto à escolha das localidades para a construção dos mesmos foram feitas diversas reuniões com os grupos representativos (Entidades, Comerciantes Professoras, Associados) dos grupos comunitários). Destas reuniões elaborou-se o documento que segue:

Documento Nº 4.

Resumo das conclusões dos 6 grupos participantes da reunião de 2 de Junho de 1973, quando foram escolhidos os locais para a implantação de 4 ambulatórios de campo no município de Anchieta.

I- os 4 locais estão dentro do município de Anchieta;
II- estão bem distanciados uns dos outros;
III- estão bastante afastados de Anchieta (Hospital).

ALTO PONGAL

1. Localização geográfica:

1.1. É central. Tem facilidades de comunicação com comunidades vizinhas.
1.2. Atinge grande número de comunidades (dentro e fora do município).

2- Desenvolvimento:

2.1. Tem boas condições de saúde.
2.2. Tem boas condições econômicas
2.3. Tem necessidade de receber educação sanitária.
2.4. Tem recursos humanos para auxiliar no ambulatório
2.5. Tem recursos materiais para construção de prédio;tem água e luz.

3- População atingida:

Alto Pongal tem a maior população do município. Calculou-se em cerca de 300 famílias a população atingida.

4- Lista das comunidades atinge:

Dois Irmãos
Iriritiba
Córrego da Prata
Itaperoroma Alta
Itaperoroma Baixa
Joquitibá (em Iconha)
Alto Joeba
Segundo Território
Cachoeira Alta
São Lourenço
Guachiniba (em Iconha).

JABAQUARA

1. Localização geográfia:

1.1. Bem Central. Tem muita facilidade de comunicação com arredores - fica na BR 101.
1.2. Atinge muitas comunidades,incluindo zonas de fazendas onde tem havido casos fatais por falta de socorro médico

2. Desenvolvimento.

2.1. Tem condições(financeiras) de manter o ambulatório
2.2. Tem recursos humanos de sustentação do ambulatório
2.3. Tem serviços de água e energia elétrica

3. Lista das comunidades que atinge:

Luciano
Serra das Graças - Mangueriba
Araraquara - Itajubaia
Simpatia - Corindiba
Sarampo - Fundão
Pé do Morro - S.Vicente de Jacutinga
Jaqueira - Duas Barras
Jaquiçaba - Olivânia
Monteiro - São Miguel
Barro Branco - Picham(?)
Farinha Sêca - Fazenda Dois Irmãos
Rio das Piabas - Independência
- Patrício.

BAIXO PONGAL

1. Localização geográfica:

   Esta em local de"convergência",tem facilidade de condução ligando às comunidades vizinhas.

2. Desenvolvimento:

   2.1. Tem baixo nível de condições de saúde
   2.2. Tem razoáveis condições econômicas
   2.3. Tem energia; terá serviço de água canalizada em futuro próximo.

3. População atingida:

   Atinge um bom número de comunidades.

4. Lista das comunidades que atinge:

- S.Lourenço
- Itapeúna
- Boa Vista
- Itaperoroma Baixa
- Piratininga
- Sací
- Daniel
- Emboacica
- São Mateus.
- Cedro
- Itaperoroma Alta
- Jaracatiá (?)
- Taquaral
- Embalçador
- Cumunbá
- Arará

BELHO HORIZONTE

1. Localização geográfica:

   1.1. É central,comunicando-se com muitas outras comunidades.

2. Desenvolvimento:

   2.1. É considerada"zona doentia",região pobre,de povo desnutrido.
   2.2. Tem necessidade de receber educação sanitária
   2.3. Tem elementos humanos para colaborar com o ambulatório
   2.4. Tem água potável (por gravidade)

3. População atingida:
   Atinge grande faixa de população."Só Belo Horizonte e Guaimbê perfazem cêrca de 70 famílias".

4. Lista das Comunidades que atinge:

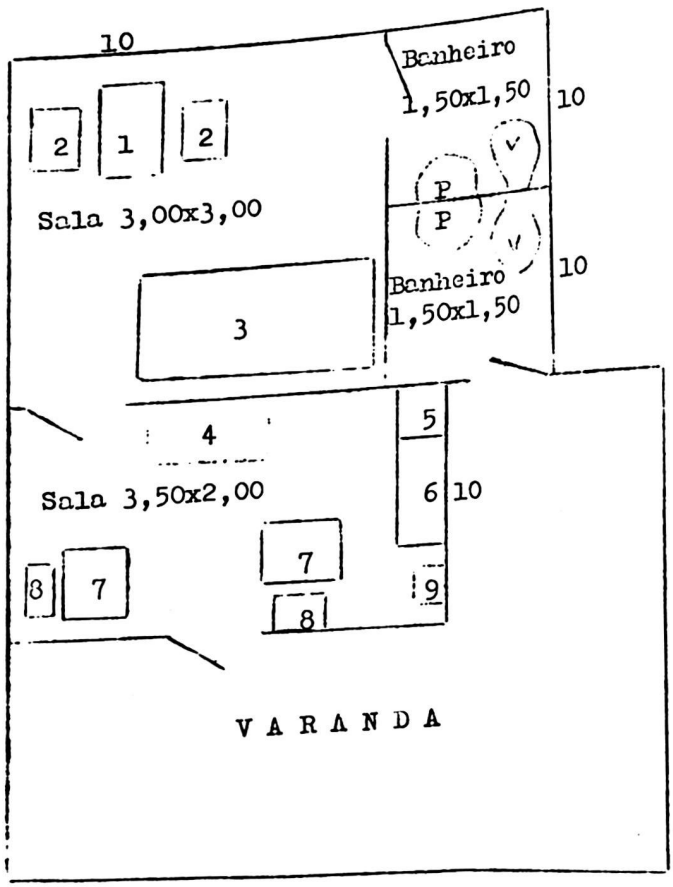
- Guaimbê
- Loyola
- Salinas
- Arame (?)
- Maimbá
- Guaraparí
- Santa Catarina
- Taquara do Reino
- comprido
- Paiceiras
- Gamboa
- Chapada do Á.

LISTA DAS COMUNIDADES ATINGIDAS POR ANCHIETA (CCS)

- Subáia; - Ponta dos Castelhanos;- Ubú; - Paratí;-Nazaré;-Iriri; ras;- Perequara;- Viega - Boa Vista - Chapada do Á;- Invasão e Monteiro.

(Elaborado pelo CCS

O mini-posto é um prédio bastante simples que obedece a seguinte planta-padrão.



LEGENDA

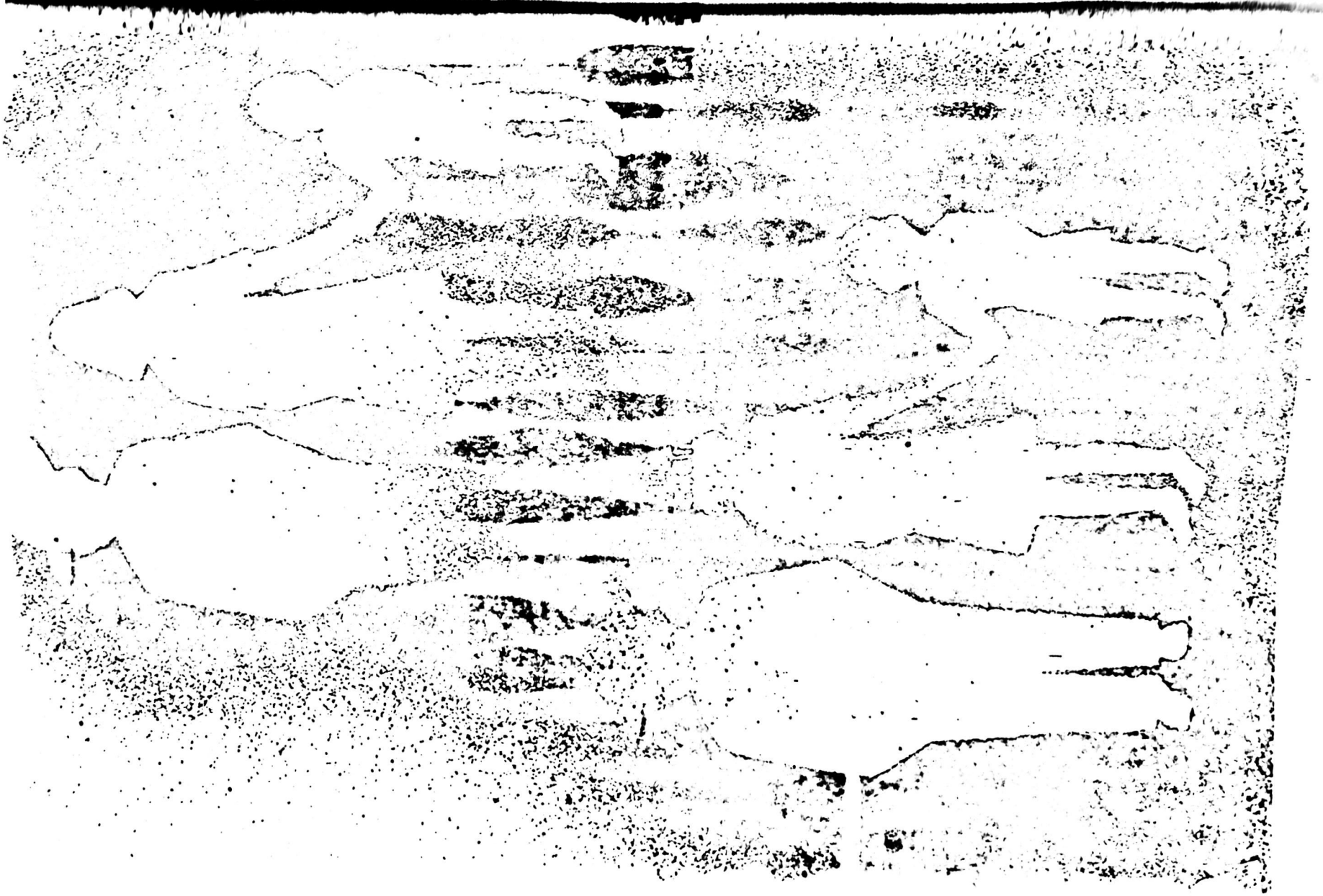
1- Mesa 0,75x0,50
2- Cadeiras
3- Cama 1,90x0,90
4- Armário 1,00x0,50
5- Pia 0,40 x 0,40
6- Bancada 0,90x0,40
7- Mesas 0,50x0,60
8- Cadeiras
9- Balança
10- Janelas (a 1,90 do solo).

Estão em funcionamento:

- 1 Mini-posto de Alto Pongal
- 1 Mini-posto de São Mateus (Baixo Pongal).
- 1 Mini-posto de Jabaquara.

Os outros estão em andamento (contatos prévios com a liderança.

. . . . . .



DEPARTAMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (DAC)

1- Da espontaneidade à racionalização

O MEPES nasceu de uma série de atividades realizadas em âmbitos municipal e intermunicipal na área escolhida e integrada por 5 municípios: Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Piúma, Rio Novo do Sul. O objetivo fundamental era a união entre os mesmos, em vista da promoção humana, o desenvolvimento integral de cada Comunidade, de cada indivíduo, de cada Município e da área total, numa crescente integração.

Os passos mais decisivos na conquista desta integração, conforme narra o Pe. João Confalonieri são os seguintes:

Documento nº 1

O Pe. João Conta:

O espírito básico da Filosofia do MEPES consiste em suscitar todas as "energias locais" já existentes, para estimulá-las a um avanço, uma arrancada.

As pessoas mais esclarecidas (Educadores, Estudantes Comerciantes, Líderes do interior...) entraram logo dentro desta "jogada Comunitária", tão é verdade que em todos os municípios surgiram os Comites Locais, que verdadeiramente se desdobraram no trabalho inicial de arrecadar fundos para as escolas de Campinho (Iconha), Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul serem uma realidade.... Foram um verdadeiro "show" de trabalho Comunitário, multirões de trabalho, campanhas realizadas nas "Capelas" do interior, pedágio na BR, etc.

Sempre se tentou (nem sempre porém, com êxito igual satisfatório) o mesmo comprometimento das Autoridades locais (Vigários, Pastores, Prefeitos e Vereadores).

Com alguns vigários (e alguns Pastores) foi relativamente fácil. Pode-se até dizer que o MEPES surgiu com eles e por eles. Quem poderá medir o efeito da influência e do apôio deles nas campanhas esclarecedoras, inicialmente, e nas campanhas de arrecadação e construção das Escolas em seguida?

Menos fácil mas também compensador foi o relacionamento com os Prefeitos. Vários deles (Rio Novo do Sul, Alfredo Chaves Iconha) de várias maneiras doando o terreno (RNS) emprestando máquinas ou trabalhadores (Iconha e Alfredo Chaves) e, depois, oferecendo subvenções, apoiaram mesmo a arrancada inicial e o seu seguimento. Outros limitaram-se a olhar, a prometer, ou a "cortar" o que seus antecessores tinham determinado.... Mesmo com estas dificuldades, o MEPES sempre levou adiante um diálogo com eles. Fato marcante e

conhecido é que um Prefeito sempre fez parte da Junta Diretora, como representante de todos os outros. Não foi fácil, porém, esta" representação", porque um alegava não ter verbas disponíveis, outro alegava que o MEPES pouco fazia no Município dele, etc....

Assim mesmo, houve muitos Encontros com os Prefeitos da área Sul de atuação do MEPES.

Ponto alto neste diálogo com as Autoridades, pensamos que foi o Encontro dos Prefeitos com a Presença do então Governador do Estado Dr.Arthur Carlos Gehardt Santos que foi uma verdadeira tomada de consciência da problemática toda da nossa área, em 1971, em Iconha.

Antes e depois disto, o Presidente do MEPES e o Secretário Executivo tiveram também numerosas visitas às Camaras Municipais de todos os municípios do Sul, expondo os trabalhos realizados pelo MEPES, de metas a serem perseguidas, debates de idéias e planos, pedidos de apôio e subvenções.

Com os Prefeitos da área Norte do Estado para a implantação da EFA também houve muito diálogo e vários encontros, tendo - contado o MEPES com muito apôio em São Gabriel da Palha e em São Mateus.

1- Levantamento Sócio Econômico

Houve um verdadeiro despertar e um engajamento não comum das comunidades também na realização do Levantamento Sócio-econômico, então realizado.

Para conhecer a realidade e ao mesmo tempo poder"contar" in loco o povo todo da área(tomando-se esta também uma oportunidade de comunicar, esclarecer e divulgar a filosofia que o animava) o MEPES promoveu esta iniciativa, bem no começo de suas atividades aqui no Sul do Estado.

Atuaram neste levantamento as Assistentes sociais Nazira abrahão da Costa (de Vitória) e Selma Marly Canhin (de Cachoeiro de Itapemirim), mas em estreita colaboração com os Vigários (que conseguiam a hospedagem e o transporte ao interior) e com a colaboração de muitos "Voluntários" das Comunidades. Normalistas e estudantes nas cidades-Sedes, líderes Comunitários e Catequistas - nas"Capelas" do interior se dedicaram com generosidade a este trabalho.

Significativo a este respeito é o documento:

"Relatório da pesquisa aplicada no município de Rio Novo do Sul"(Documento Inicial)

* * Com a finalidade de se obter os dados necessários a uma análise da situação sócio-econômica do Município de Rio Novo do Sul, foi utilizado o Processo do Censo, através da técnica de entrevista e preenchimento de fichas, instrumentos de pesquisa considerados eficientes pelo contato direto entre entrevistador e entrevistado.

Para início do levantamento, era imprescíndivel o Mapa de localização das casas e a divisão do Município em setores; mas esse trabalho já existia organizado em Rio Novo do Sul, na ocasião em que o Vigário fêz um pequeno levantamento Paroquial.

Tudo isso foi útil ao trabalho, como também o conhecimento que o vigário tinha da comunidade, seu dinamísmo e sua intensa participação.

O município estava então dividido em:

- 8 setores urbanos
- 8 setores subrbanos
- 13 setores (zona rural).

Era uma divisão feita com muita lógica, logo foi utilizada. A Equipe da paróquia foi composta por nós Assistentes Sociais e por alunas do Curso Normal, devidamente instruídas para tarefa.

Na zona urbana e suburbana, o levantamento foi feito através de visitas domiciliares. Com relação as capelas fêz-se o recrutamento das famílias nas respectivas Capelas. Isso porque ambiente físico do interior é de dificil acesso.

Os presidentes das Capelas foram as pessoas encarregadas de fazer a convocação dos moradores.

A Pesquisa teve uma duração de 2 meses e 15 dias.

Convém ser frizado que a brevidade dependeu da intensidade com que foi realizado o trabalho? desconsiderando-se muitas vezes domingos e feriados.

Na zona rural, o levantamento foi realizado, obedecendo a data pré-fixada.

Em cada região a equipe permanecia entre dois a três dias, hospedando-se em casa de famílias. A deficiência de comunição, por falta de estradas e a instabilidade do tempo, veio exigir uma certa boa vontade por parte da equipe de trabalho.

Nas entrevistas com as famílias, procurou-se interpretar a finalidade da Pesquisa e o plano a ser realizado, evidenciando participação de cada um como elemento indispensável numa ação comunitária. De modo geral, houve boa aceitação por parte dos entrevistados; apenas duas famílias rejeitaram fornecer dados.

A entrevista "in loco", foi importante para sentir o ambiente familiar e as dificuldades da família. Observa-se que apenas uma minoria vive em situação previlegiada; a maioria defronta-se com grandes problemas.

Essa Pesquisa parece ter sido a primeira experiência em nosso Estado. Atingiu em massa a população do município.

Seus resultados serão valiosos para se conhecer a situação sócio-economica da Região, para se fazer confrontos entre zonas: Urbana, Suburbana, Rural, como também para oferecer elemen-

tos a execução de um trabalho de desenvolvimento de Comunidade.

Rio Novo do Sul- 30/01/1968.

Assinado por:

Selma Marly Canhin
Nazira Abrahão da Costa
(Ass.Sociais).

. . . . . .

. . . . . .

Um folheto de propaganda anunciava a chegada da Equipe(Assistentes Sociais e Colaboradores); isto nas ruas,Bairros e casas das cidades,bem como na Escola ou na Canônica das localidades do interior,para onde eram convocadas a comparecer todas as famílias que lá moravam (a presença sempre superou a 80%). Eis a circular.

CIRCULAR Nº 1

** Ajude-nos a conhecer a sua comunidade"conhecer para Desenvolver".

MEPES- guarde bem este nome! significa: Movimento Educação Promocional do Espírito Santo.

Nele estão integradas várias personalidade do Estado e do Município.

Contamos com a sua participação.

Colabore portanto com a Pesquisa Social que breve será aplicada na sua Comunidade.

Fornecendo os dados solicitados voce estará participando da primeira fase do Movimento.

Aguarde nosso visita..**

. . . . . .

As fichas usadas,se não podem ser consideradas como modelo mais perfeito possível,não deixam,porém, escapar e colhem os dados mais significativos da realidade local: do ponto de vista familiar,educacional,da saúde, do trabalho,da moradia,da situação econômica e religiosa....

Este levantamento sócio-econômico foi realizado em Novo do Sul,Iconha,Piúma e Anchieta. Infelizmente não atingiu Alfredo Chaves,porque findou antes o tempo de disponibilidade das assistentes sociais,segundo convênio com a LBA.

Como fruto desta pesquisa existem as publicações:

1- Documento síntese da pesquisa Sócio-Economica aplicada no Município de Rio Novo do Sul.
2- Idem para....Iconha.

3. Levantamento dos recursos Comunitários- Iconha (impresso)
4. Idem para Rio Novo do Sul (mimeografado).

Os dados dos dois primeiros documentos foram computados e processados pela A.E.S. de Padova (Itália). Existem nos arquivos do MEPES os dados coletados em Piúma e Anchieta, que não chegaram porém a serem processados e nem publicados.

2. Iniciativas Comunitárias Intermunicipais

Com a finalidade de atingir as Comunidades na divulgação de sua filosofia de união e colaboração mútua e para estreitá-las e entrosá-las mais (superando às vezes uma infelizmente muito arraigada mentalidade"bairrista", antagonísmos estéreis separações existentes) o MEPES lançou outras iniciativas comunitárias de âmbito intermunicipal, dignas de relevo,que,além de conseguir sua finalidade"propagandística"(todo mundo se pergunta va o que era o MEPES,se informava....)sem dúvida"marcaram" nossas comunidades e conseguiram-globalmente-os objetivos prefixados....

Foram elas:

a- Torneio da Amizade
b- Tardes esportivas da Mocidade
c- Torneio de Futebol de Times do interior
d- Concurso de Show e artes várias
e- Concurso"Rainha do MEPES"
f- Taça AMIZADE - MEPES 70.

A tarefa de realizar tudo isso não foi fácil,porque,além de existirem antagonismos exagerados e divisões, nosso povo não brilha muito por uma cuidadosa e séria programação,custando a se encontrar e reunir,não tendo muito espírito de organização,...É só dizer que os times de duas cidades mesmo sendo bem vizinhos não realizavam uma partida entre si há mais de 6 anos,porque a última partida tinha acabado numa pancadaria geral.... É só salientar que nas reuniões em que deviam estar os 16 representantes dos times,quando muito estavam presentes 8 ou 10; em outras em que deviam estar presentes os 5 municípios,às vezes estavam 2 ou 3....

Mesmo assim, pela constância da Coordenação e pelo desdobramento de esforços dos Comites locais,tudo chegou a bom termo,os resultados foram satisfatórios e algumas destas iniciativas se caracterizaram como verdadeiros sucessos, como a "Taça da Amizade" ou a "Rainha do MEPES".

A mensagem apresentada em todas essas iniciativas,mesmo contando com um sadio espirito antagônico e com o brio das"torcidas" em favor das próprias candidatas ou atletas,era sempre uma mensagem de entrosamento,amizade e camaradagem. Os documentos que seguem demonstram bem o espírito com que se promoviam as atividades.

segue o documento.....

MEPES DE RIO NOVO DO SUL - PROMOVE F E S T A

O Comite do MEPES de Rio Novo do Sul no intuíto de promover um sempre maior entrosamento entre as Cidades Abranjidas pelo MEPES e para.... realizar algo,do ponto de vista financeiro em vista da construção da Escola Agrícola"Osmar Longuine e para difusão de sua própria filosofia o Mentalidade Comunitária.

C O N V I D A

PARA ESTAS MANIFESTAÇÕES

Dia31 de agosto de 1968

Das 14:00 às 18:00 h. - TARDE ESPORTIVA DA MOCIDADE

* Torneiro de Volcy Feminino entre as Equipes de: Anchieta, Alfredo Chaves,Iconha, Rio Novo do Sul.

* Torneio de Voley Masculino entre as Equipes de: Affredo Chaves- Anchieta- Piúma Rio Novo do Sul.

Das 21:00 às 24:00 h - Festa da escolha e Coroação das candidatas de Rio Novo do Sul à Rainha do MEPES 1968 com Baile e a presença do conjunto " Los Chicos"de Anchieta.

Dia 1º de Setembro

Das 09:00 às 15:00 h - Torneio de futeboï entre as equipes do terior do Rio Nove do Sul,como preliminar à partida.

ESPORTE C.ITAPOAMA x SÃO CRISTOVÃO F.C.DE VITÓRIA.

Barraquinhas, Brincadeiras, Churrasquinhos, Cachorro Quente. Grandioso Bingo de 2 Garrotes NCr$ 1,00

Inicio às 21:00 h - Grandioso Baile pelo aniversário do Esporte Clube Itapoama.

Presidente: Justino Mameri - Secretário: Ademir Freitas Neves

Tesoureira: Rosa de Freitas Rocha.

O MEPES de Alfredo Chaves promove uma grandiosa

F E S T A D A J U V E N T U D E

O Comitê de Propaganda do MEPES de Alfredo Chaves e a Juventude Alfredense. Convidam o povo Alfredense e o povo das cidades vizinhas para comparecerem em Alfredo Chaves às variadas e interessantes manifestações da Festa da Juventude cujo Programa aqui anunciamos:

P R O G R A M A

Dia 21 de setembro - Sábado -

Das 13:60 às 18:00 h - Tarde esportiva. Partidas Finais e decisivas do torneio de voley feminino entre as equipes de Iconha, Rio Novo do Sul, Anchieta e Alfredo Chaves; e partidas Finais e decisivas do Torneio de Voley Masculino entre as equipes de Piúma, Anchieta, Iconha, Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul.

22:00 h - Inicio da Festa da Escola e Coroação da Rainha do MEPES 1968, entre as Candidatas Vencedoras do mesmo Concurso nas Cidades de Anchieta, Iconha, Piúma, Rio Novo do Sul e Alfredo Chaves.

A festa será abrilhantada com a presença do conjunto "OS INQUIETOS" de Linhares, o melhor conjunto do Norte do Rio Doce.

Dia 22 de setembro Domingo

67:00 h - Missa
10:00 h - Missa da juventude, concelebrada pelos Padres: Humberto Pietrogrande, Presidente em exercício do MEPES; Pe. João Confalonieri, Vigário de Rio Novo do Sul e Pe. Luiz Gonzaga Macía, Vigário de Alfredo Chaves.

Leilões - Barraquinhas - Cachorro quente - Grandioso Bingo de 2 Garrotes.

Das 13:00 às 17:30 h - Torneio de Futebol reunindo 3 equipes do Interior e o E.C. Alfredo Chaves.
18:00 h - Procissão
19:00 h - Hora social com diversas atrações: Sketches, números musicais, etc.

Dois Ases Paraquedistas darão ainda mais brilho as Festividades

Visto: O Comitê do MEPES de Alfredo Chaves.

- Art.1º e Nota do Regulamento do Torneio da Amizade (1968)

" Art.1º - Será realizado um torneio chamado"Torneio da Amizade" entre as Equipes de Futebol das 4 cidades: Rio Novo do Sul, Anchieta, Iconha e Alfredo Chaves.

Nota: Este torneio, promovido pelo MEPES, visa construir um espírito de amizade e de Comunidade nesta Região. Daí o título. E não queremos que a "amizade" fique só no título do Torneio....."

- Na mensagem (Introdução)que apresenta o Calendário da Taça- AMIZADE - MEPES -70:

" no intuito de promover uma maior integração das comunidades...."

" Saíremos mais amigos"

" o nome taça-Amizade seja um símbolo e uma realidade....".

Conseguiu-se a "novidade" ou o inédito" de até entrosar times do Interior com os da Cidade, de cidades"grandes"com - pequenas" (e nesses casos as Vitorias dos favoritos nem sempre foram fáceis e se deu até alguma "zebra"....).

O apelo e a propaganda para a"Filosofia do Serviço" ficou ainda mais patenteado no Concurso"Rainha do MEPES" em que o Regulamento estabelecia este critério de avaliação:

Nota: de 0 a 60 - avaliando os serviços prestados à comunidade pela candidata,
de 61 a 90 - avaliando beleza, elegancia e simpatia.
de 91 a 100 - avaliando o desembaraço e conhecimento demonstrados pela candidata numa"entrevista" com os membros do Juri.

Não era o fator beleza física que decidia entre as candidatas qual deveria ser a Rainha ou as Princesas, mas, este era também computado subordinado a outros valores: o serviço à comunidade e a desenvolvimento cultural.

- Torneio da Amizade 1968

Incluiu quatro times de futebol das Cidades da área (sem Piúma). Houve quatro rodadas nas quatro cidades. Em Rio Novo do Sul (1º de maio); Alfredo Chaves (último domingo de maio) Iconha (30 de junho) e Anchieta (04 de agosto).

Cada rodada tinha um Campeão e um Vice-Campeão e a contagem dos pontos era:

0 pontos perdidos para o Campeão(que levava a Taça para a sua Cidade);
2 pontos perdidos para o vice-Campeão
4 pontos perdidos para o Terceiro colocado
6 pontos perdidos para o Quarto colocado.

Campeão era o que ganhava as duas partidas. Vice-Campeão o que perdia a segunda, mas tinha ganhado a primeira. O terceiro colocado, o que ganhava a segunda partida mas tinha perdido a primeira e o quarto colocado quem perdia as duas partidas.

Acabou ganhando e ficando definitivamente com a Taça Itapoama F.C. de Rio Novo do Sul. O sucesso é medido por esta constatação: na rodada realizada em Rio Novo do Sul houve uma arrecadação de Nc 394,00 (verdadeiro "record" naqueles tempos).

- Tardes Esportivas da Mocidade (1968)

Foi dada a preferencia ao Voley, Masculino e Feminino. Desta vez estava incluída também a Cidade de Piúma, com sua Equipe Masculina. A animação das Torcidas era realmente impressionante.

Acabaram vencedores as Equipes Femininas e Masculina de Alfredo Chaves.

- Torneio de Times do Interior (Rio Novo do Sul, 1/9/68

Muito raramente os times do "interior" tinham a possibilidade de pisar nos gramados dos campos ou estádios das Cidades. Até isso conseguimos: seis times do Interior foram "os donos da bola" num belo espetáculo futebolístico. Quem esperava uma pelada, ficou decepcionado.

Os times participantes foram: Capim Angola (campeão) Cachoeirinha (Vice-Campeão) Quarteirão (3º colocado); São Vicente e Sapucaia (eliminados na rodada de seleção) São Caetano (apresentou-se com atrazo).

O premio para o Campeão foi Cr$ 35,00 para o Vice-... Cr$ 15,00. Imagine....

- Concurso de Show e artes várias-(Anchieta, dez.1968)

Este inédito espetáculo também foi programado para unir cada vez mais as comunidades dos cinco municípios. Todas as cidades participaram. Houve regulamento, inscrições, etc...

Houve números de teatros (esquetes, poesias, musicas, canto coral e individual), mímica e até "vale tudo" balet, marionetes, etc.

Cada artísta (ou grupo artístico) recebeu um prêmio, em correspondência à sua colocação.

- Anchieta ganhou em teatro- mimica e vale tudo acumulando 231 pontos (1º lugar);
- Alfredo Chaves acumulou 187 pontos (2º lugar
- Iconha - ganhou em coral e Poesia acumulando 163 pontos (3º lugar).
- Rio Novo do Sul- ganhou em musíca 116 pontos.

- Concurso Rainha do MEPES

Pode-se dizer que foi o ponto alto das iniciativas, porque contou com a participação de todas as cidades e foi realizado sucessivamente em sedes diferentes por 3 vezes (1968/1969/1970).

Cada comunidade realizando uma festa "local" selecionava suas candidatas (3) e estas eram apresentadas para a festa final.

As sedes das finais foram:

- em 1968 - Alfredo Chaves
- em 1969 - Rio Novo do Sul
- em 1970 - Iconha.

É o seguinte o regulamento utilizado para o concurso:

REGULAMENTO PARA O CONCURSO DE RAINHA DO MEPES

I - Do Objetivo

a)- O concurso de Rainha do MEPES terá por objetivo a promoção e divulgação da filosofia e idéias do MEPES através de um acontecimento social marcante, realizado em uma das comunidades da área do MEPES;

b)- Fica estabelecido o dia 21 de setembro de 1968, como data para a realização do 1º Concurso de Rainha do MEPES, assim como a cidade de Alfredo Chaves o local para esta realização.

c)- Pretendendo-se manter o MEPES em estreito contato social com as comunidades de sua área de ação, propõe-se, seja este concurso realizado anualmente no mês de setembro, fazendo-se um rodízio entre as comunidades participantes para local de realização.

Das Candidatas

a)- Somente poderão concorrer moças residentes dentro da área de ação do MEPES.

b)- De cada município abrangido pelo MEPES, deverão concorrer o máximo 3 candidatas e no mínimo 1.

c)- As candidatas deverão fazer sua inserição junto ao respectivo Comitê local de seu município.

d)- As candidatas poderão representar alguma entidade (clube, escola, etc.).

Das responsabilidades do Comite local

a)- O comite local deverá apresentar ao comite local organizador as fichas de inscrição e de Ação Comunitária das candidatas, até 6 dias antes da realização do concurso.

b)- No caso de serem inscritas mais de 3 candidatas o Comitê local fará a seleção, como julgar conveniente, tendo em vista os objetivos e critérios de julgamento contidos neste regulamento.

c)- O Comitê local se obriga a confeccionar, com bases em entrevistas no ato da inscrição, uma ficha, contendo trabalhos de ação comunitária, da respectiva candidata. Para esta entrevista este regulamento apresenta em anexo uma relação de aspectos considerados como ação comunitária, e exemplo da ficha.

d)- O Comitê local deverá apresentar ao Comitê loca organizador um membro para a Comissão julgadora. Este membro deverá ser da área de ação do Comitê local que o apresento.

Das responsabilidades do Comitê Local Organizador

a)- Cabe ao Comitê local organizador, organizar e levar a execução, o baile e suas implicâmcias para a realização do Concurso,

b)- Cabe ao Comitê Local organizador elaborar as perguntas para a entrevista às candidatas, quando da realização do concurso.

c)- Cabe ao Comitê local organizador escolher 3 membros, fora da área de ação do MEPES para completar a comissão julgadora.

d)- Cabe ao Comitê local organizador elaborar normas, fórmulas e critérios para o julgamento das candidatas à Rainha do MEPES, pela comissão julgadora.

f)- No caso de serem inscritas mais de 3 candidatas da área de ação do Comitê local organizador, este deverá fazer a seleção como julgar conveniente, tendo em vista os objetivos e critérios de julgamento contidos neste Regulamento.

g)- Cabe ao Comitê local organizador orientar a comissão julgadora através de um assessor designado para tal.

h)- Cabe ao Comitê local organizador resolver os casos omissos que surgirem reservando-se o direito de apresentação de sugestões por parte dos demais comitês locais.

Da Comissão Julgadora

a)- A comissão julgadora será constituida por 8 membros, sendo 5 de dentro da área de ação do MEPES, respectivamente 1 de cada município e 3 de fora da área de ação do MEPES, sendo estes convidados pelo comitê local organizador.

b)- Cabe à comissão julgadora, julgar as candidatas de acordo com as normas, formulas e critérios recomendados pelo comitê local organizador e por este regulamento.

c)- Cabe à comissão julgadora, escolher entre seus membros um coordenador, o qual apresentará ao assessor do comitê local organizador as dúvidas existentes assim como os resultados do julgamento já computados.

Do critério do Julgamento

a)- As candidatas serão julgadas observando-se os seguintes aspeço e entrevista.

b)- O aspecto referente a ação comunitária deverá ser julgado pela comissão julgadora antes da apresentação das candidatas, através da respectiva ficha de ação comunitária da candidata.

c)- O julgamento deverá ser realizado de acordo com as normas, fórmulas e critérios estabelecidos pelo comite local organizador.

Da contagem de pontos

a)- Beleza, simpatia e elegância - 1 - 30 pontos
b)- Ação Comunitária..... - 1 - 60 pontos
c)- Entrevista..... - 1 - 10 pontos

TOTAL..... - 100 pontos.

.....

- Taça da Amizade M.E.P.E.S "70"

Pode ser considerado o fecho de ouro das atividades que o movimentaram nossas comunidades nos saudosos tempos de 1970.

Aproveitamos o entusiásmo dos"90 milhões em ação" e da conquista do "Tri" pelo Brasil,no México, o MEPES lançou-se numa façanha à primeira vista inviável, mas que que acabou dando certo.

Entrosamento dos times grandes com os pequenos,das cidades e do interior, misturando-se no mesmo grupo times de fiferentes cidades eram idéias que pareciam uma verdadeira utopia.

Mas não foi assim! Vejamos a mensagem de Introdução que dá a tônica do torneio.

Eis o Documento

I N T R O D U Ç Ã O

O M.E.P.E.S. (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), no intúito de promover uma maior integração das Comunidades que fazem parte da área em que ele atua, (Rio Novo do Sul,Iconha,Piúma, Anchieta, Alfredo Chaves) promoverá nos meses de outubro e novembro próximos, um Campeonato de Futebol (á imitação do Campeonato do mundo!) com o nome de " TAÇA DA AMIZADE ... MEPES 70".

Depois da primeira iniciativa, (o Torneio da Amizade), realizado em 1968 com somente 4 equipes, agora estão em luta para a conquista da Taça, nada menos do que 16 equipes, seguindo o Calendário aqui impresso. Com a ampliação do número dos concorrentes, visamos uma integração mais ampla: a das Equipes das Sedes com as Equipes do Interior.

Temos certeza que a iniciativa irá empolgar os meios Esportivos da nossa área toda, por se tratar de um torneio de Futebol, o esporte das Multidões.

É claro que a finalidade da integração, amizade e alegria esportiva, dependerá da atitude realmente "esportiva" ou seja da combatividade mas também da lealdade e camaradagem de todos os Dirigentes, Jogadores e Torcidas.

Como no Brasil, na última Copa Jules Rimet, deu uma lição extraordinária e indiscutível de luta dentro da mais leal e singela esportividade, assim esperamos que se distingua essa nossa Copa do Mundo-MIRIM.

E por isso chamamos de TAÇA Amizade.

Seja isso um simbolo e uma realidade.

.....

As oitavas foram realizadas em 3 rodas iniciais jogadas ao mesmo tempo em 4 diferentes cidades-sedes: Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha e Rio Novo do Sul. (Time "Escama" de Piúma não tendo campo cercado foi hospede em A. Chaves e acabou ganhando o 1º lugar no seu grupo) o time Piúma F.C. de Piúma foi hospede em Rio Novo do Sul.

As quartas foram também realizadas em 4 cidades (uma partida em cada cidade).

A Semifinal foi realizada em Rio Novo do Sul (2 partidas).

A Final foi realizada em Alfredo Chaves num clima realmente dramático porque os times acabaram empatando no fim do tempo regulamentar e também no fim do tempo suplementar. Até a 1ª série de penaltics acabou com um empate.

Resultado final

1º- Rio Novo do Sul- Campeão (Taça)
2º- Iconha - Vice-campeão (troféu)
3º- Escama de Piúma (3º colocado-troféu)

A comissão organizadora teve que fazer milagres: ver o regulamento, convocações reuniões, enviou nada mais que 13 circulares, tomava conta das rendas e informava com exatidão as quantias que cabiam a cada time.

Interessante saber que houve uma renda-record (350,00) e que a renda dos vários Estádios entrava numa caixa comum e era repartida de maneira interessante:

75% aos times visitantes
15% aos times locais
10% à comissão organizadora.

A pequena parte que cabia à comissão organizadora cobriu todas as despesas da organização.

Globalmente falndo, o torneio saiu com nota quase 10. Houve umas ausências (somente 4 em 32 partidas), recusos dos times e decisões (até drásticas) da Comissão Organizadora, mas isto sempre acontece em torneios.

Certo é que muitos têm saudades. E sempre surge perguntas "Quando é que vamos fazer outro daques Torneios?

E não só dos torneios, mas das outras iniciativas ficaram saudades.

Vamos repetir????....

. . . . . .

2- Segue o DAC

Á medida que as iniciativas iam crescendo, que o embrião lançado pelas atividades comunitárias foi amadurecendo, o MEPES viu-se na necessidade de criar uma estrutura administrativa e funcional que garantisse a eficiência do seu trabalho. Entre os departamentos que se criou surgiu também o DAC (Departamento de Ação Comunitária). A mola mestra do MEPES é realmente a ação Comunitária. Nenhum departamento (EFAs, CFR, CCS, Intercâmbio) faria algo de estritamente coerente com o MEPES se se despreocupasse do valor comunitário. Entretanto, como alguns serviços são já amadurecidos e definidos, ficam a cargo de Departamentos próprios, reservando-se ao DAC a tarefa de despertar as Comunidades para as atividades, motivá-las, sustentá-las no esforço comum para a solução de seus problemas e acompanhar algumas atividades específicas.

3- Atividades específicas do DAC

3.1. Grupos de Financiamento de Tratores:

É um projeto que visa oferecer aos agricultores oportunidades de adquirir equipamentos modernos de alto reflexo na produtividade agrícola e mobilizar a ação cooperativa pela aquisição e uso de equipamentos de alto valor, individualmente inacessíveis.

Para oferecer esta possibilidade aos agricultores foi realizado um convênio com a MISEREOR(Alemanha) que garantiu recursos ao MEPES para a compra dos tratores para os 4 grupos iniciais e a constituição de um fundo rotativo para a aquisição de novos tratores:

O projeto conforme o documento original é o seguinte:

Documento nº 2

Organização e Funcionamento dos Grupos de Financiamento de Tratores.

1- Objetivos

A atividade a ser iniciada pelo MEPES, de financiamento de tratores para grupos de agricultores, reveste-se de grande importância porque, se se mostrar válida, constituirá a solução de um grande problema da agricultura capixaba: dotar as pequenas propriedades dos meios modernos de produção, ainda que seja escassa a capacidade de capitalização do nosso agricultor.

Os objetivos do presente sistema podem ser assim definidos:

a)- Oferecer aos agricultores oportunidades de adquirirem equipamentos modernos de altos reflexos na produtividade agrícola;

b)- Mobilizar a ação cooperativa pela aquisição e uso conjunto de equipamentos de alto valor, inacessíveis individualmente;

c)- Propiciar aos agricultores treinamentos práticos em administração agrícola, através de processos práticos de programação e contrôle do uso dos equipamentos financiados.

2- Organização

O MEPES financia a preço de custo, com reserva de domínio, o trator com implementos, a um grupo de agricultores.... (GFT) sediados na área de influência da escola-família.

Os componentes do GFT usarão o trator segundo um programa de utilização elaborado anualmente e revisado trimestralmente, pagando por hora trabalhada. Esta, será calculada e cobrada levando em conta a depreciação, das máquinas, tudo isto com valores corrigidos frequentemente tomando-se por base as máquinas novas e o preço de combustível e lubrificantes.

A amortização das máquinas será feita com os recursos destacados do valor da hora paga, correspondente à parcela de depreciação.

A parcela correspondente à reposição de peças e reparos constituirá um fundo para tal fim. Complementado com recursos dos agricultores sempre que for insuficiente (complemento rateado, proporcional ao uso).

A parcela para manutenção será consumida diretamente no uso das máquinas.

A propriedade das máquinas ficará repartida entre os componentes do grupo, proporcional ao uso das mesmas, através das amortizações parceladas das horas pagas. Neste caso, as normas de utilização deverão atender às condições evitando-se que a propriedade se concentre em poucas mãos.

A administração do uso e da manutenção das máquinas será, inicialmente, feita pela direção da escola-família.

Deverão ser ministrados treinamentos para uso e conservação de máquinas e o GFT se reunirá frequentemente para os acompanhamentos e trocas de idéias necessárias.

A partir da metade do tempo previsto de financiamento, o GFT assumirá a administração do uso e conservação das máquinas, ficando a direção da escola-família apenas com a administração financeira e orientação do GFT.

Ao término do treinamento serão rateadas entre os membros do GFT as sobras porventura existentes do fundo, para reposição e reparos, como também, se for o caso, as dívidas não somente do fundo mas de qualquer natureza, relacionadas com as máquinas.

3- Grupos de Financiamento de Trator (GFT)

Os grupos serão formados e orientados pelas escolas-famílias.

Inicialmente só poderá haver 1 GFT por escola, razão porque se deverá ter todo cuidado para sua formação. Do êxito dos primeiros 4 GFT que serão formados, dependerá a continuidade e evolução do sistema.

a)- Seleção dos Agricultores

Poderão participar somente agricultores cuja dedicação à agricultura seja no mínimo de 80%;

Deverão ser proprietários ou, excepcionalmente meeiros e arrendatários. Mas não poderão ser assalariados;

Cada agricultor deverá ter um gasto previsto mínimo de 30 horas e máximo previsto de 100 horas, por ano;

Os futuros componentes deverão estar aglutinados num raio de ação superior a 15 quilometros.

b)- Tamanho do Grupo

O tamanho do grupo foi determinado pelo uso médio anual do trator de 1000 horas.

Desta forma, considerando a área mecanizável média do Sul do Estado encontramos um tamanho ideal de 15 componentes, número este que satisfaz, também, as condições boas para a ação grupal.

c)- Organização do Grupo

Inicialmente a direção da escola-família fará uma divulgação pessoal do sistema, atendendo ao disposto no ítem b.

Obtido o número ideal, inicia-se uma série de reuniões para tratar dos seguintes assuntos:

- A realidade da agricultura capixaba com suas características de escasso uso de tecnologia e baixa capitalização;
- A ação cooperativa suas vantagens e seus problemas;
- O sistema de financiamento de trator e implementos;
- Esclarecimentos sobre o uso, rendimento e custo de máquinas agrícolas;

A esta altura espera-se que o grupo já tenha conhecimento e consciência bastante para saber o que irá fazer. Daí, assinam as solicitações de financiamento e termos de responssabilidades e compromisso às condições estabelecidas.

No período seguinte será feito um curso de treinamento para os componentes do Grupo sobre técnicas de uso e conservação de máquinas agrícolas.

Alguns dias antes de receberem as máquinas o grupo se reunirá exclusivamente para eleger o líder que representará o grupo junto à escola e será o coordenador do trabalho das máquinas;

Eleger 2 responsáveis para Tesouraria e Assistência Mecânica respectivamente;

Decidir sobre o tratorista;

Com as máquinas em atividades o grupo deverá se reunir mensalmente na época de uso intenso e, trimestralmente, em condições normais.

Em todas as reuniões, os assuntos tratados serão inscritos em atas, assinadas por todos os membros ou no mínimo, por 80% dos membros.

4- Equipamentos e Máquinas

Será oferecido, inicialmente, o trator de roda potência de 40 a 45 HP com implementos básicos a saber:

- Carreta para 3 toneladas;
- Arado de 3 discos de 26 polegadas;
- Grade de 24 disco de 18 polegadas.

Em áreas de criação de gado e grade poderá ser trocada por roçadeira.

Acompanharão também, os seguintes materiais:

- 2 tambores de 200 litros;
- 1 bomba de lubrificação manual;
- 1 bomba tubular para tambor;
- Ferramentas do trator.

Será financiado, também, até o total de 3 salários mínimos, a construção de um galpão. Construído sobre esteios de madeira e telhado de telha francesa, medindo 4 x 7. Localizado na propriedade do componente do GRT, mais centra., ou responsável pela assistencia técnica.

RECURSOS

1- Convênio MISEREOR/MEPES

. . Com a aprovação da solicitação do MEPES à MISEREOR existe U.S.$ 40.000 em disponibilidade com a seguinte destinação:

- Aquisição de 4 tratores equipados para financiamento a grupos de agrícultores.....U.S.$ 32.000
- Aquisição de 4 microtratores completos para as atuais escolas em funcionamento.....U.S.$ 8.000

Esta prevista aplicação das amortizações dos 4 tratores grandes,na compra de micro-tratores para as escolas novas,enquanto se aguarda o resultado destes financiamentos.

Atualmente julgamos inoportuno aguardar 1 ano para dar continuidade ao sistema de financiamento, uma vez que em 5 meses de financiamento se terá uma indicação razoável para decidir sobre a continuidade.

Portanto a constituição de um fundo rotativo poderá(se o sistema tiver êxito) ter inicio 5 meses após o funcionamento do sistema.

2- Fundo Rotativo

Este fundo será alimentado pelo pagamento das amortizações dos financiamentos de tratores e equipamentos para novos grupos de agrícultores. Será administrado pela direção do MEPES que o movimentará exclusivamente para o seu objetivo.

Seus recursos serão depositados a prazo fixos ou usados na aquisição de títulos de rentabilidades garantidas, de maneira que o seu capital não sofra a delapidação inflacionária.

Esperam-se outras adições de capital para o futuro mas, nas atuais condições,as amortizações de 4 tratores serão suficientes para compra de 1 trator por ano.

(extraído do "Projeto dos GFT - MISEREOR -1972).

. . . . . .

O contrato de compra e venda foi elaborado da seguinte forma:

Documento nº 3.

Contrato de compra e venda que realizam entre si o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo e o grupo de 12 agrícultores da Localidade de Pongal,Município de Anchieta.

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, doravante denominado MEPES,neste ato representado pelo seu presidente P.Humberto Pietrogrande e o grupo de agrícultores constituí

do pelos Senhores.....,doravante denominado grupo,neste a-
to representado pelo Dr:.....,estabelecem o presente contrato
de compra,pelo grupo, e venda,pelo MEPES,de um trator Massei Fer-
guson 65 X motor nº.....,um arado MF de 3 discos de 26 polegadas,
uma grade MF de 24 discos de 18 polegadas e uma carreta marca....
de 3 toneladas,tudo isto denominado Equipamentos,que será regido
pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA:

A venda é financiada pelo prazo de 4 anos,com reserva de domínio do equipamento.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor do equipamento é de Cr$ 39.000,00, trimestralmente reajustado segundo seu valor atualizado.

CLÁUSULA TERCEIRA

A amortização será em parcelas mensais,estabelecidas da seguinte forma: Os agricultores pagarão as horas trabalhadas,cujo valor é determinado pela formula $C_h - P_a + P_r + C_o$ em que P_a é a parcela de amortização igual ao custo atualizado do equipamento multiplicado pelo fator 1.1 e dividido por 4.000; P_r igual ao custo atualizado do equipamento multiplicado pelo fator 0,7 e dividido por 4.000, e C_o igual ao custo do combustível e lubrificante por hora de funcionamento.

Ao final de cada mês será recolhido ao MEPES o total das parcelas de amortização (P_a) das horas trabalhadas,constituindo esta parcela a amortização mensal.

PARAGRAFO ÚNICO - A liquidação do débito será em 5 parcelas anuais,correspondendo cada uma a 25% do valor atualizado do equipamento.

CLÁUSULA QUARTA

Após a liquidação o MEPES emitirá um documento de quitação em nome dos efetivos constituintes dos Grupos,com os respectivos quinhões de propriedade de equipamento rateados proporcionalmente à utilização do mesmo.

PARAGRAFO PRIMEIRO- As horas trabalhadas para não componentes do grupo terão as respectivas parcelas de amortização proporcionalmente distribuídas entre os componentes do grupo segundo as horas efetivamente trabalhadas para cada um.

PARAGRAFO SEGUNDO - Em casos de desistências de um componente não caberá ao MEPES qualquer devolução de parcela amortizada. Caberá aos restantes componentes absorverem proporcionalmente estas parcelas,ficando o acerto entre o grupo e o desistente.

CLÁUSULA QUINTA

O grupo se obriga a:

- Conservar o equipamento em bom estado de funcionamento e conservação;

- Seguir as normas de utilização e conservação estabelecidas pelos fabricantes do equipamento;

- Atender, pontualmente, o preenchimento e a remessa do formulário fornecido pelo MEPES;

- Remeter, mensalmente, para o MEPES o valor das parcelas de amortização das horas trabalhadas;

- Credenciar o coordenador do grupo para representá-lo junto ao MEPES;

- Comunicar ao MEPES qualquer alteração quanto aos componentes do grupo, bem como alterações quanto à participação nas parcelas de amortização;

- Movimentar em conta conjunta, com o MEPES, o saldo bancário oriundo dos depósitos das parcelas de reposição e reparo;

- Somente movimentar o equipamento com o orômetro do trator em perfeito estado de funcionamento.

CLÁUSULA SEXTA:

O MEPES se obriga a:

- Fornecer ao Grupo, trimestralmente, o valor da hora trabalhada a ser cobrado durante os 3 meses subsequentes;

- Fornecer ao grupo documento de quitação pelas parcelas anualmente saldadas, bem como a composição percentual da propriedade do equipamento entre seu componentes;

- Devolver ao grupo o valor do custo operacional (C_o) das horas trabalhadas que lhe foram entregues;

- Assessorar o desenvolvimento administrativo do grupo;

- Movimentar, em conta conjunta, com o grupo, o saldo bancário oriundo dos depósitos das parcelas de reposição... (P_r).

CLÁUSULA SETIMA

Na liquidação total do financiamento, após saldadas todos os débitos e obrigações, havendo ainda saldo das parcelas de reposição ; esta será totalmente entregue ao Grupo.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o foro de Anchieta para dirimir qualquer digsídio entre as partes.

E assim ajustados, firmam o presente contrato em 3 vias de igual teor.

Anchieta, 15 de março de 1973.

Pelo MEPES.

Pelo Grupo.

Testemunhas:(3).

.....

3.2. Associação de Bananicultores do E.S. (ABES)

Nasceu em 1971 do contato das famílias de Rio Novo do Sul com a Escola-Família. Surgiu do desejo de ajudar ao agricultor na comercialização da banana e no crescimento técnico. Pode-se apreciar sua organização através do seguinte documento:

Documento nº 4.

Histórico Sintético da ABES

A ABES é a Associação de Bananicultores do Espírito Santo. Foi fundada no mês de novembro de 1971, depois de 4 meses de trabalho educacional com alguns agricultores de Cachoeiro, Rio Novo do Sul e Iconha, para ajudá-los a enfrentar de um modo novo e mais responsável, os interesses e as necessidades dos agricultores da região. Suas finalidades são de ordem social, técnica e econômica. A finalidade imediata é a comercialização direta da banana, pelos agricultores, para alcançar melhores preços e melhorar a qualidade das culturas, tornando-os autonômos nas decisões organizativas que lhes pertencem. Junto com estes trabalhos, a ABES tem como base as seguintes finalidades sociais que resultam de um dos documentos iniciais:

Art.1º- A Associação dos Bananicultores deverá basear-se principalmente no espírito de confiança entre os associados partindo do princípio de que todos somos iguais e com os mesmos direitos. Em segundo lugar pelo respeito ao outro, não olhando posses e bens, mas a pessoa humana. Os cargos e direção, necessários ao bom andamento da associação, deverão ser tomados como serviços e não como meios de promoção pessoal.

Art.2º- Para isto a Associação não se limitará aos objetivos da comercialização e consumo (compra e venda dos produtos), mas pretende desenvolver também um trabalho educacional junto aos agricultores e comunidades rurais, tendo em vista a promoção integral do homem do campo. (*) Estatutos da Associação dos Agricultores para a comercialização da banana, Rio Novo do Sul .... 1971.

Um outro documento feito depois do trabalho de grupo com os agricultores, completa a visão da ABES do ponto de vista dos agricultores.

" A união de nós agricultores, sem dúvida aumentará a nossa renda econômica e poderemos assim, educar nossos filhos, dar condições de sobrevivência mais digna à família e elevar o nível social da mesma.

Só unidos poderemos comercializar a nossa produção agrícola, transportando-a diretamente ao mercado, de modo a defender melhores preços.

Uma vez a Associação bem estruturada, não se limitará somente aos objetivos da comercialização e consumo, mas pretendemos também desenvolver um trabalho educativo e comunitário junto as nossas comunidades rurais, responsabilizando-as a solucionar seus próprios problemas.

Documento nº 5

Carta aos Associados da ABES

Senhores Associados:

Apresentamos aqui, os resultados obtidos no exercíco de 1974, ano em que nossa Associação passou por duas grandes crises, que afetaram sobremaneira sua situação econômica e principalmente no quadro de sócios.

Após duas grandes crises e decepção, a ABES vai se reestabelecendo e já arrumando a casa novamente, para uma nova vida.

Graças ao espírito associativista de muitos e o esforço pessoal de alguns, a ABES já está reestabelecendo seu setor de comercialização e parte para uma organização empreendedora e já em vias de legalização.

Com a participação ativa de todos os sócios, esperamos que em 1975 seremos capaz de levar benefícios reais aos Associados.

FORNECIMENTO: - O fornecimento de banana aos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, totalizaram no presente exercício a quantidade de 1.920.130 Kg e a importância de Cr$ 924.722,00.

Assinado por:

João Batista Martins - Tresp. Reorganização ABES.
Raphael Luiz Fachim - Resp. Comercialização.

(extraído do Relatório Exercício de 1974).

. . . . . .

Chegou a conseguir uma loja no CEASA do Rio de Janeiro, em 1975. Mas, nem assim conseguiu equilibrar sua situação. Em ...., 19/10/75 após uma assembléia geral dos sócios, avaliando a situação (resistência ao trabalho cooperativo, interesses pessoais, predominando desconfiança de alguns) decidiu-se encerrar suas atividades restando dela, em alguns agricultores a consciência do valor do trabalho cooperativo e a união espontânea de alguns bananicultores.

. . . . . .

3.3- Centro Comunitário Alvorada

Num projeto de ação conjunta uniram-se:Paróquia,Prefeitura,pessoas residentes em Anchieta e o [illegible] para criar e manter o Centro Comunitário Alvorada.
Situa-se no bairro da Restinga.Seu objetivo é a promoção social da família,naquele bairro.
Iniciou seus trabalhos em 1973,tendo conseguido adquirir a propriedade em julho de 1974,com a doação do"Natal Comunitário".
Neste Centro funcionam atividades diversas,sendo as mais destacadas:

1)- a formação familiar e social no bairro (cursos,encontros,visitas,promoções);

2)- a assistência ao pré-escolar(através de recursos da - UFPE-LBA)para alimentação e orientação educacional - das crianças.

. . . . . .

3.4- Cursos e encontros

Parte importante do trabalho do DAC é a realização de cursos e encontros.
Em pequenos centros do interior, desde 1969,- são levados cursos de diversas naturezas,visando:

- aprimoramento da vida familiar e social;

- dar noções básicas de economia doméstica e higiene;

- motivar,criação da EFA de Economia doméstica;

- promover a mulher do campo;

Muitas comunidades já receberam cursos.Outras estão ainda recebendo. A dinâmica visa favorecer o entrosamento entre as famílias e comunidades. A duração varia conforme fatores diversos(tipos de participantes,nº,tipos de aprendizagem,etc). Os programas desenvolvidos são os seguintes:

1- Curso sobre alimentação:

a)- Roda da Saúde
b)- Funções dos alimentos no organismo.
c)- Ovos,carnes,vísceras,peixes.
d)- Cereais,farinha,açucar
e)- Hortaliças,frutas.
f)- Receitas (aulas práticas).

2- Higiene e Primeiros Socorros

a)- Família e Comunidade
b)- Roda da vida
c)- Farmácia caseira
d)- Curativos
e)- O doente em casa
f)- Pronto socorro
g)- Noções sobre gestação obstetrícia e puericultura.

3- Corte e costura

a)- Traçado de moldes

1. Confecção do esquadro
2. Medidas
3. Molde básico de saia
4. Variações: saia simples
   saia evasê
   saia godê.
   saia de pregas
   saia com recortes
5. Molde básico de blusa
6. Variações diversas (blusas)
7. Mangas e variações
8. Golas e decotes diversos
9. Molde completo de vestido
10. Calça esporte
11. Saia calça
12. camisa.

b)- Costura fundamental

1. Costuras básicas à mão
2. Arremates
3. Utilização das máquinas
4. Alinhavos, franzidos e chuleados
5. Confecção de saias simples
6. Como provar
7. Confecção de saias de diversos modelos
8. Blusas simples
9. Vestido completo
10. Confecção de calça esporte
11. Confecção de camisa.

4- Atividades complementares

- grupos de adolescentes
- grupos de jovens
- grupos e formação de líderes religiosos
- catequese
- recreação infantil
- orientação de casais
- promoção de festas da Comunidade (Páscoa, Natal, aniversários dos sócios).

. . . . . .

3.5- Cursos intensivos de preparação de mão-de-obra

Sendo a região voltada à agricultura o Movimento tem como preocupação fundamental - preparar o agricultor, capacitando-o ao melhor desempenho de suas tarefas e procurando também, com cursos diversos ajudar às famílias em sua maior integração social. Encontrou no PIMO desde 1973 a fonte de recursos de que necessitava para este tipo de trabalho. (Ver referências relatórios ... 1973 em diante.

3.6. Integração das lideranças

A integração das lideranças da área tem sido também acompanhada pelo MEPES, em seus - vários aspectos. A forma mais adequada que se encontrou foi a da formação sócio-política.
Para isto foram realizados encontros periódicos com as lideranças locais (prefeitos, - Camaras de vereadores) um encontro dos prefeitos da área, em 1971, com o então governador do Estado Dr. Arthur Carlos G. dos Santos, para uma análise dos problemas comuns um folheto de conscientização política, dois cursos de orientação sócio-política:

- "Promoção Humana-Desenvolvimento Integral" para a liderança local em 1973;
- " A liderança política a serviço dos direitos individuais e sociais da pessoa humana" (1976.

. . . .

RESUMO GERAL DAS RECEITAS DO MEPES.

Recursos Locais	1973	1974	1975	Tot.Parcial	TOTAL
- Comunidades Locais	10.000,00	30.000,00	85.000,00	125.000,00	
- Prefeituras	10.600,00	11.000,00	10.000,00	32.200,00	
- Pais-alunos + Pensão Monitores	62.942,41	91.119,47	173.536,72	327.598,60	
Total.....	83.542.41	132.719,47	268.536,72		484.798,60
Recursos Estaduais					
- FESBEM	-	19.000,00	-	19.000,00	
- Governo do Estado	321.060,00	374.180,00	528.860,00	1.224.100,00	
Total.....	321.060,00	393.180,00	528.860,00		1.243,100,00
Recursos Nacionais					
- FUNABEM	100.000,00	64.000,00	-	164.000,00	
- FUNTURAL	108.000,00	197.471,91	323.729,28	629.201,19	
- PIPMO	44.022,60	40.620,00	157.975,00	242.617,60	
- LBA	108.315,50	124.600,00	123.800,00	356.715,00	
- Sociedade Nacional de Instrução	-	41.098,00	68.812,00	109,910,00	
	360.337,60	467.789,91	674.316,28		1.502.443,79
- Recursos Internacionais					
- AES	205.668,10	92.871,80	85.000,00	383.539,90	
- Outras entidades	450.283,05	484.350,85	659.467,50	1. 594.101,40	
- Avulsos	113.961,93	164.694,57	190.738,91	469.395,41	2.447.036,71
	769.913,08	741.917,22	935.206,41		5.677.379,10
	1. 534.853,09	1.735.606,60	2.406.919,41	-	